



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE LETRAS E ARTES – CLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE ARTES CÊNICAS
PPGEAC

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANA MARIA MANGETH DE OLIVEIRA

**ABRINDO AS CORTINAS PARA O FEMINISMO:
EDUCAÇÃO E TEATRO COMO FORMA DE
EMPODERAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Artes Cênicas do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Artes Cênicas, sob a orientação da Profa. Dra. Elza Maria Ferraz de Andrade.

Linha de Pesquisa: PFE – Processos Formativos e Educacionais

UNIRIO
Março 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial aos meus alunos que me estimulam a renovar sempre os meus planejamentos e me provam que é possível trabalhar temas sensíveis com profundidade e alegria. Aprendi muito com meus alunos nessa pesquisa.

Agradeço às professoras Liliane Mundim e Margareth Martins de Araújo, que estiveram presentes na minha qualificação, trazendo contribuições valiosas para pensar e aprofundar a pesquisa.

Minha gratidão à parceria da minha orientadora Elza de Andrade, sempre disponível a me incentivar e apontar um caminho para a realização dessa pesquisa. É essencial ser acolhida num processo de escrita acadêmica, principalmente quando a mestranda está afastada da Universidade tantos anos. Fui muito feliz nessa sociedade intelectual.

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa às mulheres da minha vida, minha avó Maria Barreto de Lima, minha mãe Terezinha Mangeth de Oliveira e minha filha Maria Clara Mangeth Vanni.

E em memória de dois amigos de almas femininas que sempre acreditaram e me incentivaram a realização dessa pesquisa – Clodomiro Gomes e Eduardo Carneiro.

RESUMO

Esta pesquisa tem como público alvo, crianças do ensino fundamental I, da Escola municipal Teotônio Vilela, localizada no conjunto Esperança no complexo da Maré. Como professora de Artes Cênicas, compartilhei a técnica do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, junto com a teoria feminista, reformulando para o universo infantil, mas procurando estabelecer em minhas aulas um olhar diferenciado para o feminino.

Apresento as minhas fontes de pesquisas, autores essenciais para a compreensão do que eu estava buscando e alicerce para o planejamento das aulas, ou incentivo para visitar antigas práticas com a convicção de que sempre é possível mudar, estabelecer pontes entre os autores e focar o objetivo, que consiste em estabelecer uma educação libertária, solidária e igualitária, dentre eles: Paulo Freire, Bell Hooks, Augusto Boal, Flavia Biroli, Silvia Federeci, Verônica Gago.

Em seguida mostro os acertos e fracassos, nas diferenças entre uma turma e outras. Afinal falar em igualdade num país tão desigual quanto o nosso é uma tarefa árdua. Valorizar o feminino é enfrentar uma herança patriarcal que desqualifica ou deprecia corpos femininos.

A pesquisa chega ao final onde apresento contações de histórias, vivências, através de dramatizações realizadas pelos alunos, escolhas de autoras feministas próximas da realidade do meu público, ao mesmo tempo em que procuro alinhar o pensamento de Boal para essa faixa etária do Ensino Fundamental 1.

Palavras-Chave: Feminismo, Teatro do Oprimido, Transformação, Educação Libertária, Igualdade.

ABSTRACT

This research has as target audience, elementary school children, from the municipal school Teotônio Vilela, located in the Esperança complex in the Maré complex, Rio de Janeiro. As a Performing Arts teacher, I shared the technique of Theater of the Oppressed by Augusto Boal, associated with feminist theory, reformulating it for the children's universe, but trying to establish in my classes a different look at the feminine. I present my research sources, the authors essential for understanding what I was looking for and the foundation for lesson planning, or an incentive to revisit old practices with the conviction that it is always possible to change, establish bridges between authors and focus on the objective, which is to establish a libertarian, solidary and egalitarian education, among them: Paulo Freire, Bell Hooks, Augusto Boal, Flavia Biroli, Silvia Federeci, Verônica Gago.

Then I present the successes and failures, the differences between one class and others. After all, talking about equality in a country as unequal as ours is an arduous task. Valuing the feminine is facing a patriarchal heritage that disqualifies or depreciates female bodies. The research comes to an end where I present storytelling, experiences, through dramatizations carried out by students, the choices of feminist authors close to the reality of my audience, at the same time that I try to align Boal's thinking to this age group of Elementary School. 1.

Keywords: Feminism, Theater of the Oppressed, Transformation, Libertarian Education, Equality.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE LETRAS E ARTES – CLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE ARTES CÊNICAS
PPGEAC

**ABRINDO AS CORTINAS PARA O FEMINISMO:
EDUCAÇÃO E TEATRO COMO FORMA DE
EMPODERAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO**

POR

ANA MARIA MANGETH DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elza Maria Ferraz de Andrade (Orientadora)

Profa. Dra. Margareth Martins de Araújo (UFF)

Profa. Dra. Liliane Ferreira Mundim (UNIRIO)

A Banca considerou a Tese:

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
Capítulo 1 – A LEI EM SALA DE AULA	13
1.1. A Constituição Brasileira de 1988	13
1.2. A Lei Maria da Pena	17
1.3. Exploração e Colonização – Ensinando a Transgredir	25
1.4. Augusto Boal – A Estética e o Teatro do Oprimido	31
1.4.1. – Teatro das Oprimidas	32
Capítulo 2 – RODAS DE CONVERSAS	43
2.1. A questão em cena	44
2.2. Igualdade é um sentimento	48
2.3. As camadas submersas nas desigualdades de gênero	52
2.4. Narciso e o Espelho	60
Capítulo 3 – EU CONTO, VOCÊ CONTA, NÓS CONTAMOS	66
3.1. O perigo da história única	66
3.2. Nós Contamos	74
3.3. TI – o personagem que não é da Terra	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
ANEXO	97
“Manifesto Feminista da Maré” – o texto da peça	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

Perdi meu pai muito cedo, fui criada num núcleo de mulheres fortes, eu tinha que de alguma forma fazer jus a essas mulheres tão especiais para mim, com elas aprendi cedo a ter as rédeas do meu destino, lutar pelas coisas que acredito, estar atenta às minhas verdades e romper se necessário fosse com o colo materno, andar com minhas pernas, e encontrar minhas referências foi também um ato de amor a essas mulheres.

Escolhi fazer teatro, me identifiquei com a possibilidade de viver outras vidas numa só, de aprender outras realidades e dores. Como não havia em Fortaleza, curso superior de teatro, vim para o Rio Janeiro, cursei a CAL (Casa das Artes de Laranjeiras), ingressei na Unirio, no curso de licenciatura em teatro.

A educação foi a princípio um caminho para estabelecer uma forma de me sustentar, viver de teatro é para poucos, mas a licenciatura foi se revelando para mim, muito mais que um caminho para pagar contas, aliás não compreendo, como pode ser ao contrário, educar é processo dinâmico e riquíssimo.

Compreendo também que enfrentar o sistema educacional do nosso país é árduo, tive fases de desencantos, pelos quais somos submetidos a ceder qualquer pensamento de mudança no nosso dia a dia escolar, estive nesses anos num lugar da inércia, sem sonhos, muito comum aos veteranos. Essa sensação de mesmice, da ausência de expectativa em relação ao trabalho em sala de aula, me fez ingressar no curso de Direito, para afirmar que a educação estava em mim como uma tatuagem antiga, que precisa de retoques e cores. O Direito me lançou outras necessidades, entre elas efetivar em minhas aulas a importância da arte enquanto disciplina transformadora, de contribuição importante para formação da cidadania.

Então esse desejo pretencioso me trouxe as minhas raízes familiares, redescobri meu núcleo de mulheres fortes. Mãe solo de uma menina, encontrei aqui minha determinação para estudar o feminino, associar meu conhecimento em Direito e levar para meus alunos, questões relacionadas ao gênero, temas possíveis através da contação de histórias, trazendo a teoria feminista, para sala de aula, para desenvolver em meus alunos o potencial de se rebelar contra o machismo, embrenhado na nossa cultura, inclusive no ambiente escolar. Estas inquietações me levaram à sociologia, à antropologia, disciplinas importantes para eu repensar sobre minha profissão, meu ofício, meus saberes, meus planejamentos.

Antes de tudo, devo expor que a motivação desta pesquisa nasceu de uma inquietação latente em mim durante todos esses vinte anos resistindo à função de recreadora em detrimento da de educadora. Em 1998, quando iniciava na rede pública estadual como professora de educação artística, era muito comum uma visão preconceituosa da função do professor de artes dentro do ambiente escolar, principalmente no ensino médio. Desde então, sempre me preocupei em fazer planejamentos vinculados a algum tema relacionado à formação consciente da cidadania.

Esta preocupação me levou ao conhecimento da obra de Edgar Morin. Li *Cultura de Massa* (1995) em seus dois volumes porque precisava desconstruir a minha formação erudita, não depreciando o que aprendi, mas porque, definitivamente, não estava preparada para reconhecer verdadeiramente as dificuldades dos alunos. Estudar sobre a cultura de massas me alertou sobre o processo de transmissão de conteúdo e, de certa maneira, foi um encontro com a antropologia social, disciplina que, infelizmente, ainda é ausente no currículo das licenciaturas em teatro. O contato com a antropologia social me impulsionou a não só respeitar o conhecimento inerente de qualquer aluno, mas a refletir sobre a minha formação e analisar a formação colonizadora de meus valores na preparação dos meus planejamentos.

Essa lembrança do início da minha caminhada no magistério faz todo sentido agora, pois analisando alguns textos e livros sugeridos no mestrado sobre as imposições coloniais na nossa trajetória acadêmica, tive acesso a conhecimentos fundamentais para meus anseios e mudanças no meu planejamento. O retorno ao mestrado profissional me sinalizou velhos embates teóricos, sanou dúvidas e suscitou outras; em contraponto, posso assegurar que os vinte anos de magistério me propiciam a oportunidade de dividir carências, expectativas e descobertas sobre meu ofício durante a construção da presente dissertação.

O mestrado profissional abriu a possibilidade de analisar o meu processo em sala de aula todos esses anos, focar minha pesquisa no *Teatro do Oprimido* para crianças, identificando, nesta técnica, instrumentos capazes de inserir a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigos da nossa Constituição de 1988 e a teoria feminista, numa linguagem fácil, divertida e com o objetivo de cercear atitudes sexistas ou discriminatórias relacionadas ao gênero feminino; posto que o Brasil ocupa a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, e o machismo, infelizmente, ainda é cultural, estrutural e a escola deve desempenhar um papel ativo contra qualquer prática de violência de gênero.

Minha primeira matrícula na rede pública foi no ano de 1998 e durante todos esses anos de magistério, havia em mim um desconforto para além dos problemas “comuns” como as escolas sucateadas, a ausência do entendimento dos demais professores em relação à importância do ensino da arte ou a visão da arte como recreação. Duas perguntas estiveram comigo todos esses anos: “O que faço neste ofício? Como educar sem transformar o educando?”. No íntimo, sempre lutei contra a proposta colonizadora do ensino das artes na escola. Em geral, meus planejamentos sempre me direcionavam a observar o conhecimento natural do meu aluno sobre a arte, isto é, o conceito que cada um, especificamente, tem sobre o tema.

Augusto Boal criou o Teatro do Oprimido com a máxima de intervir na realidade usando elementos do teatro, mantendo o foco na transformação deste indivíduo num cidadão. Neste mesmo intuito, minha pesquisa se adequa perfeitamente à intenção de trabalhar temas tão delicados ou doloridos, como a violência doméstica, porque muitos dos meus alunos, com certeza, já vivenciaram direta ou indiretamente episódios de agressão. Infelizmente, todos os dias assistimos inúmeros casos de feminicídios nos meios de comunicação e meus alunos, bem como suas famílias, fazem parte desta estatística.

Meu projeto propõe uma inovação por ser direcionado a crianças do Ensino Fundamental I, propondo um recorte da *Estética do Teatro do Oprimido* (2009), de Augusto Boal, e, de certa forma, uma releitura da metodologia do que foi proposto pelo autor. A realização desta pesquisa me fez retomar a contação de histórias, a mitologia grega, os jogos dramáticos, revistas, jornais, bem como várias outras fontes como recursos de aprendizagem. Além disto, lecionar em turmas variadas (1º ano, 2º ano, 3º ano, Projeto e 5º ano) me possibilitou organizar as etapas de acordo com a faixa etária. A cena propriamente dita acontece em algumas turmas do 3º ano e do 5º ano; o que não interfere na realização de pequenos debates (fóruns entre os alunos) que serão apresentados a seguir nesta dissertação, onde será exemplificado do processo até a execução do que se propõe.

A articulação sobre a temática da violência doméstica pode suscitar divergências por ser o seu público-alvo as crianças. Ao mesmo tempo, identificamos pelos órgãos de pesquisa que a violência doméstica não está restrita às classes populares, podemos afirmar que este problema é social. Os artigos lidos e expostos nesta dissertação apontam que a violência doméstica, ou violência de gênero, muitas vezes é estrutural, ou seja, o agressor viu seu pai agredir sua mãe, que por sua vez viu seu pai cometer a mesma violência e por

aí vai. Portanto, acredito veementemente que um dos espaços mais adequados para essa discussão é a escola.

Educar é enfrentar problemas dessa complexidade social com o propósito de evidenciar comportamentos nocivos e enfrentá-los com rigor, sem esquecer a alegria, a descontração e a leveza que, com certeza, deve ter todo processo de aprendizagem. Por isso, o respeito à igualdade de gêneros deve estar presente no planejamento escolar com a mesma importância de temas como o meio ambiente, por exemplo; aliás, tudo relacionado à vida e à dignidade de seres vivos deve ser argumento pedagógico dentro do meio escolar.

Em *Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade*, obra imprescindível para esta discussão, Bell Hooks afirma com grande sabedoria:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor. (HOOKS, 2019c, p.35).

Ao ler isso, a ideia de centralizar a minha pesquisa no Ensino Fundamental I se fortaleceu, mesmo ainda dando aula para o Ensino Médio, porque esta escolha me daria a oportunidade de uma releitura mais cuidadosa da obra de Augusto Boal, não me limitando à reprodução dos exercícios da técnica do Teatro do Oprimido, mas imergindo no seu pensamento teatral e nas possibilidades abertas por ele na construção de um indivíduo consciente e ativo em seu grupo social.

Ao estabelecer um diálogo sobre a violência doméstica, numa linguagem acessível aos meus alunos, estou oferecendo de alguma forma ajuda para a quebra de ações violentas entre os próprios alunos, pois, na maioria das vezes, os alunos que são violentos na escola estão expostos a situações violentas no meio familiar e, muitas vezes, este é um processo de angústia e solidão. A discussão em sala de aula sobre essa temática também elimina algumas posturas defensivas ou mesmo preconceituosas por parte dos alunos. É inevitável observar o quanto estamos expostos à cultura machista desde cedo e muitas “falas” espontâneas são reveladoras da imensa desigualdade entre homens e mulheres.

Não me canso de registrar o 5º lugar que o Brasil ocupa no *ranking* mundial em números de feminicídios. Neste sentido, fortaleço a afirmação de que adaptação das técnicas de Boal para trabalhar com crianças é um ato extremamente importante, pois qualquer campanha de inibição da violência contra mulheres estabelece um diálogo direto com os direitos e deveres de um indivíduo em formação.

Aqui se faz importante ressaltar que a escolha de desenvolver a presente pesquisa com os pequenos se dá pela importância dada a esta fase que venho percebendo em outras categorias de profissionais. A ênfase ao estudo da primeira infância se mostra como uma representatividade de esperança; é notável a diferença da recepção temática em detrimento aos alunos do Ensino Médio, já que estes têm uma dificuldade implícita para discutir o tema feminismo. Ouvi a seguinte fala de uma aluna do ano passado, 2020, na turma do 2º ano do Ensino Médio: “– Aí professora, acho que esse tipo de assunto não deveria ser dado em sala de aula”. Tal cena se deu em meados de março, enquanto trabalhávamos sobre a data do dia internacional da mulher (8 de março) e discutimos alguns textos feministas em sala de aula.

Lógico que essa rejeição me motivou a perguntar à turma se eles concordavam ou não com a exposição da colega em relação aos textos que eu tinha proposto a leitura. Ali, estabelecemos um debate acalorado, muito significativo pra mim, pois a negativa de alguns enfatizaram sentimentos impregnados de defesas, rejeições associadas a crenças religiosas ou mesmo ao receio de se expor. Ao contrário dos meus alunos menores, no Ensino Médio, onde o vício do fazer por fazer os trabalhos de artes está impregnado nos estudantes; sinto uma enorme fadiga ao tentar transpor essas muralhas tão enrijecidas pelo tempo. Por isso, o Ensino Fundamental I me faz repensar sobre o futuro; repensar no sentido de refazer métodos ou mesmo de romper com formas ou modelos de aulas, me faz acreditar na possibilidade de transformação enquanto pesquiso, realizo e escrevo. Não serei a mesma depois desta dissertação, esta é a conquista do pesquisador acadêmico, ao mesmo tempo em que ele apresenta uma prática, ele se põe na berlinda ao escolher uma linha de pesquisa, havendo, inerentemente, uma dinâmica entre a prática e a teoria que enseja conhecimento.

O teatro é uma linguagem artística generosa por abranger muitas outras modalidades de artes numa só; muitas vezes usei o recurso do desenho com intuito de fazer com que os alunos menores retivessem o conteúdo. Apresento, no decorrer deste trabalho, alguns recursos que funcionaram como atalho para os meus objetivos pedagógicos, pontuando que em algumas turmas obtive sucesso; em outras, nem tanto e, em alguns casos, a prática foi estéril.

Em todo processo, há momentos que são cruciais para escolha dos autores, principalmente no tema relacionado às desigualdades de gênero. Atualmente, temos diversas publicações sobre o feminismo, mas não posso declinar da pedagogia, muito menos esquecer a localização da minha escola, que foge às regras de escolas do asfalto,

sendo o meu público-alvo crianças do Conjunto Esperança, Vila do João e Salsa, todas Comunidades situadas no Complexo da Maré; isto faz toda diferença na escolha do material teórico, preciso identificar essa pesquisa foi realizada na escola municipal Teotônio Vilela, portanto a realidade exposta aqui pertence a esse núcleo.

A realidade de infantes de menor condição social, estudantes da rede pública e, principalmente, de comunidades carentes, é árdua e conduz alguns pensamentos retardatários no que diz respeito ao avanço e conquistas há tantos anos levantadas como objeto de questionamento e luta, justamente pelo ambiente em que estão instalados e por tanto descaso com a cultura e educação, fontes inesgotáveis de conhecimento e informação. Faz-se, então, mais necessário que haja programas educacionais que os levem além de seus próprios horizontes. O mundo é vasto e, com certeza, seus potenciais como seres humanos também; portanto, se trata de um redirecionamento de olhar.

Neste aspecto, encontrei amparo na *Pedagogia do Oprimido* (2018a), de Paulo Freire, e *Ensinando a transgredir – A educação como prática da liberdade* (2019c), de Bell Hooks, podendo identificar na formação de ambos a preocupação com uma educação libertária, necessária e disponível para descolonizar o processo de aprendizagem e abraçar as diferenças.

O feminismo negro posiciona melhor as questões de raça e classe essenciais para minha proposta de pesquisa. Dou aulas para os filhos dos trabalhadores e, muitas vezes, a sujeição das mulheres das classes populares aos seus companheiros, namorados ou afins, são percepções da localidade ou expostas nos programas policiais. Não estou julgando ou minimizando um ou outro contexto social, mas aqui se faz necessário identificar as diferenças sociais que devo levar em consideração, principalmente na escolha da corrente feminista sobre a qual devo me debruçar. Como supracitado, a autora Bell Hooks me propiciou uma leitura muito esclarecedora, inclusive pela admiração dela por Paulo Freire. Outro ponto favorável a mim foi a escolha de Augusto Boal como parte da bibliografia teórica aqui explorada. De uma certa forma, todas estas são leituras que, de alguma forma, se encontram e, no desenvolvimento desta dissertação, apresento algumas tarefas que reverberam tais leituras na minha prática.

Trazer ao ambiente escolar noções da teoria feminista durante a realização das aulas de artes para os pequenos causa grande estranheza, principalmente para os professores regentes de turmas. Como professora especialista, meu trabalho não é submetido ao crivo do professor regente, mas quando há uma parceria, as coisas funcionam muito melhor porque eles estão todos os dias com a turma e eu apenas dois

tempos semanais. Esta relação também atravessa a minha pesquisa, independente de acertos ou desencontros, ela existe e tem um papel importante nessa jornada.

No que tange aos jogos dramáticos, retomo-os para aqui explicitar as minhas dificuldades pessoais em relação a jogos, pois, em algum momento, precisei deles para fundamentar este percurso investigativo e educacional de realidades de opressão e discriminação de gênero.

Os problemas de gênero e etnia, expostos na teoria feminista, não limitam à luta de classes, mas proporcionam a interação do Teatro do Oprimido com as questões pertinentes à Educação. Foi impressionante como isto me ajudou, ao passo que me tensionou a ter cuidado para não esquecer do meu público-alvo, crianças do Ensino Fundamental I, alunos de uma escola localizada na Comunidade da Maré, uma das maiores do Rio de Janeiro.

Neste sentido, a leitura da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire descreve a função do educador como para além de um organizador de conhecimentos:

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos –, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 2018a, p.116).

Em se tratando de um mestrado profissional, teoria e prática devem caminhar de mãos dadas. Sendo assim, enquanto tento exercer o meu papel de educadora, dou à luz a esta pesquisa, dividida em três capítulos.

No primeiro, de cunho teórico, demonstro a bibliografia utilizada, explorando as possibilidades de contextualização para as faixas etárias dos 7 aos 12 anos, que consiste na maioria dos alunos do Ensino Fundamental I. Neste capítulo, serão apresentadas, além do *corpus* bibliográfico pertinente à minha pesquisa, leituras a partir das quais discuto a desigualdade de gênero com meus alunos. Da Constituição Federal à mitologia grega, passando pela Lei Maria da Penha e a contação de histórias, aponto o método literário/artístico utilizado para introduzir tais questões de tamanha relevância social aos pequenos cidadãos de uma comunidade carioca. Ainda neste capítulo, será explorada a questão da desigualdade de gênero, principalmente através do feminismo negro com Bell Hooks, mas também utilizando como escopo bibliográfico autoras como Flavia Biroli, Elaine de Souza Cordeiro, Silvia Federeci, Verônica Gago, entre outras. Além disso, busco, ainda no primeiro capítulo, associar a técnica do Teatro do Oprimido de Augusto

Boal à teoria da educação libertária de Paulo Freire para, assim, trabalhar com meus alunos a temática da violência doméstica e da violência de gênero.

No segundo capítulo, dessa vez de cunho prático, apresento o processo e os trabalhos práticos sobre os problemas de gênero, etnia e classe. Demonstro como os exercícios propostos aos alunos elucidam muitas das dúvidas investigativas levantadas no capítulo anterior, bem como revelam a necessidade da interseccionalidade, isto é, da interligação entre os assuntos relacionados ao gênero com as questões de etnia e classe, principalmente para alunos que residem em comunidades. Para isto, também serão apresentados os recursos pedagógicos utilizados em prática como a contação de histórias, os desenhos e as improvisações sobre notícias de jornais, elementos fundamentais para que as turmas se apropriassem das dificuldades enfrentadas pelos corpos femininos no cotidiano. Ressalta-se que o segundo capítulo é baseado em aulas promovidas antes da pandemia, quando ainda eram presenciais.

Por fim, no terceiro capítulo serão expostas as dificuldades do ensino remoto, bem como as possíveis conclusões desta pesquisa. Neste capítulo, demonstrou a dificuldade que meus alunos têm para acessar as tarefas, por serem crianças e precisarem de ajuda ou mesmo por não terem o devido acesso à internet, e os recursos utilizados para driblar tal obstáculo social. Também neste capítulo será descrita a experiência do curso online oferecido pelo Museu da Maré, que resgata a história da comunidade e através do qual me foi dada a oportunidade de criar o projeto “Eu conto, você conta, nós contamos”, que resgata a narrativa de mulheres negras que foram apagadas dos livros de história, mas que foram de grande importância para a construção do Brasil. Através deste projeto, os alunos foram incentivados a resgatar a história de mulheres importantes para a Comunidade da Maré,(essa pesquisa foi entre os alunos da Escola Municipal Teotônio Vilela, localizada no conjunto Esperança dentro do Complexo da Maré) e valorizar mulheres da comunidade proporciona protagonismo dessas guerreiras do dia a dia, como um exemplo. É importante salientar, porém, que, por se tratar de um trabalho contínuo e de prática eterna, muitas lacunas ainda ficarão em aberto, mas servirão para suscitar reflexões de extrema importância.

CAPÍTULO 1: A LEI EM SALA DE AULA

*Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor. (...)
Criar o que não existe ainda deve ser a pretensão de todo sujeito que está vivo.*

Paulo Freire

1.1. A Constituição Brasileira de 1988

Há bastante tempo, levo para sala de aula uma edição da nossa Constituição, gosto muito de trabalhar com os alunos o artigo 5º, que corresponde aos direitos e garantias fundamentais. Neste ponto, faz-se necessário elucidar que o artigo 5º, I da nossa Constituição expressa a garantia de igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, independente de etnia, credo ou classe. É muito necessário compreender esta determinação constitucional, pois ela consiste numa garantia coletiva muito importante para o entendimento da nossa legislação. A fim de trabalhar sobre o espírito de equidade, apresento este artigo aos alunos para motivá-los a refletir. Em minha experiência, asseguro que é possível – e necessária – a apresentação da nossa Carta Magna, mesmo trabalhando com crianças do 5º ano.

Apresentar a Constituição e mostrar aos alunos sua materialização bibliográfica para então conversar com eles sobre a importância desse texto suscita curiosidades, principalmente quando reforço que todas as leis devem obedecer a este livro. O impacto imaginário nas cabeças dos alunos é incrível, especialmente quando para o meu público-alvo, alunos que moram em comunidade e convivem com um estado paralelo. Em termos práticos: faço um resumo do artigo 5º conversando sobre os princípios constitucionais que norteiam os direitos fundamentais, tais como os princípios da igualdade, da liberdade e da legalidade. A escolha destes três princípios facilita a conversa porque posso trazer elementos da nossa convivência escolar e estabelecer uma aproximação ao texto constitucional. Essa temática estabelece entre os alunos conclusões interessantes: uma delas é a de que, dentro de uma sociedade, nós temos direito e deveres, isso é a regra básica para viver em sociedade.

No ambiente escolar, somos apresentados uns aos outros e, muitas vezes, temos empatia com um modelo de família mais do que com outros; nem por isso perdemos o respeito ou somos separados na escola, porque a escola é um espaço ético-democrático como diria Paulo Freire, todos os alunos devem ser respeitados independente de sua crença, etnia, orientação sexual, gênero. Na escola, todos têm direitos e deveres que devem ser respeitados por todos para que tenhamos uma boa convivência. Essas

comparações são de grande utilidade para a explanação desses princípios dentro de uma sociedade, facilitando a compreensão do exercício da cidadania.

Paulo Freire no livro *Política e Educação* (2021) apresenta com clareza e propriedade sobre a importância das escolhas do educador perante seus alunos:

(...) falamos em postura substantivamente democrática porque, não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e por-se contra alguém. E é exatamente este imperativo que exige a eticidade do educador e sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática. Não vale discurso bem articulado, em que se defendem o direito de ser diferente é uma prática negadora desse direito. (FREIRE, 2021, p. 45).

Ao iniciar meus trabalhos com os alunos sobre a temática do feminismo, senti necessidade de trabalhar também o artigo 1º, III da CRF/88, que fundamenta a nossa Constituição, falando esse artigo sobre o respeito à dignidade humana dentro dos princípios supracitados (igualdade, liberdade e legalidade). Tal conversa sobre dignidade humana com os alunos tem-se feito instrumento facilitador do meu trabalho.

O artigo 1º, III, expressa a dignidade da pessoa humana como um dos principais fundamentos da nossa Constituição. A explicação do que consiste a dignidade da pessoa humana, neste ponto, serve para facilitar o entendimento do artigo 5º, I da CRF /88, que privilegia a igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres, inclusive para identificar que, na prática, nem sempre o Estado compartilha ações de políticas públicas obedientes aos princípios constitucionais citados.

Aqui, na tentativa de ilustrar como são apresentados estes artigos, é pertinente citar um caso ocorrido numa das turmas de 5º sob minha responsabilidade. Caminhamos com essas conversas sobre leis, direitos, deveres, e eis que lanço à turma a seguinte pergunta: – “Quem faz a comida e lava os pratos na casa de vocês?”. As meninas de imediato responderam que elas mesmas eram encarregadas de fazer essas tarefas; os meninos, em sua maioria, disseram que a mãe era quem cuidava desse tipo de coisa, então continuei: – “Os serviços de casa como lavar a louça, fazer a comida, cuidar da casa é coisa só das mulheres?”. As respostas foram quase na mesma direção, que não era um serviço só de mulheres, mas as mulheres faziam mais do que os homens. Aquela conclusão me levou a seguinte reflexão: nós temos uma Constituição que garantiu tratamento igual aos homens e mulheres, artigo 5º, mas, na vida privada, o reconhecimento deste trecho da lei não existe.

O Estado legitima através de leis, mas não proporciona condições reais para que

mulheres desfrutam das mesmas condições que os homens. Até meus alunos do 5º ano sabem que as tarefas domésticas, como por exemplo cuidar dos filhos, ficam a cargo das mulheres na maioria das vezes. Faltam creches, não há investimento das empresas em construir locais para que as trabalhadoras deixarem suas crianças enquanto trabalham e caminhando em via oposta ao que deveria ser feito, as empresas resolvem a problemática contratando menos mulheres, eximindo-se da responsabilidade sobre essas hipotéticas trabalhadoras.

Flavia Biroli (2018), em seu livro *Gênero e Desigualdades: limites da democracia*, vai apresentar fatos relacionados exclusivamente às mulheres, principalmente nas questões relacionadas ao trabalho onde essa igualdade de gênero na prática vira ficção. A leitura de Biroli me proporcionou repensar sobre vários assuntos, dentre eles o destino das mulheres no que diz respeito ao lugar de cuidar, limpar, organizar. Enfim, somos criadas para servir muito mais do que para sermos o que realmente queremos ser, ou seja, a vida particular e profissional de uma mulher está vinculada à medida que ela se dispõe a servir.

Compreendo o verbo “servir” para além dos dogmas religiosos. É muito pertinente afirmar que a carga horária de trabalho das mulheres é muito maior e causa grande impacto na sua formação, basta analisar no meio científico o percentual de mulheres em relação aos homens dedicados à pesquisa. O fato é que desde a infância estamos socialmente acostumados a oferecer à mulher uma responsabilidade maior: as trabalhadoras repassam para as meninas ocupações e responsabilidades, muitas vezes incompatíveis com a idade. Ouço muito isso das minhas alunas, crianças que tomam conta de outras crianças para mãe trabalhar e muitas vezes com irmãos mais velhos em casa.

Sobre essa temática, Flavia Biroli nos apresenta:

Quando a dualidade entre o público e o privado não é problematizada – o que é majoritário nas teorias da democracia –, as relações de poder na esfera privada não são computadas na compreensão de como os indivíduos se tornaram quem são e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente. Em outras palavras, a vida doméstica, em um conjunto diferenciado de práticas que se estende da divisão do trabalho à economia política dos afetos, da responsabilização desigual pelo cotidiano da vida à norma heterossexual, é desconsiderada como fator que define as possibilidades de atuação na vida pública (BIROLI, 2018, p. 11).

Identifico-me totalmente com esse pensamento da autora, acreditando que este me fortalece ao levar aos meus alunos a Constituição e trabalhar com eles o artigo 5º e o artigo 1º, III que fundamenta o texto constitucional, pois é preciso educar crianças com

respeito aos valores de solidariedade, enfatizar desde cedo o espírito de cooperação, reconhecer as diferenças é estabelecer uma convivência coletiva saudável.

Nas rodas de conversas com meus alunos, são expostas essas contradições. Questionamos o porquê de haver em nossa Constituição um artigo reservado que estabelece em sua premissa que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e ainda sim, contrariando Lei Maior haver tanta desigualdade de gênero. Essa pergunta é fundamental que se faça com uma certa frequência. Em sala de aula, lembro de ter escrito no meu caderninho de anotações das aulas.

Para provocar os alunos, certa vez abri a constituição no artigo 5º, I, e li: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa constituição” e perguntei a turma se isso realmente é verdade. Aproveitando a leitura de Flávia Biroli, havia proposto algumas improvisações sobre os conflitos relacionados aos trabalhos domésticos. Essa leitura me fez levantar várias questões, dentre elas a incoerência da divisão de tarefas domésticas, porque continuamos repetindo a educação diferenciada entre meninos e meninas, além dos problemas que retratam as mulheres sem o acesso a cargos importantes. A autora indaga:

Qual é o horizonte para transformação? Se o acesso de mulheres a posições de poder pode ser tomado como um signo de mudança, mas se essa mudança permanece situada nos limites de outras hierarquias e formas de exploração, seu benefício é circunscrito ao de algumas vidas privilegiadas. O acesso de uma minoria de mulheres privilegiadas. O acesso de uma minoria de mulheres brancas a cargos de alta remuneração é um dos signos do enfraquecimento da associação histórica entre mulher e domesticidade, que esteve presente na legislação e no cotidiano da sociedade brasileira até muito recentemente. (BRIOLI, 2018, p.13).

Há dois problemas levantados acima. O primeiro é o excesso de exigência e responsabilização das mulheres em relação aos cuidados para com a família; o outro é que somente mulheres capazes de pagar outras mulheres para cuidar de sua casa e de seus filhos conseguem chegar a um cargo de notoriedade ou poder, mulheres majoritariamente brancas, e como resultado disso podemos chegar à conclusão de que mulheres negras e periféricas estão na base social. Posto isto, também consigo ilustrar de que cenário advém meus alunos, que crescem sem a presença da mãe que por sua vez, muitas vezes, cuida dos filhos de suas patroas. Essa leitura destaca também que a luta das feministas negras está totalmente vinculada a uma luta de classe e etnia. A imposição de uma lei constitucional que garante igualdade de gêneros na prática é inócua, apresenta a omissão do Estado em relação a essa problemática social, pois sem o investimento em creches ou

escolas em horários noturnos que garantam aos filhos das trabalhadoras um espaço seguro para que elas trabalhem ou estudem, o abismo entre classe, gênero e etnia sempre será problema em evidência.

Temos uma Constituição extremamente jovem em relação a outros países, mas nem por isso nosso texto constitucional é menos importante, pois cuidadosamente garantiu direitos sociais e individuais, preservando a vida e a liberdade, elementos essenciais para uma sociedade justa e igualitária. Infelizmente não apenas para minhas crianças do 5º ano, mas para a maioria das pessoas, a Constituição é um texto de leis apenas no papel. Nesse sentido, fortaleço meu movimento em trazê-la para sala de aula, para que esses alunos tomem conhecimento da sua importância e exercendo o conhecimento do que é cidadania, e com isso possam ser cidadãos mais conscientes. A escola tem um papel fundamental na transformação de uma sociedade.

A minha decisão ao trabalhar feminismo com crianças do Ensino Fundamental I usando elementos do Teatro do Oprimido (BOAL, 2005), para alguns, pode parecer absolutamente ousado, mas o universo infantil é muito dinâmico assim como o teatro. O que se está tentando expor é que meu movimento é de reforçar a ideias de Boal de que todos já trazem o teatro dentro de si, no entanto quando se trata do público infantil é preciso enfatizar que são necessárias algumas adaptações, algumas manobras lúdicas. Em turmas de alunos menores, por exemplo, faço o uso da mitologia grega: há mitos que possibilitam a discussão de temas importantíssimos como o respeito, egoísmo, a vaidade, tudo de forma bem lúdica, para enfim abordar as diferenças de gênero.

1.2. A Lei Maria da Penha

O Brasil ocupa o 5º lugar em violência contra mulher. Em nosso solo, além de uma desigualdade eminente em oportunidade entre homens e mulheres, vemos a exposição do corpo feminino à violência psicológica, moral, patrimonial e física, todas estas modalidades de crimes previstas na Lei Maria da Penha e que, infelizmente, não inibe a multiplicação de casos apenas pela sua instauração legislativa.

Segundo descrito na plataforma online do Instituto Maria da Pena: “A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado

brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)”.

A fim de dissecar todos os caminhos que levaram à sua instauração, apresento às minhas crianças um pequeno resumo da história da mulher Maria da Penha: quem é, onde nasceu, como virou título de uma lei (lei 11.340/06) contra violência doméstica; todas essas informações são importantes, pois além de entendermos aspectos da vida dessa importante personalidade, podemos, em conjunto, identificar uma mulher que não escondeu seu sofrimento, mas o expôs ao judiciário e ao legislativo do Brasil e tornou a necessidade de penalizar tais atos com lei específica em defesa da mulher.

Além disso, os artigos específicos da Lei Maria da Penha são apresentados em sala de aula. Esclarecendo ponto por ponto, debatendo exaustivamente sobre sua importância e utilizando recursos de jornais e revistas com fatos ocorridos no nosso cotidiano, consegue-se notar que tais definições são aprendidas pelos alunos. O importante aqui não é a aplicação da lei, mas a compreensão da lei e, principalmente, o porquê nosso país necessita de uma lei que proteja os corpos femininos da violência.

A reação das crianças à história da Maria da Penha é muito interessante e ao mesmo tempo contraditória. Como vivem em comunidades dentro do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, elas estão acostumadas a ações criminosas e a relações de conflito constantes com a polícia. Nesse cenário violento e conturbado é necessário muito cuidado e delicadeza para tratar de determinados assuntos, requisitos estes que estão presentes nas aulas de teatro como em nenhuma outra disciplina. Em sala de aula, leio a lei 11.340/06, resumo a ideia central da lei para simplificar a explicação. Neste ponto, o objetivo é a compreensão dos motivos da existência da lei e como podemos conversar sobre essa lei no ambiente escolar e, para além disso, como podemos mudar comportamentos sexistas entre as crianças em sala de aula ou na convivência na escola.

Como substrato teórico, para mim também foi inevitável a leitura de Elaine de Souza Cordeiro, psicóloga atuante no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, pesquisadora e autora do livro *Violência Contra a Mulher é Crime* (2014).

Ao fazer a leitura da pesquisadora supracitada, percebemos seu movimento de reconstrução das dificuldades enfrentadas pelo movimento feminista no Brasil até que houvesse a criminalização da violência contra a mulher. Parece quase surreal que, ainda em 2005, nosso Código Penal fizesse referência ao status de “mulher honesta”, condição que impedia, por exemplo, que prostitutas fossem amparadas em caso de

violência.

Em 1991, o superior Tribunal de Justiça estabeleceu, definitivamente fora da argumentação jurídica, a justificativa da chamada defesa da honra, tantas vezes exaltada em crimes contra mulheres no país. Em 1995, aproveitando a Lei do Juizado Especial Criminal para crimes de menor potencial, foram enviados para esta categoria os crimes de violência doméstica com a proposta de ser um atendimento mais célere. A complexidade da dor das vítimas e dos problemas, que são inúmeros numa relação que muitas vezes envolve filhos e até mesmo a vida e dignidade da vida, não pode ter como resultado o agente da violência condicionado a uma simples prestação de serviço à comunidade e exatamente por isso, a tipificação de tais crimes nessa jurisdição não vingou.

Aqui é pertinente retomar ao caso de Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica que levou um tiro do marido, o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveros, pelas costas enquanto dormia, tentativa de homicídio esta que a deixou com paraplegia irreversível dos membros inferiores. Ao retornar do hospital, seu marido tentou eletrocutá-la na casa em que residiam, em 4 de abril de 2001. Na época, não existia uma lei própria para esse tipo de crime, mesmo com a repercussão de outros crimes dessa natureza, como o famoso caso da Ângela Diniz no final dos anos 70, que semeou a primeira manifestação das feministas no Brasil. Maria da Penha não obteve facilmente a punição de seu marido, foram vários recursos com a finalidade de protelar uma sentença definitiva. O caso foi levado à corte internacional e assim chegamos a uma resposta legislativa com a lei 11.340/06, que, resumidamente, parte de uma imposição internacional para que nesse caso específico houvesse uma resposta judicial à altura.

A lei é considerada uma proteção para as mulheres e nos remete a uma indagação importantíssima: “Que civilização é essa que precisamos da mão do Estado para nossa proteção?” Mesmo com a vigência dessa lei, assistimos ao avanço da violência contra as mulheres de forma absurda em nosso país.

Nos grupos interativos oferecidos pelo judiciário para acompanhamentos de homens autores de violência conjugal, incentivados pela lei 11.340/06, há relatos dos pesquisadores sobre a banalidade que é prática de violência contra mulher, que sempre foi tratada em nosso país como uma ação costumeira.

Silvia Federeci em *Mulheres e caça às bruxas* (2019), vai relacionar a violência contra as mulheres com o capitalismo:

[O] desenvolvimento do capitalismo começou com uma guerra contra as mulheres: a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, processo que, na Europa e no mundo, levou a milhares de mortes. Como escrevi em *Calibã e a Bruxa*, esse fenômeno sem precedentes históricos foi um elemento central do processo que Marx definiu como acumulação primitiva, pois destruiu um conjunto de sujeitos e práticas femininas que atravancava o caminho das principais condições para o desenvolvimento do sistema capitalista: acumulação de uma numerosa mão de obra e imposição de uma disciplina de trabalho mais coercitiva. Apontar e perseguir as mulheres como “bruxas” preparou terreno para o confinamento das europeias no trabalho doméstico não remunerado. Isso legitimou sua subordinação aos homens, dentro e fora da família. Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, as caças às bruxas estruturam uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje. (FEDERECI, 2019, p. 91).

Os livros de Silvia Federici, lançados em 2018 no Brasil, se debruçam em uma trajetória muito interessante sobre a história das mulheres. Através do olhar de uma mulher, percebemos nossa profunda impotência diante do patriarcado. Ao ter acesso a esta leitura, fiquei completamente convencida de que a teoria feminista deve ser aplicada nas escolas, logo no Ensino Fundamental I, para que estas crianças aprendam desde pequenos a se libertarem dos conceitos enraizados advindos do patriarcado a serviço do capitalismo, só assim formaremos adultos contra qualquer tipo de violência contra corpos femininos. Temos que implantar nas escolas o sentimento de solidariedade e respeito às diferenças, como manda nossa constituição, havendo nas artes cênicas as possibilidades de trazer para sala de aulas temas tão importantes para sociedade.

Mesmo com a Lei Maria da Penha assistimos o judiciário perplexo com o aumento vertiginoso de casos de feminicídio, são inúmeros os casos e precisamos, enquanto sociedade, cooperar na transformação dos costumes. A escola tem um papel muito importante na transformação desta sociedade, por isso associar às aulas de artes uma temática tão forte é realmente fazer jus à transversalidade que esta disciplina nos proporciona.

Apresentei acima a perspectiva de duas pesquisadoras de épocas distintas, cada uma apresentando seus argumentos, mas é possível constatar que tanto uma quanto outra destaca que não há igualdade nas relações do Estado entre homens e mulheres, principalmente quando tratamos das relações de poder.

Silvia Federici comprova através de uma farta documentação o fato de que no feudalismo não havia propriamente o conceito formalizado de propriedade e, portanto, havia entre os senhores e os servos uma convivência menos mortal entre os menos

favorecidos, fato totalmente modificado com a entrada do capitalismo. No regime feudal as mulheres se organizavam em grupos de trabalhadoras, esses grupos indicavam trocas de experiências, já na transição para o capitalismo, o controle de família e propriedade separou as mulheres, ou seja, o Estado legitimou a dependência das mulheres aos homens na forma de pais, maridos, irmãos, entre outros.

No Brasil, até a década de 50 ainda existia o estatuto da mulher casada. Apenas na década de 70 o divórcio passou a ser um direito das mulheres. É sempre bom ressaltar que mulheres separadas não eram bem-vistas pela sociedade e só muito tempo depois o adultério deixou de ser crime. A nossa primeira onda feminista veio ainda na década de 70, principalmente a partir do julgamento do caso da Ângela Diniz morta com quatro tiros no rosto por seu companheiro. Este caso foi emblemático por revelar como o Estado era conivente com os crimes contra vida das mulheres, pois na época a teoria de defesa da honra, livrou muitos maridos assassinos da cadeia ou de pena maior.

No episódio *O país que mata mulheres*, o podcast 451 MHz contou com a participação da autora do livro *Mulheres Empilhadas* (2019), Patrícia Melo. Nesta participação, uma fala de Melo foi determinante para essa pesquisa: “o maior direito no Brasil é o 'direito à propriedade', como os homens veem as mulheres como objetos de sua propriedade, por isso matam”. Por isso, encaramos a violência doméstica como costumes e não como crimes, mesmo tendo conhecimento da tipificação do crime, como a pesquisadora Elaine de Souza Cordeiro relatou em suas pesquisas com homens em grupos de acompanhamento realizados pelos tribunais aos maridos julgados por crimes de violência cometidos contra suas companheiras reunidas no livro *Violência Contra a Mulher é Crime! - A Lei Maria da Penha e um Trabalho de Grupo com Agressores* de 2015.

Tais leituras aqui citadas me ajudaram a montar um programa de temas para improvisações teatrais com os alunos, que em um primeiro momento, como explicado anteriormente, teve como o foco a divisão das tarefas de casa. Para nós era pertinente investigar quais são os conflitos que se apresentam na vida privada sobre determinadas responsabilidades.

As crianças, diferente do que pensamos, compreendem bem a distribuição das tarefas da casa, a pergunta a ser feita então seria: – Se somos uma sociedade que profetiza a igualdade de gênero, como a nossa Constituição ampara, como temos tanta desigualdade na distribuição de tarefas domésticas na maioria das famílias?

Parece simples a indagação acima, mas como vimos, o próprio Estado legitima as

diferenças, quando não investe em creches, por exemplo. Ele retira muitas mulheres do emprego formal, propiciando assim uma grande parcela de famílias organizadas por crianças que cuidam de crianças para que a mãe, muitas vezes única provedora financeira da família, possa trabalhar. Essa realidade apareceu de forma muito presente e alarmante nas rodas de conversas realizadas pelos alunos e mediadas por mim. Estimular diálogos e cenas sobre igualdade de gênero para então, com cuidado, tocar na temática da violência doméstica se faz movimento de extrema importância e que deve ser tratado em sala de aula para que possamos desconstruir a mentalidade patriarcal entranhada em nossa cultura.

Sobre a divisão de tarefas domésticas, acrescenta Flávia Biroli em *Gênero e Desigualdades* (2018):

O fato da industrialização ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas não restringiu a casa a espaço reprodutivo. A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão do trabalho em que se configurariam dois grupos (ou classes): As mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. (BIROLI, 2018, p.28).

A distinção do trabalho remunerado e não remunerado, apresenta um ponto extremamente importante na vida das trabalhadoras, assim como na vida das mulheres europeias na transição do feudalismo para o capitalismo, porque diante dessas condições somos obrigados a relacionar questões de etnia, gênero e classe. Aqui, assumo que o feminismo negro acrescenta muito para o embasamento teórico da minha pesquisa. As improvisações dos meus alunos, por exemplo, são sinalizações dos conflitos de mães trabalhadoras que cuidam dos filhos dos outros enquanto os seus são criados em situações muitas vezes de riscos.

Certo dia, anotei, que a necessidade em tocar em problemas tão doloridos iam me render boas aulas. Afinal o que são boas aulas? Obtive muitas respostas na leitura de Bell Hooks, *Ensinando a Transgredir - A Educação Como Prática da Liberdade* (2019c) e, lógico, ao retomar à leitura de Paulo Freire (que inclusive é indicado pela autora) para a realização de um trabalho com raízes que sejam profundas e sempiternas na formação de nossos alunos. É preciso ousar, acreditar que é possível a formação de alunos com pensamento crítico, afastando-nos do que Paulo Freire chama de educação bancária, onde os conteúdos apenas são distribuídos. Tais leituras me colocam em contato com algumas

angústias da autora sobre o conceito de uma pedagogia libertadora.

Em seu livro, Bell Hooks nos conta sobre a sua formação, sobre suas inquietações entre a teoria e a prática, traz à luz o apego dos profissionais de educação em sua prática pedagógica, além de apresentar algumas questões importantes como o apego ao discurso de identidade e a defesa para se manter em lugar seguro para aplicação do conteúdo, teses que contradizem a prática do magistério que coloca o educador em diversas situações em que se requer correr riscos.

Para desenvolver uma metodologia que possibilitasse a autora trabalhar sobre etnia, gênero e classe, ela conversou individualmente com seus alunos para entender como seria possível esse tipo de aula atrair jovens negros. Meus alunos são crianças, mas notei, com os anos de magistério, que a conversa se faz essencial em qualquer faixa etária. Assim surgiu a ideia da roda de conversa, onde o verdadeiro desafio seria lançar o tema e observar como se desenvolveria a discussão sobre a questão da desigualdade de gênero partindo do universo deles. Destaco que as improvisações foram fundamentais porque esclareceriam que minhas leituras teóricas serviram de base para uma escrita, mas esta base seria formada de tijolos que por sua vez viriam justamente da prática dos alunos através do teatro, e da voz da vivência deles.

Em minhas turmas do 3º ano, certa vez recortei um boneco sem marcadores de gênero, isto é, sem nenhuma indicação de roupa feminina ou masculina, o coleí no quadro e o chamei de Ti. Nesta proposta, estabeleci que Ti era um habitante de um planeta muito distante que veio fazer uma pesquisa sobre a Terra e gostaria de descobrir como nós vivemos, como nossas famílias vivem. A intenção era provocar os alunos a explicarem a Ti como é a vivência na Terra. Esse recurso facilitou a introduzir o diálogo com os alunos sobre a realidade familiar, a perguntar quem fazia as tarefas domésticas, conversar sobre igualdade de gênero através do olhar deles, a identificar fatos sociais importantes, tudo isso motivada pelas questões levantadas por Bell Hooks. Dentre as questões levantadas pela autora, está a insinuação de que o professor deve se desprender de modelos, exercitar a escuta com seus alunos e mudar quando preciso. Sobre isso escreve Hooks:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social sem número de outras diferenças. (HOOKS, 2019, p. 174).

Não há como abordar a desigualdade de gênero sem tocar na violência estrutural sofrida pelas mulheres. Não há como falar em feminismo sem romper com modelos

estabelecidos para nós mulheres. Não há como caminhar sobre esses temas sem atacar o sexismo imposto a nós todos os dias.

No início desta dissertação, apresentamos dois momentos históricos: a entrada da modernidade (Silvia Federeci) e o Brasil contemporâneo (Flavia Brioli e Elaine de Souza Cordeiro) e, como ponto de intersecção, a subjugação do papel da mulher na sociedade, apoiado pelo Estado e a Igreja, ou seja, a estrutura do patriarcado na formação e educação das famílias; para enfrentar esta dinâmica, a pedagogia libertadora torna-se essencial na formação de futuras gerações. Precisamos transgredir algumas regras e levar para o ambiente escolar a teoria feminista como instrumento de libertação de ações sexistas, pois crianças educadas para pensar sobre as desigualdades de gênero serão adultos mais generosos no coletivo. Como afirmamos acima, bater não pode ser considerado costume, bater é um ato de violência, precisamos enquanto formadores de pensamentos e atitudes (este é também o dever do professor) incentivar esta pauta. Somos um país que carrega o fardo de estatística alta de mortes contra as mulheres, assim se faz preciso falar do afeto, das possibilidades de corpos se respeitarem em suas diferenças, para isso proponho que as aulas de artes podem ser adaptadas com esse objetivo.

Verônica Gago, no livro *A Potência Feminista* (2020), escreve sobre a guerra do corpo das mulheres o seguinte:

Estar em guerra é um modo de assumir a existência de um diagrama de forças. Significa encontrar outro modo de viver em nossos corpos. Implica visibilizar um conjunto de violências que fazem desses corpos “terminais” um diferencial nessa trama. Estar em guerra é liberar forças contidas. É deixar de silenciar sobre a violência. (...) Nesse sentido, é assumir que somos atacadas e que tomamos a decisão – que é força comum – de que já não ficaremos pacificadas diante das violências cotidianas. Tem a ver com um modo de atravessar o medo e não simplesmente de pensar que ele deixa de existir. (GAGO, 2020, p.100).

Não há maior reação contra a violência do que trazer à consciência sua existência. Precisamos desde cedo ensinar nossas crianças os valores de solidariedade e respeito às diferenças. Diante de tantos fatos trágicos noticiados nos jornais e programas policiais, a escola tem um papel muito importante nessa desconstrução cultural da misoginia.

Confesso que, ao definir o meu objeto de pesquisa, me vi submersa por uma série de medos, dentre eles a faixa etária, afinal trabalhar teoria feminista associando-a à prática do Teatro do Oprimido para crianças é um projeto bem audacioso. A maioria da literatura sobre meu tema é dedicada para jovens e adultos, mas o universo de crianças de 6 anos aos 12 anos, faixa etária que corresponde ao Ensino Fundamental I, me impõe a

descoberta de novas possibilidades de trabalho, como a apresentação de alguns mitos gregos, a contação de histórias sobre a vida de grandes mulheres, a construção da nossa vida familiar, desenhos, as discussões adaptadas sobre nossa Constituição, sobre a Lei Maria da Penha. Tudo isso antes do jogo dramático para que contextualizando e adaptando a linguagem, tais temas consigam sair de um lugar que parece muito complexo para abraçar o mundo infantil. Devemos ter em vista que as crianças, muito mais do que jovens e adultos, são absolutamente generosas e criativas em relação ao mundo.

1.3. Exploração e Colonização – Ensinando a Transgredir

Na leitura de *Ensinando a Transgredir* (2019c), temos ressignificado o papel do professor universitário que permanece sentado diante de uma mesa mencionando conteúdos. Hooks nos convida a uma reflexão sobre o corpo de um professor em sala, sobre como somos percebidos pelos alunos. Neste ponto, é preciso refletir sobre como são selecionados os nossos critérios para transmitir bem o nosso conhecimento? Este corpo-educador é vivo?

Estou prestes a me aposentar, tenho 20 anos de educação pública, passei por várias etapas até chegar aqui, inclusive a quase desistência do magistério posto que nem sempre nosso ambiente de trabalho nos é favorável a começar pelo fato de que nós – professores de artes –, somos vistos por muitos de forma inferior em nossa categoria. Para alguns professores somos uma diversão e não uma disciplina. Aqui é pertinente salientar que tais afirmações partem da minha vivência e das experiências de que comungo, afinal são muitos anos no magistério. Tal movimento que tenta marginalizar os professores de artes me irrita profundamente, porque sou uma professora e não devo ser entendida como uma recreadora, mas também devo salientar o quanto essa temática me acordou o corpo em sala de aula, justamente porque me obriga a anotar tudo, principalmente as propostas frustradas, aquelas que dão certo numa turma e em outra não ou aquelas que simplesmente não são interessantes para minha faixa etária.

Trabalhar com crianças é trabalhar constantemente com o imprevisto, tem crianças que se retraem no grupo, tem as que se soltam em demasia, tem as que se negam a participar, enfim, existe toda uma gama de possibilidades quando nos propomos a trabalhar com o universo infantil. Assim se faz importante ter foco e aproveitar o tempo. Submetida ao sistema de organização do horário escolar, estou na grade e nem sempre tenho os dois tempos seguidos, isso me obrigar a ter agilidade na exposição do tema e na

execução dele o que acaba por muitas vezes a fazer com que tenhamos de terminar as dinâmicas em outra aula como rege a dinâmica da vida escolar.

No livro *O Feminismo É Para Todo Mundo* (2019a), Bell Hooks defende a ideia de que não há possibilidade de construção de uma sociedade justa minimizando as questões de gênero, pois enfrentar as injustiças sociais é abrir espaço para reflexão sobre etnia e classe. Nesse sentido, conversar sobre as tarefas domésticas com meus alunos foi essencial para a compreensão do quanto a posição dos homens, em família, é muito mais confortável do que das mulheres, tendo as crianças reconhecido a dupla jornada da maioria das mulheres.

Nas turmas que venho trabalhando, acrescentei que as mulheres no nosso país só tiveram direito ao voto no século XX, mais precisamente na década de 30, indaguei aos meus alunos a seguinte questão: – “Quantas presidentas teve o Brasil?”. Alguns responderam: “Uma”. É importante frisar já agora que esse tipo de pergunta não tem intenção partidária alguma e sim a necessidade de questionar os motivos de tão poucas mulheres chegarem aos cargos de poder no Brasil.

Dentro dessa mesma temática relacionada ao gênero é possível anexar outra questão: – “Quantas mulheres negras ocupam, no Brasil, cargos importantes? É comum ver negras como deputadas? Prefeitas? Médicas? Vocês pensam o que sobre isso?”. É impressionante também observar como há dificuldades em algumas crianças no seu processo de reconhecimento como negros ou negras. Fiquei muito atenta a um movimento que surgiu em uma das minhas turmas do 5º ano quando propus a pesquisa sobre mulheres negras de destaque em nosso país, movimento este de resistência ao trabalho justamente por um grupo de meninas negras da sala. Como anteriormente discutido, devemos estar preparados para as adversidades que podem surgir diante de um trabalho sensível com um público delicado. Resolvi conversar sobre a nossa formação étnica (branca, preta, parda, indígena ou amarela¹) elucidando que somos o resultado de uma grande miscigenação. Usei a história do Brasil para focar nos motivos pelos quais muitas vezes não nos reconhecemos afrodescendentes e as inúmeras imposições dos brancos colonizadores.

A história do Brasil foi contada estigmatizando negros e indígenas durante muitos anos. A figura de Machado de Assis para muitos não era percebida como preta; nosso grande escritor tinha sua imagem branqueada e se isso acontece com um grande escritor,

¹ Opções de raça ou cor segundo o IBGE.

não é difícil entender que o mesmo ocorre em relação a personificação das mulheres negras brasileiras para o mundo que são identificadas ou sexualizadas como produtos de exportação (daí o termo “mulata exportação”) e como a violência pode ser sutil, principalmente no efeito na formação de identidades.

Veronica Gago, no livro *Potência Feminista* (2020), influenciada pelas psicanalistas Maria Mies e Veronika Bennholdt que associam as mulheres a colônias, territórios a serem saqueados e, portanto, expostos a violência. Sobre isso, Gago escreve:

A partir dessa analogia entre o corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como “recurso grátis” no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, e explicarem que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal. Mies (1986), por sua vez, formulou a noção de “domesticação do trabalho” ao narrar o trabalho das costureiras da indústria têxtil na Índia, referindo-se à combinação do “trabalho reprodutivo” com o estrato mais baixo do “trabalhado reprodutivo” como cenário colonial predileto. (...) Surge, assim, uma hipótese central: domesticação e colonização são inseparáveis, já que constituem uma relação específica, tanto no modo de explorar mão de obra quanto no de subordinar territórios. (GAGO, 2020, p. 105).

Este discurso me remeteu muito aos livros de Silvia Federici que nos aponta o corpo feminino em constante luta contra exploração e a subordinação, causa de tantas mortes. Infelizmente, o corpo feminino ainda desperta esse sentido de “colônias” a serem conquistadas. Em pleno século XXI, homens se comportam como donos que são capazes de matar e as narrativas de quem não aguentou a separação ou reivindica a mulher como posse através de frases como “se não é minha não é mais de ninguém” são comuns nos autos de processos de feminicídio.

Aqui estou identificando o fim de muitas mulheres, mas na vida profissional também sofremos outras formas de colonização, outras formas de normalizar o sofrimento das mulheres, afinal, até pouco tempo, tanto a violência doméstica e como o assédio sexual no trabalho, por exemplo, não eram criminalizados. A tentativa de resolução destes problemas, no entanto, não se limita ao ato de punir agressores, mas vai além quando pensamos em como educamos nossos meninos e meninas, temos que refletir sobre a educação de nossas crianças para não continuar repetindo o mesmo enredo de desigualdades.

Quando li *Sejamos Todos Feministas* (2014), de Adichie Chimamanda Ngozi, fiquei muito atenta aos exemplos da vida prática que ela cita no livro, tais como famílias

com dois filhos onde a menina, quase da mesma idade do irmão, foi ensinada a servir o irmão quando ele tem fome, fato que coincidiu com relatos das minhas alunas meninas que são responsáveis pela limpeza da casa e muitas delas cozinham para irmãos mais velhos. Podemos perceber que tanto na literatura quanto na realidade, encontramos exemplos de como a mulher já cresce talhada para servir, quando poderíamos ensinar aos nossos meninos a cooperação desde cedo.

O trabalho doméstico é um serviço na maioria das vezes invisível, gratuito e sem valor. Quantos trabalhadores chegam em suas casas e a mulher ainda vai fazer todo o serviço enquanto o homem senta e assiste uma TV? Em milhares de casas, essa cena é comum, se tornou natural. Habitualmente vemos mulheres que ocupam o mesmo cargo de um homem fazendo todas as tarefas de igual modo e ainda ganham menos; aqui nós identificamos a raiz do patriarcado estabelecido no capitalismo.

Precisamos conversar sobre feminismo não nos termos do feminismo branco radical onde a proposta é uma cisão entre homens e mulheres, precisamos trazer os homens para nossa luta, pois ela é uma luta generosa e igualitária, uma luta para estabelecer entre os gêneros não a diferenciação e as desigualdades, mas a solidariedade. Precisamos falar sobre a história das mulheres, sobre os motivos pelos quais nossa história sempre foi contada através da narrativa masculina.

Pelo menos até o século XVIII e XIX, quando há registros escritos e as implicações da ausência desse conhecimento feminino resultou na eliminação das heroínas femininas, pudemos perceber que as primeiras pensadoras femininas tiveram que pensar como homens ou pelo menos inserir rupturas muitas vezes da sua vida afetiva em prol da vida intelectual, como se uma coisa eliminasse a outra. Gerda Lerner, no livro *A criação do patriarcado* (2019), constrói uma perspectiva histórica da opressão dos homens sobre a vida das mulheres:

Essas mulheres, que foram aceitas no centro da atividade intelectual de sua época e em particular nos últimos cem anos, mulheres com educação acadêmica, precisaram aprender “como pensar como um homem”. No processo, muitas delas haviam internalizado tanto aquele aprendizado, que perderam a capacidade de conceber alternativas. (...) As mulheres, assim como pobres, os subordinados, os marginalizados, têm conhecimento preciso da ambiguidade, dos sentimentos misturados ao pensamento, dos julgamentos de valores colorindo abstrações, as mulheres sempre vivenciaram a realidade de si e da comunidade, sempre conheceram e compartilharam-na umas com as outras, ainda sim, vivendo em um mundo no qual são desvalorizadas suas experiências, carregam o estigma da insignificância (...) Que sabedoria pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento pode haver no peito cheio de leite? Que alimento para abstração pode haver na rotina

diária de alimentar e limpar? O pensamento patriarcal relega tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das mulheres torna-se mera “intuição”, a conversa entre mulheres torna-se “fofoca”. (LERNER, 2019, p. 274; 275).

Lendo a citação de Gerda, é inevitável não fazer alusão da subjugação das mulheres ao processo sofridos pelos escravos durante a escravidão. Tanto os escravos, quanto as mulheres acabam por serem seres humanos retirados de suas raízes culturais, silenciados e dominados para servir, limpar e agradar, o que é uma contradição, pois nossos corpos geram e nutrem vidas. Mesmo agora no século XXI, mulheres ainda são alvos de violências e de oportunidades desiguais que geram a desqualificação da mão de obra feminina e dificulta o acesso das mulheres a lugares de destaques na sociedade. O patriarcado constituiu uma ordem social desigual que se adequa com o pensamento permanente de que somos objetos e, portanto, somos propriedade. Esse pensamento, embora hostil é persistente.

É importante pensar que toda essa gama de discussões tem seu início, para mim e meus alunos, com a simples análise sobre a divisão das tarefas domésticas, ilustrando que na esfera privada sejamos, como mulheres, incentivadas a limpar e cuidar de todos, quando o interessante seria que a organização familiar permitisse uma distribuição igualitária das tarefas entre homens e mulheres.

Nesse período da pandemia do Covid 19, ficou ainda mais visível a situação de vulnerabilidade da mulher que é mãe de crianças que precisaram estar fora da escola. Vimos profissionais trabalhando remotamente e ainda realizando as tarefas domésticas ou simplesmente limpando a sujeira de todos em casa e ainda cuidando das crianças em tempo integral. Para além do processo de exaustão dessas mulheres, ainda pudemos observar um aumento significativo dos casos de violência doméstica. Todos esses problemas relatados nos impõem a reformulação de pensamentos no que tange a educação de nossas crianças, principalmente no ambiente escolar onde elas passam grande parte de suas vidas e têm a oportunidade de interagir umas com as outras. Precisamos educar seres humanos sob a luz da equidade nas relações e conseguimos através do teatro sobretudo trabalhar com o coletivo e a sensibilidade, que podem desempenhar um papel importante na desconstrução dos paradigmas patriarcais.

Na coletânea de ensaios e conferências de Audre Lorde, *Irmã outsider: Ensaios e conferências* (2019), deparei-me com o ensaio intitulado “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, publicado em 1977, onde a autora nos convence da força do

discurso. Quando falamos sobre o que nos incomoda, de uma certa forma estamos primeiro vencendo a barreira do medo e em seguida sendo vencidas pela coragem e não sucumbindo à covardia imposta pelo receio de não sermos ouvidas, compreendidas ou mesmo aceitas. Quando rompemos o silêncio e nos colocamos diante do “problema” ou “dor”, em algum ponto nos tornamos mais fortes. É desse sentimento de fortalecimento que parte a minha motivação em falar sobre violência contra corpos femininos com meus alunos, mesmo sendo um assunto absolutamente desconfortável.

Como trazer esse tema para sala de aula sem falar abertamente do meu desejo de trabalhar o feminismo dentro da grade escolar? Tenho encontrado motivação ao me debruçar sobre a faixa etária, no programa pedagógico do Teatro do Oprimido para crianças, na adaptação da técnica, no aproveitamento dos jogos interativos que de uma certa forma ajudam a unir o grupo, no pensar sobre personagens importantes femininas, na adaptação da explicação de leis como a Lei Maria da Penha, provando diariamente que é possível falar de temas delicados ainda que seja um complexo trabalho de adaptação frequente ao universo do meu público alvo.

Este tipo de trabalho abre a possibilidade de várias discussões. Mas ao mesmo tempo, permito que a experiência pedagógica seja dinâmica como deve ser todo processo que envolva educação. Não temos fórmulas mágicas, temos um trabalho árduo para construir em nossos alunos, não apenas conhecimentos seletivos, mas a possibilidade da construção também do pensamento crítico sobre a vida, sendo isso já possível com crianças pequenas.

Tenho consciência da grandeza e diversidade da teoria feminista, embora minha concentração de leituras seja mais próxima das feministas do movimento negro porque esse movimento estabelece uma experiência com a classe trabalhadora que muito me interessa, afinal meus alunos são filhos de trabalhadoras e, também, porque me identifico com a importância dada a esta etnia e ao enfrentamento ao racismo estrutural, assunto que pode ser interseccional ao meu ponto específico que é a “valorização do feminino”. É importante ressaltar que a intenção do estudo da teoria feminista é pedagógica e não é, sob nenhuma perspectiva, a sustentação de alguma das vertentes feministas, até porque há uma pluralidade imensa dentro deste universo que foge ao meu interesse que é a valorização da vida das mulheres e o reconhecimento de que é possível fazer esse recorte para nossas crianças.

Almejo que “sejamos todos feministas” por acreditar na importância dessa afirmação na construção de uma sociedade mais justa e humanitária e por acreditar que

podemos educar meninos e meninas com esse espírito de solidariedade e respeito. Para isso, temos que pensar onde estamos estimulando a desigualdade de gênero – muitas vezes sem mesmo ter consciência disso –, precisamos falar sobre isso nas escolas para que consigamos romper com práticas misóginas herança do patriarcado que seguem enraizadas em nossa estrutura social.

Sobre essa perspectiva revolucionária, Gerda Lerner escreve:

O pensamento revolucionário é sempre baseado na melhoria da experiência do oprimido. O camponês precisou aprender a confiar na importância de sua experiência de vida antes de ousar desafiar os senhores feudais. O trabalhador industrial precisou tomar “consciência de classe”, o afrodescendente precisou tomar “consciência de raça” antes que o pensamento libertador pudesse ser desenvolvido na teoria revolucionária. Os oprimidos agiram e aprenderam de modo simultâneo – o processo de se tornar o mais novo grupo ou pessoa é libertário por si só. O mesmo vale para as mulheres. (...) A mudança na consciência que devemos fazer ocorre em duas etapas: devemos ao menos por um tempo, permanecer centradas nas mulheres. Depois devemos, tanto quanto possível, deixar o pensamento patriarcal para trás. (LERNER, 2019, p. 278; 279).

A citação de Gerda Lerner me estimula profundamente a persistir nesta pesquisa, porque essa motivação sinaliza o quanto é importante levar para nossas crianças a história das mulheres contadas por mulheres, identificando devidamente a importância dessa história para a quebra de valores ultrapassados e pensamentos redutores como por exemplo a ideia de que somos apenas corpos reprodutores. Nós somos corpos vivos, independentes e importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

1.4. Augusto Boal – A Estética e o Teatro do Oprimido

Munindo-me de mais instrumentos, a escolha do Teatro do Oprimido foi absolutamente espontânea. Todo o pensamento de Augusto Boal no Teatro do Oprimido é um conjunto de práticas para a formação de um indivíduo capaz de ser protagonista do seu processo estético e não apenas um fruidor. Temos um tema que circunda nossa prática, isso facilita a adaptação para crianças e há caminhos que favorecem a estrutura da cena, sendo a motivação dos pequenos é uma conquista constante que não pode ser subjugada porque através dos olhos infantis, muitas vezes chegamos a uma compreensão de mundo mais crua e real. Acredito na escola viva, atendida ao mundo para além dos muros escolares e isso é possível através da criatividade que a arte propicia. Sobre essa dinâmica humana, Boal escreve:

Para nossa alegria, nos seres humanos existem neurônios que dentro dos circuitos que integram, acumulam múltiplas funções, capazes de receber, produzir e transmitir sensações físicas, emoções concretas e ideias abstratas. (...) A estética do oprimido baseia-se no fato científico de que em um indivíduo, quando são ativados esses neurônios plurifuncionais, eles não ficam lotados de barriga cheia como bytes de um computador a esperar um agente exterior. Neurônios são vivos, dinâmicos, sua capacidade de armazenar informações e processá-las não se esgota nem se repleta – o saber não ocupa espaço, diz a sabedoria popular. (BOAL, 2009, p. 116).

Ao ler esse trecho de Boal sobre o processo criativo da estética do teatro do oprimido, entendi na prática o conceito que Carl Gustavo Jung chamou de sincronicidade. De alguma forma, nós acreditamos nas mesmas coisas. Se estimulamos crianças desde cedo a respeitar as diferenças, elas entrarão na vida adulta com uma constituição afetiva muito mais generosa tanto em relação a si mesmo quanto em relação ao outro.

A violência doméstica na maioria das vezes é estrutural e parte do homem que cresceu assistindo seu pai bater na mãe. Esse ambiente de hostilidade repercute em sua vida adulta de alguma forma, de modo que a abordagem temática de igualdade de gênero se faz necessária no espaço escolar justamente por este ser um local isento de qualquer intenção diversa da formação do indivíduo para o bom convívio social – pelo menos é o que se pretende aqui.

Brincando podemos falar de coisas muito sérias, por isso também o recurso de trazer um personagem inventado (Ti, o extraterrestre) para sala. Um ser de outro planeta para conversar sobre nós com as crianças é um recurso simples e muito revelador porque estimula que as crianças falem sobre seu universo.

Paulo Freire diria que “Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Por isso aprendemos sempre”. A educação libertária é fazer da escuta e da observação de elementos instrumentos essenciais para o nosso planejamento, o que inclusive pode modificar e flexibilizar muitas vezes este programa, afinal aprendemos o tempo todo com nossos alunos.

1.4.1. Teatro das Oprimidas

A leitura do *Teatro das Oprimidas* (2019), livro de Bárbara Santos, me proporcionou muita reflexão sobre o meu objeto de estudo, porque neste livro está a prática cênica com a técnica do teatro do Boal, identificando ações machistas mesmo em grupos progressistas e núcleos de desenvolvimento do Teatro do Oprimido. Tal obra

prova a necessidade de ir além do discurso, mas olhar para a troca de vivências entre mulheres, buscando a ruptura do silêncio imposto a nós sobre nossa história; aqui, as mulheres são protagonistas não somente das cenas, mas da história que, por sua vez, é contada por mulheres, isso faz toda diferença.

A narrativa deste trabalho me sinalizou muitas coisas; dentre as mais importantes, a quebra do silêncio. Tenho muito receio do tema que trabalho em sala de aula por ser um assunto que requer cuidado, delicadeza, mas nunca omissão, ou medo. O teatro das oprimidas quebra o paradigma de que determinados assuntos não devem ser ditos ou revelados, ao contrário, tal leitura da técnica de Boal postula que a revolução ou transformação de um grupo social acontece quando as opressões são visitadas e discutidas sem censura ou medo de críticas.

Este projeto teatral criou em mim uma revolução de ideias, inclusive reduziu o receio em trazer temas como o feminicídio para o ambiente escolar. Durante muito tempo, qualquer briga entre marido e mulher pertencia à esfera privada; atualmente, há um estímulo, através de campanhas publicitárias, contra violência doméstica, que divulga o número de telefone 180 para que todos possam denunciar qualquer situação de violência. Mas há um tempo, o incentivo era para que o silêncio imperava, ou seja, a denúncia era quase uma ofensa à moral e servia de mordaza para calar a voz de muitas mulheres. Neste sentido O Teatro das Oprimidas avança à medida que leva para cena questões extremamente desconfortáveis, como o estupro, sem julgamentos, revelando o ato de violência e as implicações que, muitas vezes, colocam a vítima como culpada pelo crime.

Bárbara Santos percebeu no TO² a necessidade de ter um núcleo voltado para o feminino, dando voz a questões pertinentes às mulheres. Levanta-se aqui a possibilidade de um teatro feitos por mulheres e para mulheres, o que me incentivou muito a ler as experiências narradas pela autora, mesmo que meu público-alvo não fosse adultos. Na obra, nos deparamos com uma narrativa extremamente honesta sobre o quanto precisamos lutar diariamente contra o patriarcado entranhado em nossas mentes. Sobre esta questão, Santos postula:

Nessa abordagem, a opressão deixa de ser entendida como fracasso da oprimida para ser trabalhada como consequência da injustiça social que, muitas vezes, independe das escolhas e dos comportamentos da oprimida. Não perguntamos o que a oprimida, a protagonista, poderia ter feito de diferente para evitar ou para resolver o problema. Nos perguntamos coletivamente que estratégias podemos usar, inventar, desenvolver, desde nossos distintos lugares sociais em relação ao

² TO – Abreviação para Teatro do Oprimido.

problema analisado, para atacar ou fragilizar os mecanismos de funcionamento da opressão ali implicados. (SANTOS, 2019, p.182).

Em nossa sociedade, tudo que representa o feminino é alvo da cultura machista e, ainda que haja campanhas contra a violência e delegacias destinadas ao atendimento das mulheres, a violência contra corpos femininos se perpetua através de julgamentos desnecessários contra a vítima, principalmente nos crimes de estupro. É importante ressaltar que em relação às denúncias após o estupro/abuso, vemos descrições feitas por alguns peritos sobre o fato criminoso extremamente técnicas nas narrativas, muitas vezes prejudicando a vítima numa sentença futura. O grande trunfo do Teatro das Oprimidas é ser um teatro contado por mulheres através do qual possamos analisar a realidade pelo olhar feminino, ou seja, esta análise acaba por dar voz às oprimidas.

Em seu livro, Bárbara Santos nos apresenta a expansão deste trabalho em outros lugares no mundo, como grupos diversos na América Latina ou em Berlim, o que é muito enriquecedor para a leitura, porque pode-se desconstruir uma ideia de que opressões machistas acontecem apenas em terras brasileiras. Santos narra um conflito muito comum: oito mulheres resolveram sair depois do Encontro de Magdalena, em Berlim, entre os anos de 2012 e 2013, e foram vítimas de racismo, destratadas na porta de um estabelecimento. Sim, oito mulheres saindo ao final da noite incomoda o patriarcado até em Berlim. Sobre este episódio, houve um manifesto no dia seguinte, em frente ao estabelecimento, denunciando a violência dos seguranças contra as ativistas na madrugada. O resultado foi que os responsáveis pela casa noturna se retrataram e pediram desculpas, prova de que é necessário romper o silêncio para resistir à pressão imposta pelo medo, que podem passar de ofensas verbais para agressões em muitos casos.

O Teatro das Oprimidas atesta a necessidade de falar sobre o quanto o sistema social, político e econômico precisa ouvir a nossa voz. Precisamos lutar por uma sociedade igualitária, isto justifica a importância desta temática em sala de aula, a fim de consumir uma educação libertária, com foco na justiça e equidade dos adultos do futuro.

Essa expectativa da criação de um modelo de escola onde se desenvolva ações pedagógicas para a valorização do feminino, estimulando o rompimento com práticas conservadoras, como, por exemplo, as filas de meninos e meninas separados, parece simples; mas uma pergunta deveria ser feita sempre: – “Qual é o motivo da separação entre meninos e meninas?”

Fiz esta pergunta a uma professora tradicional e ela prontamente me respondeu: –

“Os meninos são muito brutos com as meninas, então melhor separar”. Fiquei refletindo sobre esta prática muito comum nas escolas e, lendo a bibliografia feminista, idealizo mudanças. Precisamos compreender o momento de unir e o momento de separar para, mais na adiante, termos uma frente de educação focada na construção da equidade como pensamento filosófico. Enquanto lojas de departamento dividem seções femininas e masculinas e há dias específicos para pais e mães, penso que, de certa forma, a neutralização de gêneros ajuda na procura desta equidade aqui discutida.

Há então um paradoxo em minha proposta que precisa ser justificado. Como citado, o Teatro das Oprimidas foi uma iniciativa de enfrentar questões como a constante violência contra o corpo feminino. Insisto numa prática pedagógica libertária, principalmente, na educação para crianças. Acredito no rompimento de filas ou cores que identifiquem gêneros para que as crianças sejam estimuladas, desde cedo, a conviver com respeito e solidariedade às diferenças; não podemos esquecer, porém, que tendo em vista a realidade atual, é necessário que haja projetos voltados às questões relacionadas as mulheres ou ao corpo feminino, isto é, é necessário o respeito ao lugar de fala. Em se tratando de questões extraclasse, não é possível ignorar que ninguém pode descrever melhor um estupro com todos os detalhes, por exemplo, do que quem foi vítima dele; o mesmo acontece com a violência sofrida por uma mulher pelo seu companheiro. Ninguém sabe o que é sangrar todo mês tão bem quanto quem tem útero e não estou identificando aqui o feminino pela biologia, que isso fique bem claro, estou expondo questões do universo feminino e o quanto o patriarcado nos limitou ao longo da história universal da humanidade. Há momentos em que precisamos nos reconhecer enquanto agentes da nossa história e, para isso, nossa voz é necessária. Sobre isto, Bárbara postula:

Corpos de mulheres ou corpos identificados como de mulheres. Corpos objetificados, territórios com fronteiras questionáveis, invadidas e desrespeitadas. Pessoas que vivem nesses corpos são convidadas a se sentirem culpadas e envergonhadas pela invasão sofrida, tanto pelo fato em si quanto pelo resultado. (...) A sociedade diz que cada uma deve entender que o que ocorre em sua vida é particular, consequência de escolhas pessoais, das decisões individuais (...) Na contramão das estratégias patriarcais, nossa estética feminista busca mostrar que a intimidade é construção social. (SANTOS, 2019, p.182).

Esta leitura me suscitou várias conclusões. Dentre elas, a afirmação de que não há como planejar qualquer ação pedagógica com intuito de trabalhar gênero sem ter atenção à etnia e à classe. Mesmo sem intenção, nos deparamos com problemas sociais diversos, problemas econômicos, políticos, religiosos, enfim, estar em sociedade é admitir o vasto

encontro destes com outros problemas sociais que, com certeza, temos que levar em conta: a isto damos o nome de interseccionalidade.

Atualmente, a palavra feminista suscita várias associações errôneas, tais como a ideia de que são mulheres querendo ser mais do os homens, discursos geralmente divulgados por segmentos religiosos. É muito importante o reconhecimento de que há, na história da luta das mulheres, alguns equívocos que são solucionados no decurso do tempo e da prática. Há diversas correntes teóricas feministas, inclusive as mais capitalistas, como as que justificam em publicidades o empoderamento feminino estar num batom ou creme contra estrias e na explanação dos corpos padrões, causa de inúmeras mortes de mulheres em procedimentos estéticos. Há de se ter atenção às interlocuções sobre o tema. Por isso, com os alunos do 4º ano e 5º ano, por exemplo, começo sempre a explicação de termos comuns a temática com o dicionário, assim me defendo de intervenções desgastantes e me asseguro da garantia de que tudo que espero dos meus alunos é o exercício da cidadania de forma ampla e rigorosamente constitucional.

Ainda no Teatro das Oprimidas, Bárbara Santos faz uma referência à “recuperação da Eva”³ numa defesa dos corpos, falas e do prazer femininos; tudo em um caldeirão cênico, com a intenção de falar sobre liberdade, sinalizando-nos que o tempo passou, porém continuamos repetindo opressões como se estas fossem naturais. Quantos homens ainda tratam suas mulheres como posse? É possível observar que, ainda nos dias de hoje, as relações ainda são objetificadas; isto é o que nos demonstra os dados de feminicídio motivados por ciúmes, por exemplo. Em contrapartida, estas práticas cênicas fortalecem nossa luta, porque nos colocam no compromisso de transformação individual e coletiva, justamente por nos apresentar ferramentas para transformar quem está ao nosso redor.

Na página 219 de seu livro, Santos postula: “Nosso compromisso é o engajamento com as comunidades onde estamos e com seus movimentos e organizações sociais, fortalecendo, multiplicando e articulando processos de transformação social a partir, por e para as oprimidas”. Pensar que este projeto acontece em vários países, identifica a importância do Teatro do Oprimido, as sementes de Boal circulando no mundo transformando vidas. Essa pesquisa tem como objetivo proporcionar aos meus alunos outras histórias sobre o feminino e sobre solidariedade, isso me ensina a planejar, a acertar e errar nas minhas aulas com a certeza de que é possível realizar e romper com o

³ Referência à figura bíblica Eva. De acordo com as religiões abraâmicas, Eva foi a primeira mulher criada por Deus e deu origem ao pecado comendo o fruto proibido, uma maçã da árvore da sabedoria.

patriarcado todos os dias.

Ressalto que, para o meu público-alvo, são muito complexos os assuntos relacionados às vivências das vítimas de opressões por razão de gênero. Tais questões são muito herméticas para o universo infantil, mas é possível trabalhar questões mais sutis referentes às desigualdades de gênero, como as obrigações dos trabalhos domésticos destinados, principalmente, às mulheres. Esta realidade é muito próxima dos meus alunos, por isso este tema me contempla inúmeras possibilidades de atividades, tanto com os mais novos quanto com os do 4º ano e 5º ano, que são as turmas mais velhas.

A responsabilidade de cuidar da família e da reprodução são elementos usados pelo capitalismo como recurso de mão de obra gratuita, isto é, muitas mulheres trabalham diariamente sem remuneração para cuidar de seus familiares e oferecerem mãos trabalhadoras. Através da reprodução, mulheres foram exploradas excessivamente pelo capitalismo e continuam sendo mão de obra barata.

O feminismo negro amplia as nossas considerações sobre o feminismo nas classes de mulheres trabalhadoras, afinal as mulheres negras sempre trabalharam para ajudar no sustento da família. A maioria das mães de meus alunos trabalha em casas de família, muitas vezes sem carteira de trabalho, além de serem chefes de famílias, criando os filhos em condições muito distintas das mulheres brancas. A diferenciação entre mulheres brancas e negras são diversas, a começar pela escolaridade, situação determinante para as diferenças salariais.

A mulher negra ocupa a base da pirâmide social, ou seja, numa explicação mais imagética, podemos dizer que o homem branco explora a mulher branca que explora o homem negro que explora a mulher negra. Nestas condições, não podemos identificar um feminismo sem que essas considerações sejam levadas em consideração.

O empreendedorismo, palavra ultimamente comum, por exemplo, é muito distante quando se vive numa sociedade desigual. Para estas mulheres não é possível escolher outro caminho que não seja o que se apresenta na realidade de quem vive em condições precárias, sem estímulos para transformação e sem políticas sociais para sua inclusão.

O mesmo se reflete quando pensamos nas escolas, no âmbito da estrutura espacial. É irônico notar que, na pandemia, a população “descobriu” que a escola é um serviço essencial, mas quando trabalhamos em escolas dentro das comunidades percebemos os edifícios abandonados há anos, sem estruturas sanitárias desde sempre, o que se agravou com a pandemia. O que se está tentando expor é que como tais espaços são escolas para a favela, ninguém nunca se importou em melhorar o ambiente escolar.

A escola, há algum tempo, vem sendo depósitos de crianças. É fácil encontrar crianças no 5º ano com deficiências básicas no aprendizado. Vou adiante, meus alunos do 2º ano do Ensino Médio não conseguem interpretar o que leem, por exemplo. Ilustrado o ambiente hostil no qual leciono, afirmo que me dedico às crianças na minha pesquisa porque assim encontro esperança no meu trabalho diário.

Como empreender se não há uma política social para romper com a desigualdade de gênero, etnia e classe? Como votar em candidatos com uma plataforma para uma educação pública melhor, saúde e moradia se a população não sabe dos seus direitos? Estamos assistindo o quanto o SUS é importante e, mesmo assim, não há uma formação de opinião do povo para defender o que ainda é seu. Sendo assim, penso que não há outro caminho inicial que não seja através de uma escola pública de qualidade.

O Teatro do Oprimido tem como ideal transformar o oprimido diante de suas limitações; assim, estas questões de classe são extremamente importantes e devem ser discutidas e compreendidas ainda na infância para que possamos pensar em um futuro mundo menos desigual.

Retornando ao Teatro das Oprimidas, vemos relatos de conflitos em grupos mistos. Mesmo homens fazendo parte do TO, estes apresentam dificuldades em identificar atitudes machistas no grupo e quando isso acontece, o grupo deve ter o amadurecimento de debater sobre o assunto. Fico imaginando que crianças que são estimuladas a não serem sexistas e verem as meninas, nas suas diferenças, com direitos iguais, com certeza, serão adultos melhores.

Esta experiência cênica nos apresenta a importância da existência de projetos desta natureza, que identifica o machismo estrutural independente de ser no continente europeu ou na América Latina. As raízes patriarcais estão entranhadas em diferentes culturas e, nos países em desenvolvimentos, os problemas econômicos repercutem como mais incidências de violência contra mulheres. Sobre isto, Bárbara Santos, escreve:

Todos e todas nós, pessoas que nascemos, crescemos e nos tornamos adultas em sociedades regidas pelo sistema patriarcal, provavelmente não escapamos de uma educação machista, racista e individualista. Digo provavelmente mais por uma questão de otimismo utópico do que por realismo. Em consequência disso, nossas cabeças estão entupidas de lixo heteronormativo-romântico-patético disseminado ao longo de nossas vidas em conteúdos estéticos, políticos e morais. Na estética do oprimido, Augusto Boal nos alerta que, infelizmente, não é possível simplesmente eliminar esses resíduos para esvaziar a cabeça da ideologia dominante. Para tanto, precisamos aprender, inventar e desenvolver outras normas de convivência para desaprender os padrões patriarcais profundamente internalizados. (SANTOS, 2019, p.313).

A leitura da *Estética do Teatro do Oprimido*, de Boal voltada para as opressões destinadas aos corpos femininos fortalece o meu objeto de pesquisa, pois acredito que quanto mais cedo incentivarmos o debate sobre a desigualdade de gênero, mais libertária será a construção de uma cidadania solidária, contribuindo para desconstrução da cultura sexista e desigual. Há, neste trabalho, uma constante análise sobre relatos de discriminações de homens em relação às mulheres, tanto nas relações íntimas quanto nas relações profissionais. A quebra do tabu em debater, no espaço coletivo, problemas considerados de foro íntimo faz a prática da desconstrução do medo e do silêncio avançar, o que por sua vez, mesmo que de forma indireta, denuncia o machismo.

Os homens, em sua maioria, encontram muita dificuldade em reconhecer os abusos praticados contra as mulheres. Muitos acusados de violência domésticas chegam nas audiências sem o reconhecimento da prática de um crime, todos os dias as delegacias recebem inúmeros casos com este discurso por parte do agressor; ao contrário das mulheres, que, quando são vítimas de relacionamento abusivos, sentem culpa por serem alvos de violência. Tal estrutura se configura de maneira tão perversa que o silêncio como expressão do medo é muito comum, infelizmente.

O teatro como instrumento de reconhecimento dessa nefasta mazela social, da violência dos corpos femininos, ocupa um espaço importante na transformação dos valores morais que rompem com a impunidade desta prática criminosa.

Ressalto a importância de reagir ao desconforto que a temática das opressões femininas suscita, precisamos estabelecer um elo de coragem e falar sobre essa ferida demasiadamente humana, pois encontramos esta prática criminosa em culturas e sociedades diferentes; precisamos apontar os privilégios masculinos, oferecendo caminhos para a composição de uma sociedade mais justa e isto só será possível reconhecendo as opressões a que são submetidas mulheres em todo mundo.

Há sempre homens que dirão que nem todos os homens são machistas, na intenção de questionar a universalidade do tema, assim como acontece com o racismo. Nestes casos, ao debatermos sobre o assunto, sempre ouvimos defesas do tipo: “não são todos que agem com racismo”. Tal defesa estimula o silenciamento do tema e não é o melhor caminho. Ainda bem que temos homens sensíveis e que estão atentos no cotidiano para não serem machistas, mas isto não deve ser impedimento para conversar sobre o tema, ao contrário, o estímulo de uma educação feminista é diariamente lutar por um coletivo que reaja ao sexismo, machismo, racismo, entre outras formas de opressão, para uma justiça

social e para a construção de valores morais que estimulem a equidade.

Esta estratégia parece ser óbvia na construção de um currículo pedagógico que proporcione o que manda a nossa Constituição no seu artigo 205º:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 5º)

Diante deste artigo e de tudo o que foi aqui exposto, podemos fazer algumas reflexões. Se enfrentamos a violência contra corpos femininos, mesmo diante de uma legislação penal que tipifica o crime, com possibilidade de aumento de pena, mas ainda assim, em alguns casos, ineficaz, como podemos incentivar nas escolas a diferenciação entre meninos e meninas? Por que os meninos são estimulados a não fazerem as mesmas coisas que as meninas? Digo, meninas são estimuladas a cuidar da casa e fazer comidinha, como se estas fossem situações absolutamente femininas, o que perpetua a ideia de um lugar para a mulher que não deve ser mais aceitado como único lugar. No ambiente escolas propicia a possibilidade de alguma contribuição na dissolução destas estruturas arcaicas, ou seja, possibilita um acesso a uma dinâmica que estimule os alunos a solidariedade, a igualdade e a ruptura de diferenciação de brinquedos, por exemplo, já que a única premissa deveria ser que brincar é um universo lúdico e para todos. Tais “brincadeiras” são importantes para a transformação de valores patriarcais em ações libertárias.

Precisamos avaliar o ambiente escolar, precisamos incentivar os professores a reverem valores. Outro dia, enquanto observava os trabalhos realizados pelas crianças em capas realizadas por uma determinada professora, percebi que esta determinava o gênero de seus alunos pelas cores azul e rosa. Isto é muito comum, principalmente quando se trata dos alunos do primeiro seguimento. O que parece uma atitude pueril, à luz dos estudos sobre a desigualdade de gênero, se mostra divisor, uma espécie de *apartheid* que se baseia numa diferenciação entre meninos e meninas ilustrada em cores.

Separar para diferenciar. Não é como se estivéssemos separando para unir depois. Compreendo, como mulher, as diferenças entre os gêneros, porém esta percepção não deveria poder me subjugar em outros setores como profissionais, por exemplo. Sabe-se que homens com a mesma formação de uma mulher ganham mais. Penso que se a educação para as crianças se debruça no princípio da igualdade, partindo de ações simples do cotidiano como despertar o mesmo espírito de cuidar nas brincadeiras para meninos e

meninas, ou mesmo brinquedos sem gênero, essa educação está contribuindo de alguma forma para a quebra do paradigma de uma educação patriarcal.

A leitura do Teatro das Oprimidas foi rica porque me propiciou a compreensão da necessidade de uma nova investigação sobre a nossa grade/matriz escolar e sobre qual é a nossa dinâmica de planejamento, sobre quais são as ações que realmente fazemos na escola que proporcionam o debate sobre respeito ao feminino. É claro que estas reflexões também me levam a questionar como a minha pesquisa pode se concretizar nas turmas onde leciono, já que é notável como os professores mais enraizados em modelos patriarcais são resistentes a qualquer parceria, o que interfere muito no processo com os alunos, posto que eu só encontro com eles uma vez por semana.

Adichie Chimamanda Ngozi, em seu livro *Para Educar Crianças Feministas* (2017), reflete sobre as organizações das roupas e dos brinquedos infantis nas grandes lojas ou magazines. Demonstra-se na obra que em todas há uma separação motivada pelo gênero e faixa etária e as indagações dos motivos comerciais desta prática são poucas, simplesmente perdurando através dos tempos. Ao ler esta obra, reflito como seria se não existisse tal separação, será que haveria a liberdade de escolha e o gosto seria o primordial, para além do gênero ou da imposição encravada pelo patriarcado?

São costumes muito sutis: a arrumação das lojas, as capas da professora para seus alunos (azul para meninos; rosa para meninas), fila de meninos, fila de meninas, enfim, são atitudes que devem ser transformadas no mundo atual. Parece radical, mas precisamos, enquanto educadores, prestigiar ações que priorizem a igualdade, sem deixar de assumir as diferenças, mas com o objetivo de uma formação de um mundo mais justo e menos punitivo.

Precisamos muito mais de escolas do que presídios, da educação voltada para garantir a todos benefícios no desenvolvimento do indivíduo independente do gênero, etnia ou classe. Temos que repensar a formação de nossos alunos e alunas, precisamos repensar a biologia seletista ou usada para defesa da masculinidade. Quando incentivamos apenas as meninas a cuidarem da casa estamos selecionando através da biologia uma conduta, o fato é que se deve ter em conta que o erro começa na própria seleção biológica, já que não é biologicamente que se determina uma mulher ou homem.

O projeto teatral do Teatro das Oprimidas também coloca em pauta o debate sobre a participação de mulheres trans em núcleos espalhados pelo mundo, sendo isto extremamente necessário para a abertura de inclusão de mulheres trans nas discussões, justamente por também serem alvos de ações violentas, por serem corpos femininos que

são alvos da tirania do patriarcado, sendo, portanto, a mesma realidade.

Precisamos refletir sobre os condicionamentos atribuídos à biologia, precisamos refletir sobre o porquê estimulamos nossas meninas a servirem desde cedo, sobre o porquê ditamos quando e como servir, cuidar, amar, já que o próprio destino deve ser uma escolha livre para todos, sem exceção ou predileção de meninos ou meninas. Nossa educação está atrelada a costumes incentivados por questões religiosas que ensejam o tratamento diferenciado, e até hostil, caracterizado pelo machismo, sexismo, misoginia, entre outros elementos que podem gerar um potencial agressor no futuro. Portanto, me parece que a saída mais efetiva para combater o machismo estrutural é a educação, iniciando desde que os indivíduos são crianças; assim, durante a formação da personalidade desses infantes, poderemos incluir valores solidários e éticos e, sobretudo, ver um reflexo disto no futuro.

CAPÍTULO 2: RODAS DE CONVERSAS

Como citado no primeiro capítulo – e que se faz importante reforçar, porque ilustra como é dada a iniciativa prática deste tema –, iniciei a aula do 5º ano com a seguinte pergunta: – “Quem faz a comida e lava os pratos na casa de vocês?”. As meninas de imediato responderam que elas mesmas eram encarregadas de fazer essas tarefas; os meninos, em sua maioria, disseram que a mãe era quem cuidava desse tipo de coisa, então continuei: – “Os serviços de casa como lavar a louça, fazer a comida, cuidar da casa é coisa só das mulheres?”. As respostas foram quase na mesma direção, não era um serviço só de mulheres, mas as mulheres faziam mais do que os homens. Senti um certo desconforto da turma em relação a esta conclusão, principalmente entre as meninas.

Aproveitei este clima de questionamento sobre os serviços domésticos e continuei: – “Quem aqui da turma tem mãe que trabalha fora?”. Muitos levantaram as mãos sinalizando que a mãe trabalhava fora e houve, ainda, um grupo que permaneceu com as mãos abaixadas. Ressalto que, neste momento, finais de 2018, ainda não tinha sido decretado o isolamento por conta da pandemia. Segui perguntando se, por acaso, as mães que trabalhavam fora ficavam livres dos serviços domésticos ou continuavam executando tudo, ainda que depois do trabalho. Muitas meninas justificaram que, elas eram encarregadas da realização de tais tarefas, para que as mães conseguissem se livrar das funções domésticas.

Essas rodas de conversas foram reveladoras, principalmente para meus alunos. Juntos, chegamos a algumas conclusões, dentre elas a de que as mulheres são sobrecarregadas, já que muitos filhos se recusam a lavar a louça ou coisas do tipos por serem meninos. Cito também relatos de meninas com irmãos mais velhos em casa que se negam a fazer as tarefas domésticas e, no que tange à prática exercida pelos pais ou parceiros destas mães, estes atos são compreendidos e aprovados. Nesta conversa reveladora sobre a vida privada de cada família ali representada, ficou muito evidente para mim e para os alunos a posição mais confortável dos homens em relação aos afazeres domésticos.

Parti desta constatação para perguntar se esse trabalho doméstico realizado pelas mulheres era remunerado. Eu sabia a resposta, mas queria que a turma refletisse sobre esse trabalho cansativo e gratuito para a compreensão da invisibilidade da luta feminina.

A fim de intensificar o debate, mostrei aos alunos a Constituição do nosso país e

disse que dali saíam todas as nossas leis. Com eles, li o artigo 5^a, inciso I, sobre a igualdade de gênero. Em tal artigo nos é dito que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Escrevi esta frase em letras garrafais no quadro, para fortalecer nosso debate. A objetivo de reflexão para mim era claro: “Se, perante a lei, os direitos são iguais, por que na vida familiar (privada) as mulheres eram tão discriminadas?” E mais, essas diferenças se estabeleciam apenas no âmbito familiar ou também se estendiam para a vida profissional?

2.1. A questão em cena

Foi um alvoroço na turma. Em uma classe sempre há os mais “atenados”, que correspondem bem às indagações no sentido de identificar, nas discussões, raízes dos problemas sociais. Uma garota colocou que “as meninas estudavam mais do que os meninos” e os meninos concordaram que muitas vezes as mulheres tinham mais responsabilidade com os filhos do que os homens e que isso, infelizmente, era normal.

Com o debate acalorado, interfeiri e propus uma pequena cena sobre a temática da igualdade na qual poderíamos nos inspirar nos conflitos domésticos, tais como fazer ou não as tarefas cotidianas. A turma se dividiu em grupos e, para maior liberdade, eles escolheriam quem iria para a cena e quem faria o pequeno roteiro para improvisação. Teríamos ali cenas sobre as desigualdades entre homens e mulheres com o objetivo de que, através dessas improvisações, houvesse a percepção dessa problemática social muitas vezes não exposta nas salas de aulas.

Fomos para as improvisações e o que se passou foi bem interessante, porque essa desigualdade apareceu, mas não foi reconhecida pelos alunos como um problema a ser discutido, sendo apenas um problema comum a todas as famílias. Nenhuma cena acenou para identificar o machismo cultural impregnado na sociedade. Ressalto que os alunos trouxeram cenas explícitas de machismo, mas havia uma contradição muito grande, pois ao mesmo tempo que eles identificavam o problema, a solução cênica era sempre uma separação, uma briga ou uma ruptura, mas em nenhuma das cenas apresentadas foi dada a possibilidade da transformação ou mudança de hábitos.

Isso me chamou muito atenção: Seria a faixa etária? A falta de experiência? Talvez. O fato é que no conteúdo das cenas era bem definido o papel de fragilidade da mulher diante do excesso de trabalho e sobrecarga na educação dos filhos, mas o fato de ninguém verbalizar a possibilidade de transformação em família me deixou em alerta,

afinal, o 5º ano (alunos com cerca de 11-12 anos) é composto por crianças entrando na adolescência. A gente sempre imagina que nossas crianças sonham em mudar o mundo, eu pelo menos quero que meus alunos saiam das minhas aulas questionando situações que podem e devem ser transformadas.

Sem conjecturar lições de moral ou julgamento de personagens como bom ou ruim, me inquietou observar a repetição do núcleo familiar ou as situações cênicas das mulheres, como estarem fadadas ao trabalho exaustivo, que, ali expostas, surgiam como obrigatórias para quem casa ou constitui família. Naquele momento, para mim enquanto professora-educadora, a questão mais latente foi como proceder diante desta situação. Deveria eu conversar abertamente sobre o que me afligia ou aguardar? Fui pra casa pensando muito sobre os exercícios, sobre o desempenho dos alunos e, sobretudo, sobre como abordar questões importantes levantadas pelo movimento feminista negro para meus alunos filhos de trabalhadores e vítimas de um sistema econômico desigual.

Foi um momento de reflexão sobre tudo que venho lendo, sobre o quanto é complexo transformar velhos hábitos. Neste intervalo, li relatos de homens violentos que chegam nas audiências e questionam sobre o que estão fazendo ali, ou seja, homens que não conseguem admitir a violência como crime, que acham que violentar corpos femininos é comum; infelizmente, o machismo é estrutural, algo que vai passando de pai para filho, por isso a escola deve ter projetos que incentivem uma reação contrária a qualquer manifestação misógina.

Na semana seguinte, perguntei se as mães ou mulheres responsáveis pela limpeza da casa ganhavam para realizar todos os dias esse trabalho. Duas garotas imediatamente responderam eufóricas:

– Tia, nós não recebemos nada, agora se a gente não fizer, aí vamos ter problemas.

Outra menina comentou:

– Minha mãe não ganha nada e faz tudo.

– Quem vai pagar? – Outra aluna acrescentou – Meu pai acha que minha mãe não faz nada, porque só ele ganha dinheiro.

Foi quando interfeiri:

– Isso mesmo, gente, ninguém paga pelo serviço doméstico feito dentro de própria casa, já pensaram sobre isso?

Uma garota desabafou sobre sua realidade familiar:

– Meu pai trabalha fora e minha mãe fica em casa, cuida das nossas roupas, faz comida, compras, tudo é ela quem faz e meu pai sempre diz que ele é quem trabalha e

põe o dinheiro em casa.

Conversar sobre a não remuneração ajudou os meus alunos a compreenderem o tamanho da desigualdade de gênero. As improvisações seguiram, inclusive com algumas apresentando as diferenças salariais entre homens e mulheres e a problemática vivenciada por mulheres na sua maioria, o abandono do emprego para cuidar dos filhos e da casa.

Houve um avanço: além de expor o problema, eles tomaram consciência da desigualdade de gênero na vida privada, o que me deixou bem feliz, porque não há luta contra opressão sem a consciência do oprimido. Foi muito importante acompanhar esse avanço, surgiram questionamentos que, com certeza, virarão sementes na vida desses alunos para a vida.

Há sempre uma turma que vai acelerar o conhecimento em detrimento a outras. As turmas do 5º ano eram o retrato disso, dei a mesma temática para todas as turmas, mas desenvolvi apenas em duas (das quatro em que leciono) de uma forma satisfatória. Os exercícios tinham como início a roda de conversa que avançava para leitura do artigo 5º da Constituição, citado no capítulo 1, até chegar ao conceito de igualdade.

Deparei-me com um problema enorme que consistia no maldito vício do aluno copiar mecanicamente as atividades propostas em sala de aula. Alguns professores estimulam o exercício de pensar sobre o que se está fazendo; em outros casos, encontro alunos viciados na cópia, na xérox ao invés de desenhar, no decorar ao invés de pensar sobre o que se está lendo, enfim, vícios pedagógicos. Compreendo que muitas vezes é difícil estimular turmas tão distintas em aprendizagem, isto é, é possível encontrar, no 5º ano, alunos que não conseguem ler ou que copiam sem compreensão como máquinas. Com, no máximo, dois tempos semanais é uma frustração para mim, principalmente porque este perfil de aluno apresenta uma aversão à reflexão ou qualquer iniciativa um pouco mais subjetiva, sendo logo acometidos pela dispersão. Infelizmente, quando temos um número grande de turmas para atender, sempre vão existir aquelas turmas que vão avançar mais do que outras.

Eu tinha duas opções, assumir o fracasso da aula ou tentar por outras vias. Às vezes a concentração do aluno em um determinado tema poderia acontecer através do desenho; para isto, uso a minha experiência como atriz e recorro a contação de histórias, Lógico que trago um repertório sobre a violência contra mulher, as desigualdades de gênero e elementos da teoria feminista para um trabalho de educação e conscientização sobre o assunto.

É usando este recurso que conto a história de uma mulher chamada Maria da

Penha e os motivos pelos quais ela virou nome de uma lei, motivos de, até hoje, essa mulher dar palestras em todo o Brasil, motivada pela luta para salvar vidas de mulheres vitimadas pela violência doméstica. Na apresentação desta personalidade tão importante para nosso país, exponho que nosso país ocupa o quinto lugar em crimes praticados contra mulheres. Sempre pergunto às turmas se já ouviram algum caso de violência doméstica na TV ou rádio e as crianças confirmam que todos os dias é noticiado algo na mídia. Geralmente, depois dessa contação sobre quem foi Maria da Penha, partimos para a prática, que consiste em um desenho sobre o tema até chegar ao teatro, ou seja, às improvisações. Essa é uma estratégia que me facilita quando a turma é muito agitada e grande e/ou com problemas de aprendizagem.

Há um abismo na aprendizagem entre uma turma e outra, pois discutir sobre a temática do feminismo requer uma compreensão para além da “decoreba”. Durante as aulas, necessito de um ambiente de investigação, de atenção, posto que conto com poucos recursos disponíveis (sem sala ou material audiovisual). Contudo, essa temática é bem acolhida pelo teatro, mesmo pela via do desenho, a cena chega com o avanço do entendimento do tema e o reconhecimento dele no cotidiano.

Retomando as improvisações sobre as tarefas de casa, é necessário ressaltar que analisamos cada uma depois das apresentações, posto que esta prática é o trunfo do Teatro do Oprimido, e sua técnica do Teatro-Fórum: diante de cada problema exposto na cena acolhemos a intervenção da plateia e a introdução de outro aluno fora do grupo da cena para a resolução da questão central das improvisações, que devem chegar à conclusão de que todos devem cooperar para o bem estar da casa.

Foi muito interessante rever as cenas, sobretudo intensificar a análise acerca dos motivos impostos à mulher para esta ser responsável pela limpeza, mesmo quando ela não suja. É muito interessante identificar que estes são atributos de boa dona de casa, herança do patriarcado ainda impregnado em nosso cotidiano.

No livro *Gênero e Desigualdades: limites da democracia*, Flávia Biroli (2018) expõe um paralelo entre a industrialização e a produção desse trabalho realizado no espaço doméstico, bem como a desigualdade na cobrança entre homens e mulheres, nos alertando para o trabalho não remunerado das mulheres em seus lares. Usar o trabalho doméstico para promover a distinção entre o trabalho remunerado e o não remunerado, facilita a identificação de um ponto crucial na vida das mulheres trabalhadoras.

A autora Silvia Federici (2019), em *Mulheres e caça às bruxas*, me apontou a exploração do corpo feminino através da reprodutividade das mulheres na função de

cuidar e servir, exigência do Estado e da Igreja⁴; através destas duas instituições fomos mão de obra equiparada à escravidão, sustento da família patriarcal. O tempo passou e o papel feminino ainda é uma reprodução da exploração da mão de obra não assalariada para sustentar o capitalismo e a desigualdade de gênero.

Meus alunos são filhas de trabalhadoras que, em alguns casos, não têm vínculo empregatício; são autônomas, muitas vezes para dar assistência aos filhos menores – o mercado de trabalho não acolhe este perfil de mulheres, que muitas vezes apresentam nível baixo de escolaridade – e o Estado, infelizmente, se mantém inerte à realização de projetos e ações públicas que assegurem a estas mulheres as mesmas oportunidades que são dadas aos homens.

O fato é que estas diferenças alimentadas pelo patriarcado e assimiladas pelo capitalismo devem ser levadas para sala de aula. Só a compreensão da obrigatoriedade da luta por igualdade poderá render frutos como escolas, creches, atendimento hospitalar e ambulatorial voltados para saúde da mulher, isto é, políticas públicas preocupadas em oferecer serviços que favoreçam mais mulheres no mercado de trabalho com garantias trabalhistas.

2.2. Igualdade é um sentimento

“Igualdade é muito maior que uma simples palavra, igualdade é um sentimento”.

Aluno do 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Teotônio Vilela

Leciono em quase todas as turmas da escola, isso me favorece a pensar sobre minha pesquisa, principalmente no que tange a ações pedagógicas diferenciadas para faixas etárias diferenciadas, usando o feminismo como tema orientador de todos os trabalhos práticos desenvolvidos pelos alunos.

Quando trabalhei o significado da palavra “igualdade”, foram muito ricos os exemplos citados pelos alunos. A citação da epígrafe deste subcapítulo foi tão comovente, justamente pelo fato de uma criança do 3º ano do Ensino Fundamental ter ressignificado tão bem a igualdade. Passei a levar esta definição para as outras turmas, inclusive esta fala suscita elementos que são importantes para que se trabalhe antirracismo e lutas de classes. Definitivamente, precisamos ouvir nossas crianças, nós subestimamos muito os

⁴ Igreja vem em maiúsculo porque se trata da instituição.

saberes do universo infantil.

Para as crianças menores, a prática é muito importante – prática aqui no sentido de ação. Percebi o equívoco das filas de meninos e filas de meninas e decidi romper com essa prática: quando preciso levá-los para o refeitório ou mudar de sala, faço uma fila mista, mesmo que no início tenha enfrentado dificuldades, porque eles estão engessados neste costume. É preciso compreender que ações simples podem fazer a diferença.

Certa vez, como citado também no primeiro capítulo, produzi um boneco de papelão sem nenhuma referência ao gênero. Preguei-o no quadro e o chamei de Ti, criando a seguinte história para ele:

– Ti veio de um planeta muito distante fazer uma pesquisa sobre a Terra. Ele quer saber sobre nós, como vivemos, como é nossa família. Quem poderia responder ao Ti?

A leitura sobre o Teatro do Oprimido de Boal me proporcionou a possibilidade do texto ser criado a partir de um tema ou uma notícia (Teatro-Imagem). O importante é colocar quem assiste fazendo parte do jogo teatral, então trazer as crianças para a construção dessa história é dar voz ao universo delas, sendo o Ti apenas um personagem-espectador, porque, na verdade, o que vai aparecer é o registro da vivência do meu aluno sobre o modelo de família a qual ele pertence.

Depois de uma apresentação prévia de quem era o Ti e seu objetivo de nos conhecer, perguntei:

– Quem cozinha na sua casa, seu pai ou sua mãe? Gente, quem mora com o avô ou tio também pode entendê-los como família, né!? O Ti quer saber quem cozinha na sua casa, o homem ou mulher?

Um aluno prontamente respondeu:

– Ah, professora, claro que é mulher!

Alguns alunos se manifestaram nesse momento:

– Meu pai, às vezes, vai para cozinha também.

Esse “às vezes” me apontava que a obrigação, na maioria das vezes, acabava sendo da mulher. Fui para segunda pergunta:

– E quem cuida da casa? Quem lava, limpa e cuida das coisas da casa? Quem faz mais as coisas na casa?”

Grande parte dos alunos, respondeu:

– Ah professora, as mulheres fazem muito mais as coisas em casa!

Então acrescentei que no planeta do Ti todos fazem as tarefas, todos cooperam na divisão dos trabalhos domésticos e que ele ficou muito surpreso com a gente, porque,

antes de vir pra cá, ele pesquisou um livro chamado Constituição, que contém o fundamento de todas as leis do nosso país.

– Vocês conhecem esse livro? – perguntei.

Na sala, houve um silêncio, o que foi essencial para que eu retirasse da bolsa a Constituição e mostrasse o livro para a turma, iniciando uma pequena exposição da importância da Constituição para nossa sociedade e explicando que este livro consistia numa seleção de leis especiais, as mais importantes para nossa vida em sociedade.

Trazer o livro para sala de aula causa um efeito muito importante para as crianças, principalmente para as menores, acho que materializa a magia do mundo das leis. Permito que eles peguem no livro, informo que ele é muito usado pelos advogados, juizes, delegados, mas que é um livro feito para todos e falo que, como estamos na escola, devemos ter conhecimento dele. É importante incentivar nossas crianças a ter esse espírito de transformação através do conhecimento. Sinto-me motivada a trabalhar com este sentimento.

Continuei a história, dizendo que Ti havia lido e relido nossa Constituição e tinha aprendido com este livro que homens e mulheres deveriam ser tratados como iguais. Nesta faixa etária é muito subjetivo falar de igualdade sem uma ação que exemplifique, então chamei um menino e uma menina e propus uma cena: eu seria a médica e eles iriam tomar uma vacina. Ao chegar no posto a médica disse:

– Só vou vacinar o menino, a menina pode voltar pra casa.

Saio da cena um momento para perguntar para turma se isso é correto e todos concordam que não era possível fazer distinção do direito de tomar vacina por conta do gênero e que todos têm direito à saúde.

– Então se concordamos que os direitos entre homens e mulheres são iguais, por que somente as mulheres fazem as tarefas domésticas?

Quando o horário permite dois tempos seguidos com a mesma turma, podemos prosseguir com a outra etapa do trabalho. O recurso do desenho é sempre uma opção para concentração, esse roteiro fracassou em algumas turmas agitadas e numerosas, ou aquelas turmas dos alunos com problema de aprendizagem. Preciso reforçar a existência de alunos no 3º ano do Ensino Fundamental ainda não alfabetizados, então são turmas que demoram ou, muitas vezes, não atendem às expectativas da escrita de um pequeno roteiro em grupo, mesmo a construção oral.

Numa dessas aulas, avançamos muito com o debate sobre o significado e importância da palavra “conceito” quando um aluno indagou:

– Professora, “igualdade” é muito maior que uma palavra, “igualdade” é um sentimento, né?

Eu fiquei tão feliz com essa indagação vindo daquele pequeno, isto porque a frase me remeteu a um pensamento apontado pela Bell Hooks no livro *O feminismo é para todo mundo* (2019a):

O movimento feminista do futuro não irá cometer o mesmo erro. Homens de todas idades precisam de ambientes em que a sua resistência ao sexismo seja reafirmada e valorizada. Sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir. O feminismo é antissexismo. (HOOKS, 2019a, p. 31).

Nesta passagem, a autora faz uma crítica ao movimento radical feminista branco, que manifestava uma repulsa contra os homens. Infelizmente, falar sobre feminismo no Brasil de hoje envolve uma série de informações equivocadas. Neste sentido, o livro *O pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019), explica perfeitamente o que se está tentando elucidar:

Diferente do que ocorre em outros países, existe no Brasil uma forte resistência em torno da palavra “feminismo”. Se lembrarmos que o feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que suas bandeiras mais radicais se tornaram parte integrante da sociedade, o direito da mulher frequentar a universidade, sua profissão, receber salários iguais e candidatar-se ao que quiser. Tudo isso já foi um sonho utópico. (HOLLANDA, 2019, p. 25)

As críticas são desproporcionais aos benefícios que o movimento feminista proporcionou para todos, tendo em vista que até pouco tempo, em pleno século XX, na década de 60, existia um estatuto para mulheres casadas (Lei 4121/62), uma espécie de manual de boa conduta a ser seguido pelas mulheres.

A fala do meu aluno, comparando a igualdade a um sentimento, me traduz a importância da escola na formação de seres humanos melhores. Ele percebeu que quando praticamos a igualdade nas relações interpessoais, eliminaremos as discriminações e respeitaremos as diferenças porque sentiremos que é o certo a se fazer. Foi muito gratificante essa fala vir através de uma criança do 3º ano: anotei no meu caderninho e me enchi de esperança e crença no meu trabalho em sala de aula.

Para a educação ser libertária, precisamos oferecer alicerces para que nossos alunos sejam vozes de transformações no meio em que vivem, por isso a escola representa, muitas vezes, a única fonte de trocas desses saberes. Aqui me refiro à escola

como principal fonte de trocas de experiências, pois devo me esforçar em justificar a importância do exercício da cidadania através do respeito às diferenças no ambiente escolar, do respeito democrático da liberdade de pensamento e expressão. Neste sentido, a arte oferece toda a possibilidade para unir e transformar as diferenças.

Diante das retóricas preconceituosas em relação ao feminismo, costumo sempre usar o dicionário em sala de aula. Nele está escrito que o feminismo é “doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade”. Exatamente o que estamos trabalhando nas aulas, com o objetivo de educar nossos alunos para uma sociedade mais justa e menos desigual.

2.3. As camadas submersas nas desigualdades de gênero

Ao nos aprofundarmos sobre as desigualdades de gênero, vamos descobrindo as consequências e motivação da violência aos corpos feminizados. Além da limitação da nossa atuação apenas aos serviços domésticos, nossos saberes, durante muito tempo, foram contados apenas oralmente, assim boa parte da história universal das mulheres, em termos de escrita, foi contada por homens.

Coloco o feminino em evidência nos temas das nossas aulas para que meus alunos saibam que a nossa história não foi contada por nós. Criar um desconforto com essas informações é necessário, passei anos da minha vida com um olhar iludido de que na transição da Idade Média para o Renascimento floresceu a razão, a libertação das imposições da Igreja sem imaginar que muitas mulheres foram mortas e perseguidas, com a omissão dos historiadores e pensadores da época. Conto isto aos meus alunos para enfatizar que precisamos revelar o genocídio sofrido por milhares de mulheres.

Gosto de contar que muitas mulheres eram acusadas de bruxaria simplesmente porque tinham o conhecimento das ervas e isso despertavam nos homens cobiça. Uma vez acusadas de bruxa, não era garantido a essa mulher o direito de defesa e elas eram queimadas em praça pública.

Precisamos falar sobre esta violência contra os corpos femininos, trazendo esta ferida para sala de aula, porque há uma impregnação do patriarcado revelado através da violência e da exploração que ainda persiste nos dias de hoje. Alguns estudiosos vão identificar uma conexão entre a violência contra o corpo feminino e a precariedade econômica – o chamado tripé etnia, classe e gênero –, isto não sublima ataques misóginos das classes favorecidas economicamente, o que acontece é uma blindagem maior nas

estatísticas de violência contra mulheres, mas o perfil de homem violento está em todas as classes sociais.

Identifico minhas turmas como filhos de mulheres da classe trabalhadora, grande parte delas negras, por isso as autoras do feminismo negro me chamam muita atenção, por se assemelharem à minha realidade, sendo inevitável também pensar em atividade antirracistas.

O tema da violência doméstica é árduo, quando preparo as aulas, sinto uma imensa responsabilidade sobre o que vou dizer ou que exercício prático vou passar para os meus alunos, mas acho extremamente necessário que a escola saia do seu espaço confortável e toque em questões relacionadas ao respeito e às diferenças de gênero para capacitação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

Outra palavra/conceito trabalhada com meus alunos foi a “sororidade”, ou seja, a importância da empatia das mulheres entre si. Foi introjetado que mulher não pode ser amiga de outra mulher e, por muito tempo, nós acreditamos nisso. Acho que a explosão de violência contra corpos femininos é oposta ao movimento “de mãos dadas”. Esta sintonia chamada de **sororidade** nos une em solidariedade umas com as outras e assim, podemos fazer valer o jargão “mexeu com uma, mexeu com todas”.

Com este discurso, fomos para as paredes da escola colar cartazes contra a violência doméstica – em anexo, fotos de alguns trabalhos – e grifamos em evidência o número 180. Divulgamos exaustivamente o número 180, mesmo compreendendo que, dentro de uma comunidade, a polícia dificilmente entra para atender uma ocorrência desta natureza. Isto não impede, no entanto, que incentivemos o espírito de solidariedade e apoio a quem é vítima de violência, inclusive para inibir este tipo de conduta criminosa, porque violência, física ou psicológica ou material, é crime que ultrapassa a esfera privada. Penso que chegou a hora de “meter a colher em briga de marido e mulher”, precisamos exercitar a quebra do silêncio.

Ao contar a história da lei Maria da Penha, trago para sala de aula um caso que precisou enfrentar um tribunal internacional para que a justiça fosse feita, apresento um Brasil até pouco tempo inerte no que diz respeito aos crimes aqui cometidos contra as mulheres. Comento, inclusive, sobre as falhas da lei, principalmente na aplicação dela nas delegacias, sobretudo quando os casos são registrados em delegacias comuns que não contam com a especialização ao atendimento às mulheres. Diferente do que esperamos, as crianças expressam suas dúvidas, anseios e, muitas vezes, incredulidade diante de tantos crimes desta natureza.

Precisamos fazer todos os dias do ano letivo um 8 de março (Dia Internacional da Mulher) para que tenhamos mais responsabilidades sobre a formação dos indivíduos, principalmente nos territórios muitas vezes esquecidos pelo Estado, como é o caso da Comunidade da Maré, onde leciono.

O patriarcado rege o mundo há milênios, estabelecendo dois pilares – o controle e o medo –, só a arte e a educação são capazes de romperem com estas estruturas. Não há como um oprimido reconhecer seu opressor sem que caiam todos os véus de enganos; por isto, precisamos transformar nossos planejamentos, precisamos nos desvincular da nossa zona de conforto, principalmente no que tange à pedagogia voltada para as crianças, elas são preciosas porque representam o futuro.

A escola tem um papel muito importante nessa mediação entre o privado e o público, nossa interferência consiste no que trazemos para a sala de aula, por isso opto por um planejamento flexível, já que mesmo tendo um tema definido, o processo pode mudar no decorrer do semestre: a turma será o termômetro para prosseguir, recuar ou parar.

Tenho obtido algumas vitórias e fracassos. Em 2018, quando me determinei a aprofundar minhas práticas sobre o Teatro do Oprimido para crianças, com o objetivo de trabalhar em sala de aula a temática do feminismo, participei de um festival de teatro da rede municipal com um texto escrito pela turma. O texto veio da fala de Marielle Franco na sua campanha para vereadora. Resgatei no youtube (<https://youtu.be/DPs2o7VgwJA>) um vídeo onde ela se apresenta como mulher da favela e comenta sobre as dificuldades destas mulheres em encontrar creches para deixar seus filhos para irem trabalhar. Este vídeo foi tão importante, por conter tudo que tínhamos debatido em aula, e nossa peça iniciava com ele na tela grande⁵.

Foi muito gratificante a realização deste trabalho, mesmo sem sala de artes, ensaiando em qualquer lugar da escola, depois das aulas, foi muito proveitoso, inclusive porque os ensaios tinham uma plateia cativa, que sabia inclusive as falas; no final, foi muito importante este processo coletivo, pois como a apresentação foi fora da escola, alguns pais não autorizaram a saída de seus filhos.

Os alunos que assistiam os ensaios ocuparam a cena e fomos para apresentação. Foi muito importante a presença desta plateia, porque, nas aulas, eu já havia iniciado improvisações com as possibilidades de intervenções de coringas representados pelos

⁵ Para ver o texto da peça, consultar o anexo p.97.

alunos que assistiam, então isso contribuiu muito para que eles assumissem a cena.

Guardei o texto e trabalhei em outras turmas em 2019, porque o texto ficou bem didático. Infelizmente, sozinha eu não pude registrar com fotos, pedi a 4ª CRE a gravação mas também não a obtive. No entanto, este trabalho foi decisivo para a formação do meu projeto de estudo para o mestrado profissional.

Continuei lendo e buscando fundamentos teóricos para continuar a temática da desigualdade de gênero, no livro *Sejamos todos feministas*, Adichie (2015) me estimula profundamente:

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocuparem com que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocuparem em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que não podem sentir raiva ou serem agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões. Em todos os lugares do mundo, existem milhares de artigos e livros ensinando o que as mulheres devem fazer, como devem ou não devem ser para atrair e agradar os homens. Livros sobre como homens devem agradar as mulheres são poucos. (ADICHIE, 2015, p. 17).

Fiquei um tempo refletindo sobre a importância desta discussão no ambiente escolar e no Fundamental I, principalmente, porque as crianças são sempre mais acessíveis às propostas e às mudanças de hábitos, precisamos defendê-las do estigma da inferioridade do feminino em relação ao masculino.

Ao ler este livro de Adiche (2015), me veio em mente os inúmeros casos de relacionamentos abusivos, onde grande parte das vítimas são mulheres treinadas desde cedo para serem subjugadas na vida, pensei no padrão estabelecido aos corpos femininos e em muitas mulheres que se submetem a tratamentos estéticos absurdos em busca da beleza idealizada, tudo para agradar ou ser aceita quando o que importa não deveria ser o que o outro pensa.

O capitalismo se apoderou do jargão da mulher empoderada, lançando produtos de beleza, associando o produto a uma atitude de poder. É pertinente lembrar que minhas alunas não têm uma boa condição financeira, tendo esta propaganda um efeito terrível nas cabeças das mulheres e meninas que não podem usar essas marcas, debitando a autoestima com valores de compra, como se esse processo de autoconhecimento fosse possível comprar.

Tento conversar sobre a imagem que cada tem de si, fiz um debate sobre imagem da mulher na publicidade, demonstrei que, geralmente, um lançamento de um carro é sempre acompanhado da imagem de uma mulher bonita e perguntei o que eles pensavam

sobre esta estratégia. Eles concluíram que todo homem com um carro bonito terá a mulher que quiser, e segui perguntando a todos o que eles achavam disso. Algumas meninas se manifestaram contra defendendo que comerciais assim passavam a ideia de que as mulheres eram interesseiras. Neste momento, houve quem protestasse aludindo as chamadas “Marias Gasolinas”, termo pejorativo para caracterizar as mulheres que valorizam homens com carros. Algumas meninas se manifestarem favoráveis ao valor de homem com um carro caro, explicando que é um sinal de quem tem dinheiro e isso é bom.

Intervi e diante destas constatações, perguntei até que ponto a publicidade influenciou para essa formação de opinião contra nós (falava das “Marias Gasolinas”). Vivemos numa sociedade extremamente desigual, uma minoria com muito dinheiro e grande parte do povo vivendo em situação de desamparo econômico, mas sofremos todos, independentemente da classe social, um bombardeio de imagens estimulando o consumo, o que também facilita objetificação da imagem da mulher. Atualmente, a publicidade tem diminuído este tipo de anúncio, entretanto o estigma de “Maria Gasolina” permaneceu. Ainda há, em contraponto, incentivo da mídia a plásticas e regimes. A busca do corpo perfeito tem levado à morte muitas mulheres, que se submetem a procedimentos invasivos em lugares improvisados e com profissionais sem qualificação.

Analisar este tipo de publicidade é conscientizar os alunos sobre práticas abusivas do capitalismo em nossa formação e, ao mesmo tempo, despertar a possibilidade do olhar crítico diante das imposições do mercado.

Estes debates costumam ser reveladores e acalorados, porque, infelizmente, meus alunos são muito expostos a situações de discriminações. Quando entram em lojas com o uniforme do município, por exemplo, são estigmatizados pelos seguranças. Neste sentido, usar um tênis de marca, embora o objeto seja falsificado, oferece um certo prestígio ou conforto para superar o receio eminente de ser alvo de desconfiança.

São muitas histórias que precisamos elaborar em conteúdo pedagógico para a transformação da mentalidade de subjugação de nossos alunos da favela. Este processo de abolição, com certeza, se dá no aprendizado da teoria feminista, não aquela à serviço do liberalismo capitalista segregador em rótulos ou marcas, mas aquela que inspira a formação do indivíduo capaz de transformar a sua realidade através da educação, aliás esta é a saída para fugirmos do que Paulo Freire chamava de educação bancária; não basta repassar conteúdo, temos que estabelecer um vínculo transformador na recepção e entrega de saberes, e os alunos nos ensinam muito quando nos predispomos a apreender com eles.

Lendo Bell Hooks percebi que esse processo de escuta do professor em sala de

aula motiva e ajuda na formação do nosso planejamento. Através dos alunos podemos identificar o caminho, muitas vezes retroceder ou acrescentar. As improvisações sobre o tema relacionado às tarefas domésticas me fizeram rever as leituras sobre as feministas marxistas por conta do trabalho doméstico não ser reconhecido como trabalho, por não ser remunerado ou simplesmente porque, segundo a explicação de alguns marxistas. Na época em que Marx escrevia *O Capital* (1867), havia uma exploração de toda família do proletariado nas fábricas, ou seja, essa função do trabalho doméstico excessivo, invisível e não remunerado se fortaleceu no capitalismo.

Não podemos ignorar que o corpo feminino foi usado para reprodução de mão de obra, por isso mulheres que detinham conhecimento de ervas para ter poder de decisão sobre ter filhos ou não, eram estigmatizada como “bruxas”, sendo muitas mortas, história de um genocídio de mulheres omitida pelo Estado, Igreja e intelectuais da época.

Debatemos, em sala, sobre o corpo feminino, esse corpo que não descansa nunca, sempre exposto ao trabalho, às cobranças diárias de todos da casa. Precisamos falar sobre a invisibilidade do trabalho doméstico, a restrição imposta às meninas e mulheres para limpeza da sujeira de todos, quando a obrigação deveria ser dever de todos, porque a casa é de todos.

A tarefa doméstica imposta às mulheres desde cedo, principalmente nas classes trabalhadoras, o cansaço e a exaustão dos corpos femininos são práticas agravadas pelo capitalismo. Quem pode pagar pelo serviço de mulheres para cuidar da casa e das crianças é privilegiada pela continuidade do trabalho reservado antes pelas escravas da casa grande. Aqui é explícita a designação da divisão de classes, portanto, dadas as diferenças das feministas com a bandeira do discurso liberalista e as feministas identificadas com questões de gênero, etnia e classe, prefiro me associar a estas do que assumir nomenclaturas como “feminismo marxista”, por exemplo. A própria Bell Hooks se define como “feminista anarquista” e nenhuma referência a ela em sala de aula contesta a presença ou a ausência do Estado, ou seja, meu propósito nesta pesquisa não é localizar qual é linha feminista devo me associar, mas que caminho da teoria feminista vai me proporcionar elementos para uma pedagogia dinâmica e abolicionista de uma educação ancorada ainda em conceitos patriarcais.

Ao perguntar aos meus alunos sobre quem realiza na família os trabalhos domésticos, eu não tinha a menor consciência de que essa temática alcançou holofotes através das feministas marxistas da década de 70, críticas ferrenhas ao pensamento de Marx, tendo sido desdobramento de muitos debates importantes para a discussão de

gênero, etnia e classe na prática, que me trouxe a necessidade de pesquisar sobre o assunto. Foram as cenas dos meus alunos que revelaram a invisibilidade do trabalho doméstico realizado no espaço privado, um trabalho exaustivo e desprezado, por não ser remunerado e imposto muitas vezes às mulheres e meninas das famílias.

No debate depois das improvisações, indaguei a turma o porquê de somente as mulheres terem o dever de limpar a sujeira. Muitos responderam que sempre foi assim, que era normal as mulheres tomarem para si este tipo de tarefa, outros questionaram a prática por ser injusta, e outros se silenciaram sobre o questionamento.

Essas aulas foram extremamente importantes para a realização do conhecimento teórico feminista na minha cabeça e, ao mesmo tempo, na elaboração das aulas, onde falamos sobre trabalho invisível, sobre mulheres brancas e mulheres negras e as diferenças nas oportunidades de trabalho, além de conversarmos sobre o espírito de solidariedade e fraternidade sem distinção de gênero. Meus alunos moram no Complexo da Maré, um território muitas vezes esquecido pelo Estado e são estigmatizados socialmente por serem moradores de favela; neste contexto, tenho cuidado de reforçar o quanto eles são capazes e talentosos para superar os obstáculos e como o conhecimento é a grande arma.

Há diferenças cruciais entre as turmas, agravadas pela participação ou não da professora regente; como professora de artes, estou com a turma uma vez por semana e quando a professora regente recebe o meu trabalho não apenas como um horário complementar, mas realmente uma disciplina que veio somar ao processo pedagógico, tudo fica mais fácil, a própria turma reconhece a importância do trabalho desenvolvido na sala de aula como relevante. No entanto, quando esta parceria não existe, o trabalho é dobrado, perde-se um tempo para trazer a turma para a aula, é exaustivo e, com certeza, isto se reflete no resultado final do trabalho.

Aprendi a ter respeito pelo processo muito mais do que o resultado final. Para nós, professores de artes, são impostas apresentações de trabalhos como produtos a serem expostos e consumidos, quando muitas vezes, dependendo da turma, o processo é tão valioso quanto uma apresentação que pode vir no próximo ano. A dinâmica da aprendizagem não é subjetiva, depende de outros fatores, como o exemplo da parceria com a professora regente e o espaço para que as aulas de artes aconteçam – quando a gente não tem um local específico para trabalhar, o aluno faz a leitura da importância da disciplina –, além de muitos alunos serem viciados em notas, recuperação, média, estabelecendo uma desconfiança da necessidade ou importância da arte, já que ela não

reprova, conceito que para as crianças menores não faz nenhum sentido; estas conseguem ressignificar o valor da criatividade e do lúdico com muito mais empolgação.

Durante muitos anos, trabalhei com o segundo segmento, foi importante, mas ficou no passado pra mim. Aposto no primeiro segmento do Ensino Fundamental, porque acredito que aqui o terreno é fértil, estamos apresentando o ambiente escolar, esta dinâmica me encanta. Aqui, plantamos sementes que podem ser frutíferas pelo resto da vida escolar – e para além dela; precisamos semear o prazer em apreender; livros e lápis devem ser objetos mágicos e libertadores para o desenvolvimento estudantil.

Bell Hooks, expõe a diferença de quando estudava em escolas normais e escolas para crianças negras, do quanto nestas era estimulada a crescer e enfrentar a supremacia branca com o conhecimento, a autora identificava nos corpos dos professores uma vivacidade esquecida quando ela foi para uma universidade composta por uma maioria branca, com professores apáticos à realidade diversa em sala de aula, repetindo conteúdos e pensadores racistas, sem a preocupação de inclusão e perpetuando o racismo estrutural.

Trabalhar numa escola periférica é repensar sobre o conteúdo, não minimizando-o, mas transformando como vamos apresentá-los para estes alunos. É preciso o reconhecimento da cultura local, caso contrário, voltaremos à educação bancária que apontou Paulo Freire, entregando um conteúdo que, com certeza, se perderá. A colocação de Bell Hooks me ensinou a me observar, observar como meu corpo entra numa sala de aula, a tentar perceber se meu foco está na turma como um todo ou apenas por um grupo mais acessível às minhas aulas. Levanto questões para mim mesma: Como reajo aos alunos difíceis? Quando devo mudar o planejamento? Sei o quanto é desafiador realizar estas perguntas e dar conta delas quando temos muitas turmas para atender, numa grade de quarenta horas semanais. Isto gera um cansaço muito grande, quase impossível de corresponder às expectativas do ideal, mas é aconselhável se manter atento e vigilante, senão, caímos no abismo da displicência, das repetições das aulas sem a devida atenção para as diferenças das turmas.

Fui criando um certo cuidado e atenção na escolha dos jogos cênicos, para desfrutar o máximo do processo de criação dos jogos, é necessário ter ciência do ritmo diferenciado de cada turma, atenção constante do perigo das recreações ou associações do tipo. O jogo cênico nas aulas de artes não são apenas para brincar, mas um espaço para o prazer, porém não exatamente só isso. Penso muito sobre este sentimento e, confesso, isto me suscita muitas dúvidas, porque os jogos são necessários, mas temos que manter o foco na criação que os jogos proporcionam aos alunos, não podemos

esquecer do objetivo que há em cada proposta de jogo.

Claude Zaidmam escreveu no *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009, p.80) o artigo “Educação e Socialização”, considerando o desenvolvimento das meninas na formação básica muitas vezes superior aos meninos e, mesmo assim, na idade adulta o percentual de mulheres nas áreas científicas ser ainda insignificante em relação aos homens. Para ir além da problematização, a autora questiona o papel da escola nesta relação de disparidade social, os modelos educacionais e as consequências dos mesmos na vida em sociedade. A trajetória da história da educação nos apresenta nitidamente interesses de classes, neste sentido, lógico que a dignidade de gênero e etnia são absolutamente subjugadas em prol de um grupo favorecido, ou seja, a escola reproduziu o comportamento sexista na formação educacional das meninas.

A década de 70 trouxe o avanço das escolas mistas, porém isso não inibiu as diferenças, então a escola tem um papel extremamente importante na sociedade, pois, se mesmo num ambiente de inclusão (com meninas e meninos), ainda persiste a dominação masculina em áreas tecnológicas e científicas, ainda há disparidade salarial (entre homens e mulheres em cargos similares). Identifico também a importância de produções dentro das escolas de trabalhos sobre a temática feminista.

Augusto Boal nos impõe a ruptura do silêncio dos oprimidos, precisamos conversar sobre as diferenças sociais da mulher periférica, na sua maioria negras e pobres, precisamos incentivar o crescimento através do conhecimento, sendo, inegavelmente, a escola o ambiente mais democrático para o reconhecimento dos obstáculos que impedem que sigamos adiante.

2.4. Narciso e o Espelho

Simone Beauvoir escreveu sobre o processo de subordinação feminina e identificou a origem da força do opressor nos cúmplices entre os oprimidos. Quando identificamos mulheres reproduzindo o machismo, sem o menor constrangimento ou reflexão sobre a sororidade, é nítida a necessidade de uma educação comprometida com a prática da liberdade, do respeito e da igualdade entre todos e todas, afinal a opressão contra mulheres antecede à escravidão e prevalece em nosso país um alto índice de violência contra corpos femininos, assunto que deve ser abordado nas escolas. Em 2021, a Lei Maria da Penha fez quinze anos. Ainda assim, infelizmente, são comuns notícias de crimes de feminicídio, e neste aspecto, nós, educadores, temos o compromisso social de

trazer este tema para o ambiente escolar.

O fato é que na investigação sobre gênero vamos nos deparar com o racismo e, inevitavelmente, com questões de classe. Ao ler Bell Hooks, Lélia Gonzales e tantas outras isto é uma constatação, porém como organizar estes conteúdos para crianças é um projeto a se pensar.

Avançamos na temática da invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, então propus aos alunos pesquisar uma mulher de destaque negra. Seguindo os conselhos de Bell Hooks, percebi que uma professora deve ter atenção em seus alunos. A observação e a conversa também faz parte de uma pedagogia dinâmica, assim percebi a resistência de algumas garotas da turma, comportamento bem estranho para mim, pois eram garotas negras resistindo a falar aspectos positivos de ser negra, ou do racismo velado num país como o nosso.

Analisando friamente me dei conta de que muitos da minha turma não se viam como negros, então resolvi iniciar por mim e perguntei para eles se eu era branca ou negra. Foi muito divertido ouvir das crianças que eu era branca, perguntei sobre o meu cabelo e boca, se eram de origem africana ou não. Como tenho os cabelos bem crespos e traços afrodescendentes, isso causou neles um certo desconforto, então expliquei que meu pai era negro e que, portanto, independentemente da cor mais clara, me considero afrodescendente e que muitos naquela sala também eram e que deveríamos nos orgulhar da nossa ancestralidade, de nossas raízes.

Neste ponto, a aula virou uma conversa muito edificante para a desconstrução racista. Muitas vezes, dentro dos livros didáticos, ou mesmo na mídia, debatemos muito sobre o significado da palavra hegemonia, isto é de grande valia para seguirmos com a pesquisa sobre a personalidade de destaque que havia pedido antes.

No livro *Anseios: Raça, Gênero e Políticas Culturais* (2019d), Bell Hooks nos traz algumas questões:

Raça e sexo sempre foram discursos que se sobrepuseram nos Estados Unidos. O discurso começou ainda durante a escravidão (...) A sexualidade sempre forneceu metáforas de gêneros para colonização (...) O objetivo desse ato era relembrar aos homens dominados a perda de seu poder; o estupro era um gesto de castração simbólica. (HOOKS, 2019d, p. 128)

Mulheres e homens negros oprimidos raramente questionam o uso de metáforas de gênero para descrever o impacto da dominação e / ou a luta pela libertação negra. O discurso da resistência negra quase sempre equiparou liberdade com masculinidade. (*Idem*, p. 131)

Fiquei pensando sobre as questões levantadas por Bell Hooks, principalmente por

diferenças culturais entre Brasil e os Estados Unidos, e como temas como etnia e gênero são usados para controle das classes dominantes, me lembrei da imagem sexualizada da mulher negra no Carnaval, da falsa imagem de uma sociedade livre em igualdade que, durante muitos anos, foi inculcada em nossas cabeças, a ilusão de que não existia racismo no Brasil. As citações acima fazem parte do capítulo 7 do livro referido e sua leitura foi muito frutífera para a realização de algumas atividades, como a discussão sobre os lançamentos de carro, da associação do objeto sonhado à posse também de um corpo feminino.

Precisamos educar crianças para aceitação das diferenças com tratamento de igualdade. A luta contra as opressões sexistas é feita a partir do enfrentamento desses temas como conteúdos a serem apreendidos também na escola, principalmente para que muitas crianças desde cedo possam reconhecer a dominação masculina como um código estrutural. Quando abordo o significado da palavra igualdade, estou abrindo novas perspectivas de convivências, estou estabelecendo novos valores. Neste sentido, a formação de seres humanos livres das opressões machistas parte da assimilação da teoria Freiriana, com a intenção da libertação do oprimido com consciência do seu papel social através das artes cênicas.

A educação é libertária quando transcende os muros da escola, por isso a roda de conversa com um tema que me direciona a tocar em assuntos mais difíceis e, de um certo modo, doloridos, como a violência doméstica. Ouvi certa vez de uma mãe uma observação de valorização e importância dos trabalhos desenvolvidos com os alunos sobre a invisibilidade dos trabalhos doméstico e o efeito foi que o filho dela, de onze anos, junto com os outros irmãos, passou a ser mais proativo no que diz respeito às tarefas na casa. É tão gratificante quando a gente interfere na formação de alguém através da educação, senti que uma semente foi plantada ali e repassada para seu núcleo familiar.

No 3º ano, como dito, usei o personagem Ti para perguntar sobre as diferenças com o intuito de chegar às ações sexistas introjetadas como parâmetro de normalidade, reconhecendo que a dominação masculina permanece, já que mesmo em famílias chefiadas por mulheres, as crianças reproduzem tais comportamentos e, ao analisarem uma atitude sexista, elas conseguem compreender o quanto é ruim diferenciar, diminuir e separar, quando podemos ter em mente sentimentos nobres de igualdade e solidariedade. Sobre isso, em seu livro *Teoria Feminista* (2019b), escreve Bell Hooks:

Um importante estágio no desenvolvimento da consciência política é alcançado quando os indivíduos reconhecem a necessidade de lutar

contra todas as formas de opressão. A luta contra a opressão sexista é de grande significado político – e não apenas para as mulheres. O movimento feminista é vital tanto por seu poder de nos libertar das terríveis garras da opressão sexista quanto por seu potencial para radicalizar e renovar outras lutas de libertação. (HOOKS, 2019b, p. 77).

Este texto produziu em mim uma sensação de acolhimento, de que o que ando produzindo em sala de aula tem um propósito para além dela. Estou rompendo com o silêncio sobre ações violentas contra corpos femininos e muito alunos me procuram pelos corredores para dividir comigo vivências familiares dramáticas, sei que a minha escuta não tem o peso de uma profissional da área da saúde mental, mas minhas aulas proporcionam discussão, reflexão e, quem sabe, mudanças.

A escola ocupa um papel muito importante na formação do indivíduo, principalmente na infância, nesta pesquisa identifiquei o ensino da arte como importante para além de murais ou festinhas do calendário formal, mas como uma disciplina por si com o propósito maior de transformação do indivíduo.

Em 2018, a partir do vídeo de Marielle, já citado neste capítulo, onde ela se apresenta como uma mulher criada na favela da Maré, mãe solo, narrando as suas dificuldades e vitórias, colocando em pauta questões relacionadas ao gênero, eu e a turma conseguimos fortalecer todo nosso debate anterior. Vimos nossas improvisações materializadas naquele discurso, o que facilitou a construção do roteiro da peça.

A fala de Marielle Franco criou um sentimento de identificação com as propostas dela na Câmara de Vereadores e, lógico, a compreensão dos alunos sobre a dimensão de seu assassinato como um atentado à democracia e não um crime comum.

Sempre me aproprio dos dicionários em sala de aula para que os alunos tenham acesso aos significados das palavras como “machismo”, “feminismo”, “liberdade”, “igualdade”, “respeito”, “direitos”, “obrigações”, entre outras. Acho conveniente e seguro, pois tenho lido e visto colocações completamente distorcidas sobre o feminismo, inclusive na publicações de livros com discursos misóginos, sendo o uso do dicionário um recuso necessário.

A escola não pode se omitir no tange à sua capacidade potencial de proporcionar aos alunos uma ruptura com a cultura patriarcal, que dissemina o tratamento desigual entre homens e mulheres. Mesmo num país em que o presidente diz que sua filha nasceu de uma “fraquejada”, não podemos desistir de educar nossos alunos para um mundo mais justo.

Augusto Boal desenvolveu o Teatro do Oprimido com base no texto da Declaração

dos Direitos Humanos, por isto é totalmente possível trabalhar com as técnicas do Teatro do Oprimido para trazer à superfície a condição das mulheres na atualidade e dar voz à elas sem a configuração de aulas apenas para meninas, pois apenas estaríamos incorrendo no erro da segregação entre homens e mulheres e o que almejamos é a igualdade de gênero. Boal tem uma posição sobre o Teatro do Oprimido que sintetiza absolutamente toda a minha pesquisa, mesmo sendo ela dedicada ao Ensino Fundamental I. Ele, sabiamente, relaciona o desenvolvimento do Teatro do Oprimido com dois sustentáculos cruciais para o seu trabalho, “a identidade e legitimidade”.

Nesta proposta de transformação ou reconhecimento identidades, temos, enquanto educadores, a responsabilidade em desmontar a herança patriarcal tão expressiva ainda dentro do espaço escolar. Estamos num país onde corpos femininos são violados e violentados, e nós, como educadores, temos que nos posicionar em ações pedagógicas que nos façam contar novas histórias sobre mulheres. Nunca tinha me dado conta de que a história das mulheres sempre foi contada por homens, sendo uma história contada pela metade, vigiada pelo grilhão do poder patriarcal. Por isso, precisamos estabelecer mudanças nos paradigmas educacionais.

Há um tempo atrás, quando trabalhava na Rocinha, contei aos meus alunos o mito grego de Narciso, com o objetivo de trabalhar a autoestima, a vaidade e o efeito do egocentrado (quando não conseguimos olhar o outro). Havia um garoto que costumava ser bastante agressivo com os garotos menores ou com as garotas; eu sempre tinha problemas com este aluno nas minhas aulas. Voltei da aula pensando sobre o mito de Narciso e como poderia conter aquele menino de suas atitudes violentas. Comprei um espelho de aumento, levei dentro da bolsa, aguardei um ato de violência daquele aluno, me aproximei dele e, sem que ele esperasse, eu posicionei o espelho bem no rosto dele e perguntei: “Você é perfeito?”. O impacto da sua imagem refletida no espelho causou nele, além de um susto, a certeza de suas imperfeições. Desde então, uso sempre deste recurso quando percebo atitudes misóginas ou de falta de respeito: olhar pra si é muito importante, se expor em cena diante de uma turma é um processo gratificante e grandioso para ser apenas uma apresentação de enfeite, o processo é muito importante; este garoto violento, por exemplo, nunca mais subestimou ninguém nas minhas aulas, eu o fiz olhar para ele mesmo, literalmente.

O espelho virou um instrumento de trabalho, sempre tenho algum dentro da bolsa, faz um sucesso essa tática simples e tão significativa. Observei como as garotas negras são alvos de ataques aos cabelos crespos, como são perversos os modelos de beleza

impostos pela hegemonia branca, como precisamos ter atenção em nossas crianças para que elas não reproduzem a exclusão racial no ambiente escolar.

No nosso último encontro presencial, em 2020, sugeri que as meninas deitassem e servissem de modelos para os meninos. Dividi em grupos e contornamos os corpos das meninas em um papel para a realização de um mural com corpos das meninas, minha intenção seria, a partir destas imagens sem rosto ou identificação do gênero, trabalhar as diferenças.

Tudo com crianças tem que ser lúdico, não podemos perder de vista a diversão, embora seja necessário uma rotina, pois crianças precisam estabelecer rituais para trabalhar a concentração e percepção de estarmos numa aula de artes.

Crianças entram fácil nos jogos cênicos, apenas é preciso, às vezes, direcionar para que o caos seja construtivo, para que sejam realizadas as atividades não apenas com o intuito de diversão, mas, definitivamente, para a transformação, como diria Boal.

CAPÍTULO 3 – EU CONTO, VOCÊ CONTA, NÓS CONTAMOS

Por fim, no terceiro capítulo expõe as dificuldades do ensino remoto, bem como as possíveis conclusões desta pesquisa. Este momento, tão difícil, demonstrou a dificuldade que meus alunos têm para acessar as tarefas, por serem crianças e precisarem de ajuda ou mesmo por não terem o devido acesso à internet, e os recursos utilizados para driblar tal obstáculo social.

A importância da experiência do curso online oferecido pelo Museu da Maré, que resgata a história da comunidade e através do qual me foi dada a oportunidade de criar o projeto “Eu conto, você conta, nós contamos”, que resgata a narrativa de mulheres negras que foram apagadas dos livros de história, mas que foram de grande importância para a construção do Brasil, foi extremamente positiva e vigorosa. Através deste projeto, os alunos foram incentivados a resgatar a história de mulheres importantes para a comunidade da Maré, mulheres reais que devem ser vistas como um exemplo. É importante salientar, porém, que, por se tratar de um trabalho contínuo e de prática eterna, muitas lacunas ainda ficaram em aberto, mas servirão para suscitar reflexões de extrema importância.

3.1. O perigo da história única





Carlota é uma garota que adora livros e gosta muito quando a professora abre a rodinha para contar ou ler uma história. Essa semana a professora contou “O Perigo da história única” da autora Chimamanda.

Logo ao ouvir o título, Carlota perguntou:

- E existe uma história única? São várias histórias. Aqui na sala mesmo nós temos vários livros com histórias diferentes.



A professora parou e olhou para turma:

- Vocês concordam com a Carlota, minha gente?

E a turma respondeu:

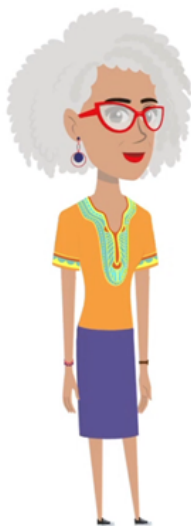
- Professora, se as histórias são muitas e diferentes, como pode existir uma história única?





A professora sorriu e disse:

- Vocês aprenderam na aula de História do Brasil que o nosso país foi descoberto pelos portugueses, mas vocês sabem que quando os portugueses chegaram aqui já existiam índios e, portanto, já havia vida em nossas terras... tudo isso bem antes dos portugueses chegarem com suas naus. Acontece que quem primeiro contou a história do Brasil foram os portugueses e por isso, durante muitos anos, essa história foi contada como os portugueses queriam. Então nos ensinaram que os portugueses que descobriram o Brasil.



Agora se essa mesma história fosse contada pelos índios? Eles certamente diriam que quando os portugueses chegaram aqui existiam várias aldeias indígenas que viviam em nossas terras. Então para os índios o Brasil já existia antes dos portugueses chegarem. Por isso, turma, é um perigo uma história contada apenas por um grupo de pessoas. Isso é contar uma história única.



Chimamanda conta em seu livro que nasceu na Nigéria, país do continente africano, e foi estudar nos Estados Unidos. Uma amiga americana que dividia o quarto com ela achava que quem era africano não sabia falar inglês e apenas caçava, corria pela floresta e tinha hábitos selvagens. A amiga de Chimamanda tinha ouvido uma história única sobre a África. A Nigéria é um país do continente africano, mas foi colonizado pelos ingleses, portanto sua língua oficial é o inglês. A Angola, outro país da África foi colonizado pelos portugueses, então lá se fala o português. O mesmo aconteceu com o Brasil que também sofreu a colonização portuguesa e também tem como língua oficial o português.



- Então, professora, os portugueses dominaram tudo? Carlota perguntou.

- Não tudo, Carlota. Mas sim, os portugueses colonizaram o Brasil.

A professora então voltou para a história de Chimamanda.

- A nigeriana e sua amiga entenderam que para ter conhecimento de um lugar e seu povo, é preciso pertencer a esse lugar. Que a história de quem vive no lugar é diferente da história de quem só ouviu falar, mesmo sem saber de quem, como naquela brincadeira do telefone sem fio onde a última pessoa muda a frase, palavra ou o sentido no final.

Carlota estava muito confusa:

- Mas isso é muito complicado, professora...

A professora então começou a explicar.

- Quem mora aqui na Maré levanta a mão.

Todos os alunos levantaram.





- Sim, vocês moram na Maré e eu trabalho há muitos anos nessa comunidade que eu amo. Nós sabemos que aqui tem gente trabalhadora, artistas, músicos, professores, médicos, estudantes, enfim, tem de tudo na Maré, mas quando acontece alguma operação policial ou algum problema próximo a maré, é isto que aparece nos jornais ou na tv. Ou seja, as pessoas que escutam sobre a Maré constroem uma ideia de que aqui é apenas um território violento e triste. Essa é uma história da Maré contada apenas pela mídia que quer lucrar com a violência. A Maré é rica em talentos: temos escolas, lojas, academias e principalmente, temos crianças muito estudiosas e inteligentes, não é, turma?

A turma muito animada responde: - SIIIIIIIIIM!

- Somos da Maré e temos orgulho de sermos daqui. Entenderam o perigo de uma história contada por apenas uma fonte? Quem vive da Maré reconhece os pontos negativos, mas também os pontos positivos da comunidade. Existem vários pontos de vista do Complexo da Maré. Assim é a história de um povo, de um país, de uma notícia, crianças: todas as histórias têm vários pontos de vista.





É aquela velha história:
**EU CONTO.
VOCÊ CONTA.
NÓS CONTAMOS!**









3.2 Nós Contamos

O curso do Museu da Maré, me ajudou a pensar no planejamento pós pandemia. Li esse livro da Chimamanda em 2020 e consegui organizar uma adaptação para meus alunos da Maré, fazendo um paralelo da história que costumam contar nos jornais ou na televisão sobre a realidade do Complexo da Maré e a realidade contada pelo morador.

Partindo desse exemplo foi possível esclarecer as dúvidas dos meus alunos sobre os motivos que me levam a trazer histórias de personalidades femininas esquecidas pela história; ou trabalhar temas em que o universo feminino seja protagonista das discussões das cenas e jogos. Importante colocar em evidência para que meus alunos compreendam a imposição da classe dominante sobre os fatos, compreendam que a História das mulheres foi silenciada e escrita por homens.

A exposição acima inspirada no perigo da História única, enfatiza o poder de quem conta a História, o objetivo é que de alguma forma esses alunos associem a história das mulheres, que foram silenciadas a serviço do patriarcado, com conviência do Estado. Aprendam cedo a refletir sobre as notícias divulgadas nos meios de comunicações ou nas mídias, na era das *fake news*, quando uma mentira repetida várias vezes pode tomar a

aparência da verdade.

Precisamos exercitar o senso crítico desde cedo, a arte possibilita a releitura de um fato, precisamos apresentar outras facetas do processo de colonização, inclusive identificar as opressões sofridas pelos povos originários, supressão dos saberes dos colonizados em prol dos dominadores.

O recurso de contar histórias e depois os alunos recontarem a mesma história é muito rico, porque fica nítido o que eles assimilaram. A etapa seguinte, realizada em algumas turmas, foi que a história contada em fotos foi encenada pelos alunos.

Na história acima inspirada no livro da Chimamanda (2019), se aproxima muito da realidade dos moradores de comunidades, alvos constantemente da discriminação nas favelas onde prevalece a violência, quando esse território muitas vezes esquecido pelo Estado tem muita gente boa e solidária. Meu objetivo era debater com os meus alunos sobre as possibilidades diversas de contar uma história, dependendo do ponto vista de quem conta.

Carlota, a personagem faz várias perguntas sobre esse tema, isso estimula aos alunos a questionar sobre o que é dito – nenhuma verdade é absoluta.

Em aula conversamos sobre as ações sexistas na formação diferenciada entre meninas e meninos, motivadas pelo costume, como, por exemplo, dos brinquedos diferenciados para meninas e para meninos, como se brincadeira tivesse gênero.

A pandemia me fez mudar todo planejamento, eu criei expectativa de fazer algumas cenas como fechamento, aproveitar as improvisações realizadas pelos alunos, mas tive infelizmente que abortar essa ideia, devido ao ensino remoto e toda a dificuldade encontrada no contexto social dos meus alunos ao acesso às aulas remotas.

O livro *Narrativas Negras* – biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras (2020) foi uma maravilha, porque me proporcionou escolher personalidades femininas negras, muitas vezes esquecidas e não menos importantes na história do Brasil, isso me confortou muito na justificativa e na comprovação através de fatos históricos que há na História um ponto de vista masculino, e portanto um silenciamento da participação das mulheres, e que devemos questionar e não omitir, pois essa prática se estende até os dias atuais, na diferença salarial, no excesso de trabalho direcionado às mulheres e outras raízes do patriarcado entranhado na nossa forma de educar meninos e meninas.

Um aluno certo dia me perguntou porque eu só trazia personagens importantes femininos, eu perguntei se ele conhecia personagens masculinos da História do Brasil e ele prontamente respondeu: – “Tiradentes, Pedro I, Pedro Alves Cabral”. E personagens

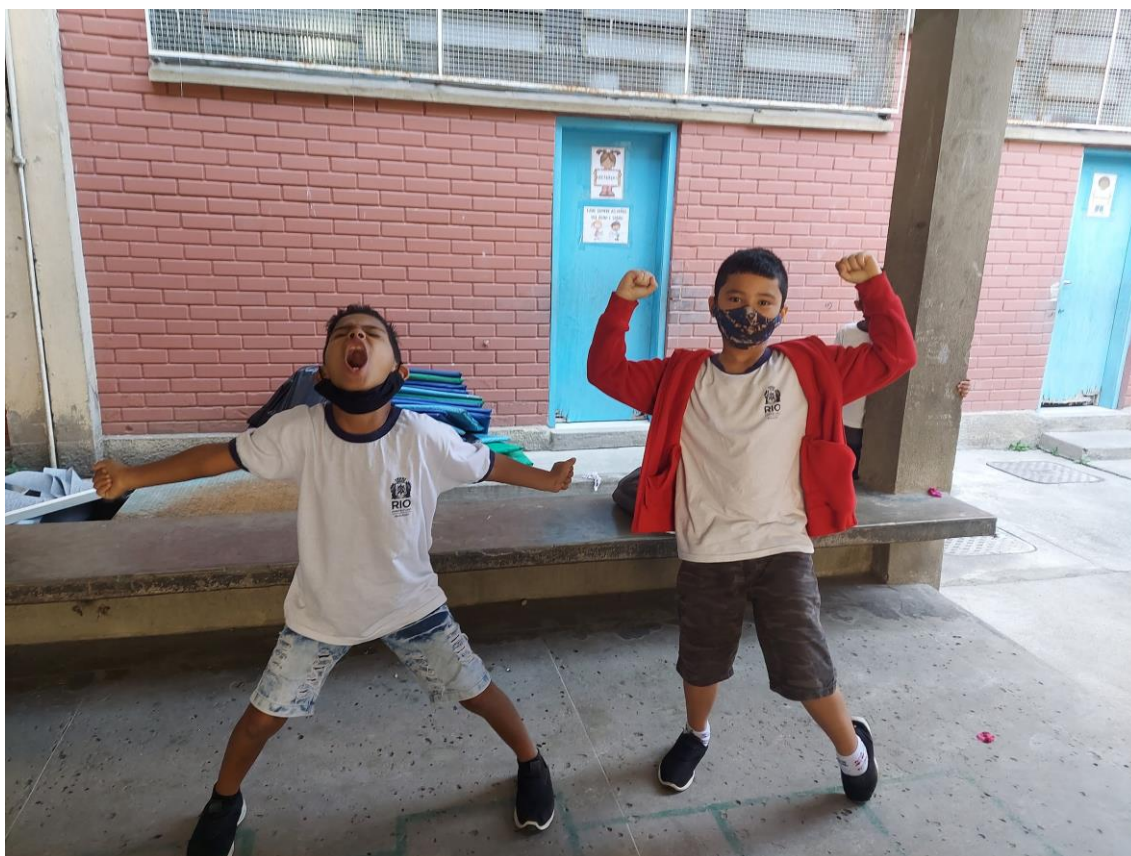
femininos conhecidos? Ele ficou pensando e aproveitando do seu silêncio, eu disse: – “Esse seu silêncio prova que a história não é contada como deveria. Na História das mulheres, você conhece Maria Felipa? Tanto você quanto eu, quando tinha a sua idade não conhecíamos, aliás conheci a importância de Maria Felipa, no ano passado. Eu estou te dando a oportunidade de divulgar uma história linda de uma mulher que lutou contra a coroa portuguesa em favor dos brasileiros e contra a escravidão na Bahia, e com sua sabedoria de ervas, conseguiu expulsar os portugueses. Precisamos protagonizar histórias de mulheres.

No curso do Museu da Maré tive acesso à história de Dona Orosina, uma das fundadoras do Complexo da Maré, então apresentei Maria Felipa e sua importância na história do Brasil, e pedi aos alunos que apresentassem uma mulher de destaque na comunidade, que fizesse algo de importante para os moradores, e contassem a história dessa mulher.

Dos trabalhos entregues me chamou muito atenção o reconhecimento da vereadora Marielle Franco, moradora, nascida na Maré, exemplo de que é possível conquistar lugares significativos na sociedade sendo moradora de comunidade. As crianças identificaram mulheres que trabalham para o meio ambiente e fazem disso seu sustento.

Foi um trabalho de exaltação do feminino mas também de descoberta de pequenas e extraordinárias histórias do cotidiano dos meus alunos. Senti-me motivando esse olhar para esse recorte de realidade da Maré, e ao mesmo tempo me surpreendendo com os resultados, que foram anotados e me ajudaram muito no retorno às aulas presenciais.

Descobri criando pequenos roteiros sobre formas de opressão às mulheres, comuns em nosso cotidiano. Contava às crianças, e elas identificavam logo ações machistas, muito comum na realidade delas. Esse material foi usado como pequenas cenas. Essa estratégia para o 1º ano foi um recurso usado e repetido algumas vezes como apresento nas cenas abaixo.



Houve a contação da história de Maria Felipa, mulher negra e escrava que lutou contra a invasão portuguesa na Bahia, com sabedoria das ervas, jogou nos portugueses e conseguiu reunir um grupo grande de pessoas na praia para jogar nos corpos do inimigo, sem usar arma de fogo, Maria Felipa livrou os baianos da tirania da coroa portuguesa.

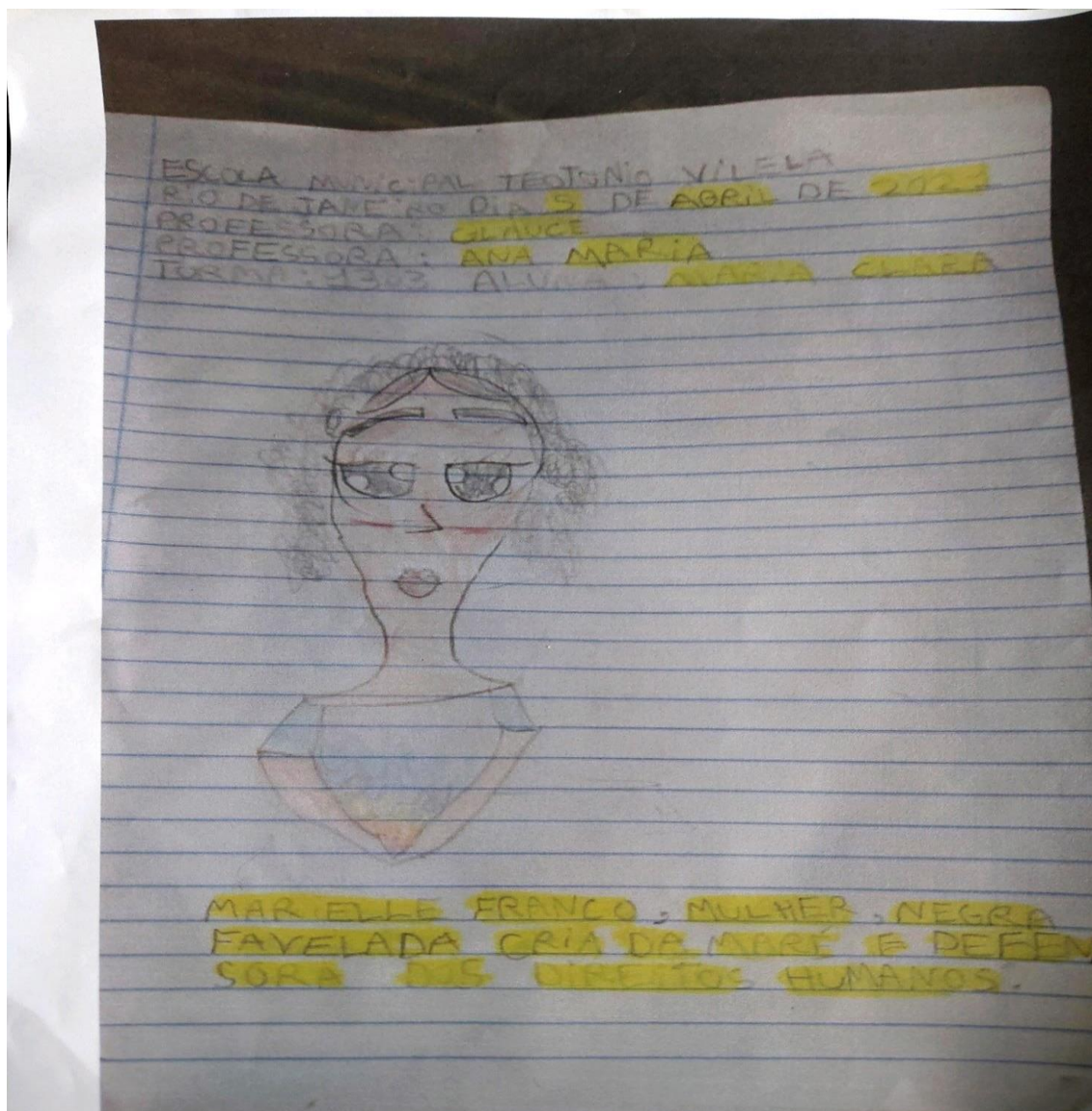
O exercício consiste em duas etapas a primeira eu conto a história, e a segunda eu conto a história e eles dramatizam. Aqui o interessante foi que um menino quis dramatizar a Maria Felipa. Observa-se a evidente dramaticidade e força trazida para cena, principalmente do aluno à esquerda, que se entrega à emoção do personagem, envolvendo todo o seu corpo na realização do trabalho.



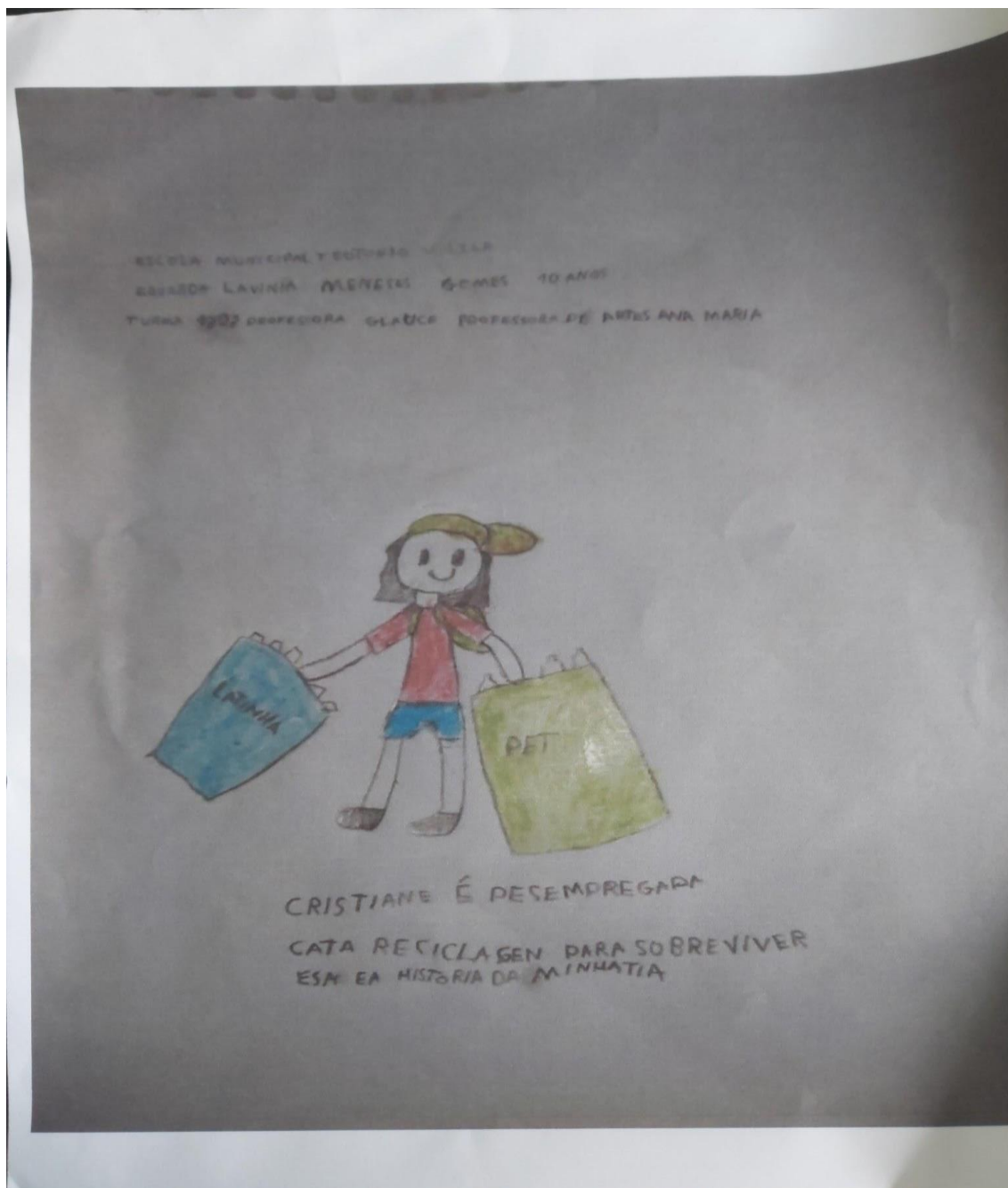
Essa dramatização foi um sobre um conto africano, “A Noiva da Chuva”, que se encontra no livro “Contos ao redor da fogueira” de Rogério Andrade Barbosa, (2014, p.41). A história fala de um pajé mentiroso que associava a crença ao medo das pessoas da aldeia. Na verdade ele tinha conhecimento das estações e manipula todos, escolhendo sempre uma menina para crescer segregada dos demais da tribo, para ser a “noiva da chuva”, mas acaba sendo desmentido na aldeia. A noiva da chuva, se chama Buenga por levantar algumas questões interessantes ao feminino. Nesse conto, a moça escolhida para ser a noiva da chuva, teria que se submeter viver distante de todos da aldeia, sacrifícios impostos em outros termos a nós mulheres, a crença da aldeia chefiada por um sacerdote que controlava a todos da aldeia, usava seu conhecimento das estações para determinar crenças de medo, como somos atualmente regidos pelo medo, os influenciadores das religiões dominantes determinam, o que é Deus e o Diabo com tanta convicção, que qualquer ensinamento ao contrário dessa perspectiva pode ser como acontece nesse conto, uma imposição de obediência pelo medo e não pelo conhecimento.

Conversamos sobre o medo e como fantasiamos através dele, como muitas vezes somos prisioneiros dele. Os alunos foram para a dramatização. Essa dramatização é realizada através do recurso da foto. A foto se dá no momento importante da história, eu sinalizo através de palmas.

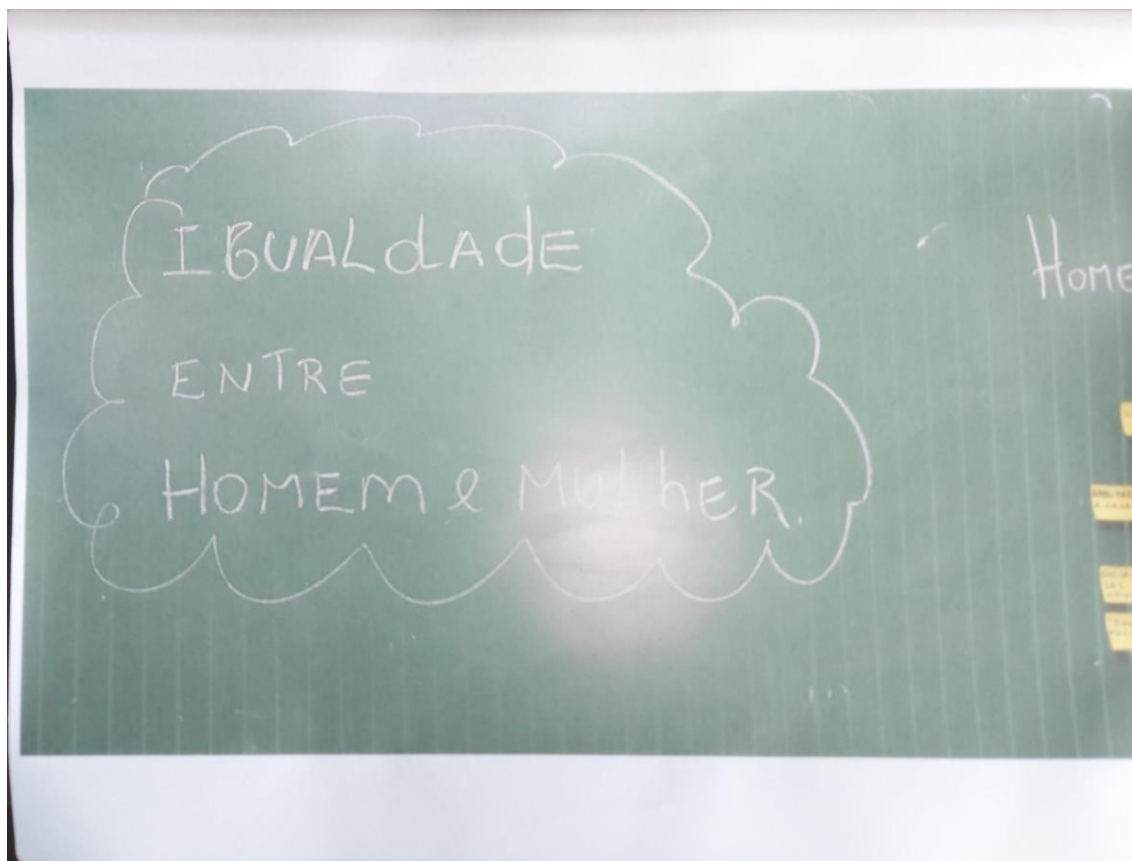
Sempre uma expressão dramática forte aparece no corpo dos alunos. Talvez porque se identifiquem com as histórias, e encontrem no exercício teatral um espaço de expressão nem sempre presente na vida.



Pedi aos alunos que trouxesse um desenho sobre uma mulher da comunidade de destaque. Aqui a vereadora Marielle Franco foi escolhida, para representar esse personagem de evidência para comunidade. Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Foi assassinada em uma emboscada em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, e até hoje, mais de quatro anos depois, não se sabe quem são os mandantes do crime. Formada pela UFF e pela PUC-Rio, foi moradora do Complexo da Maré.



A personagem de destaque escolhida foi a Cristiane, desempregada, catadora de lixo. Ajuda a comunidade fazendo a reciclagem do lixo, e é reconhecida pela importância ambiental de seu trabalho. Esse trabalho foi importante por colocar em evidência vidas de mulheres que fazem a diferença na comunidade, um exercício de reconhecimento do valor de quem faz o bem e muitas vezes fica no anonimato.



As crianças esboçaram muito bem a sensação de uma mulher ao ser subjugada no seu direito de votar, participar efetivamente da vida do seu país. Apesar de temas tão importantes e sérios, foram aulas muito divertidas, porque retirei da minha cabeça a preocupação de acertar. Aprendendo com Bell Hooks a me divertir também, e me aproximar da criança inquieta que eu fui.

3.3. TI – o personagem que não é da Terra

“Ti” foi um personagem criado por mim, uma espécie de extensão do meu desejo de conversar com meus alunos sobre as diferenças de gênero tão esquematizadas pelo patriarcado e tão entranhadas em nós que continuamos repetindo padrões familiares, independente da classe social.

Ti é um ser de outro planeta que veio conhecer a Terra e nossos costumes, e descobre que articulamos bem teoricamente o tema igualdade de Gênero, porém a prática nem sempre corresponde à realidade.

As crianças assimilam muito bem esse personagem que conversa com elas, essa quebra da quarta parede as incentiva a também entrar no jogo cênico e dividir também

uma vivência que todas conhecem.

O boneco de papelão, sem nenhuma especificação de gênero, sem boca, olho, sem cabeça, essa estranheza proposital para que a aproximação fosse estimulada não pela identificação mas pela diferença.

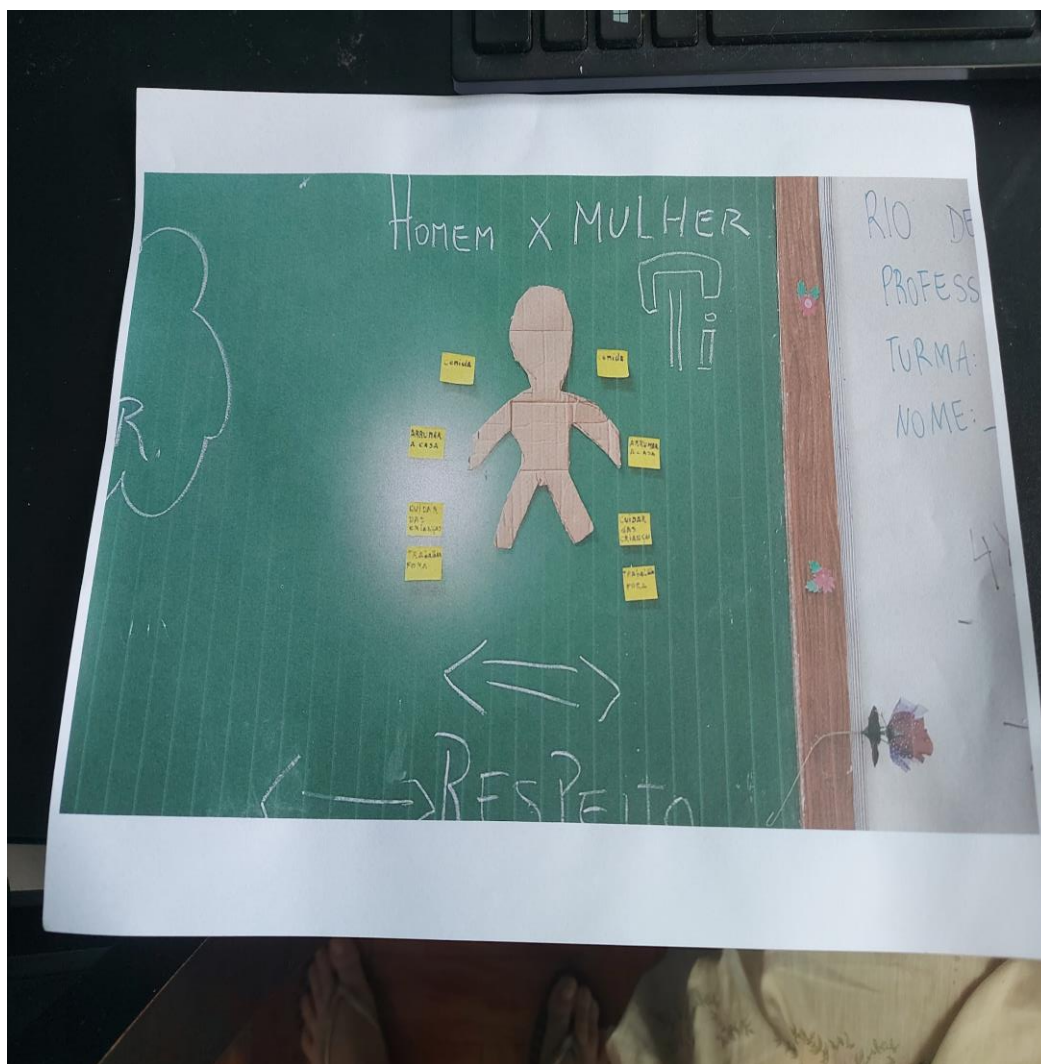
Aqui preciso fazer uma pausa, a noção de beleza imposta às crianças é de uma crueldade sem fim, principalmente para as meninas que não se encaixam no padrão “princesa” dos livros, desenhos e filmes infantis, padrão que vai acompanhar as meninas até fase adulta.

A minha proposta para o Ti é ser um boneco sem preocupações em ser bonito, e não menos interessante, por isso, me fascinou, por ser um boneco que estimula o lúdico pelo potencial das ideias.

Precisamos estimular nossas crianças ao respeito e solidariedade às diferenças. Falamos tanto em uma escola inclusiva e o tempo todo nosso material pedagógico é padronizado – vejamos os murais das escolas.

A escola é o primeiro campo de batalha para as meninas negras, por exemplo, porque foi estabelecido muito cedo para nós, que o padrão de beleza é branco.

A minha intenção é trazer as crianças para o tema “igualdade” de gêneros, ao mesmo tempo proporcionando a rupturas de alguns padrões de beleza. Infelizmente, nos livros didáticos prevalecem no fenótipo branco, e precisamos estimular nossos alunos à diversidade, do povo brasileiro, a começar pela cor da pele.



O personagem TI foi criado com essa aparência neutra proposital, representante de outro planeta. Veio até a Terra para conhecer nossos costumes, mais simples e primordiais. Então a primeira indagação foi: quem suja, quem limpa a sua casa?

Com essa brincadeira, estabeleci um roteiro com os alunos numa apresentação da realidade deles para o Ti.

A escolha de um personagem vindo de outro planeta para interagir com as crianças, incentiva intimidade entre nós, usar o recurso cênico do narrador (professor), para a apresentação de Ti e ao mesmo tempo a quebra da quarta parede com a interação da criação na contação de história, que acaba sendo uma improvisação coletiva, com personagens fixos (Narrador, Ti e a Turma). Num tema que se desenvolve sobre famílias, foco na visibilidade no papel das mulheres dessas famílias.

Ti, ali pregado no quadro e eu como narradora e intermediária dos alunos, facilitou o meu acesso às informações espontâneas, de todo processo de criação conjunta.

O Ti é de papelão. Não me preocupei numa ornamentação para ele, primeiro porque o fato de não ter sala, não teria onde guardar. Ando em tantas salas, carregando tanta coisa, e além de não estigmatizar um padrão de beleza, facilitou minha vida. No mais as crianças não reclamam, ao contrário são extremamente receptivas, muito presentes nesse jogo cênico.

Trabalhar numa escola pública localizada dentro de uma comunidade, é a realidade do improvisado. Infelizmente, mas essa experiência de não ter uma sala para trabalhar, me causa constantes desafios que poderiam ser evitados se ao menos eu tivesse um lugar para expor meus trabalhos e cronogramas, um espaço reconhecido como espaço para aulas de artes, isso é muito importante para o reconhecimento do próprio aluno em relação a minha disciplina.

O trabalho com o Ti me facilita a montagem de outros roteiros, porque através do acesso aos relatos do cotidiano dos meus alunos, ou seja, a voz deles é inserida nos novos roteiros.

A prefeitura enviou um livro de artes para ser trabalhado com as crianças em algumas aulas. Eu uso o livro, e para minha surpresa indicou uma atividade que perguntava para os alunos do 3º ano o que eles queriam que mudasse em sua cidade, ressaltando que essa atividade foi na semana seguinte da atividade do Ti.

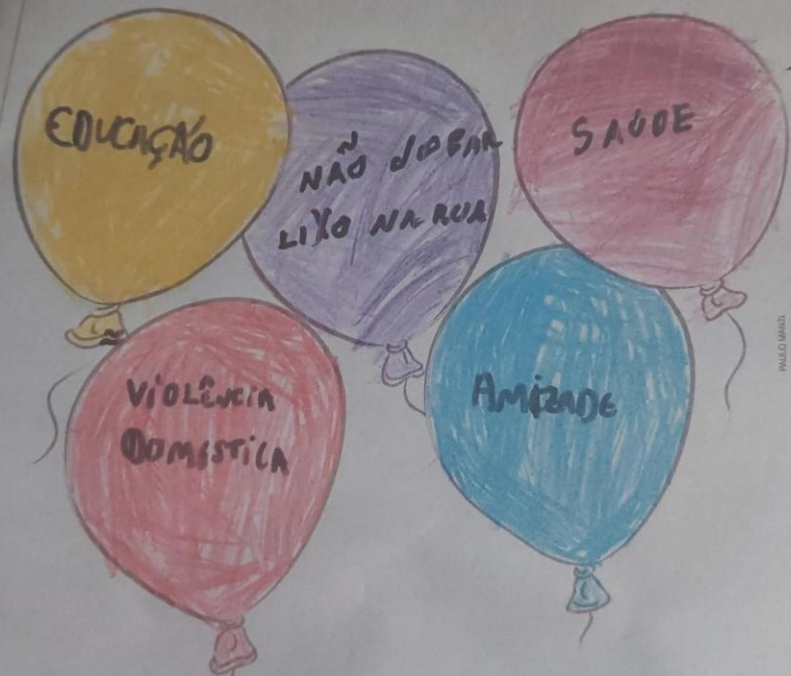
coletivo do Dia Mundial da
 em suas escolas, para a

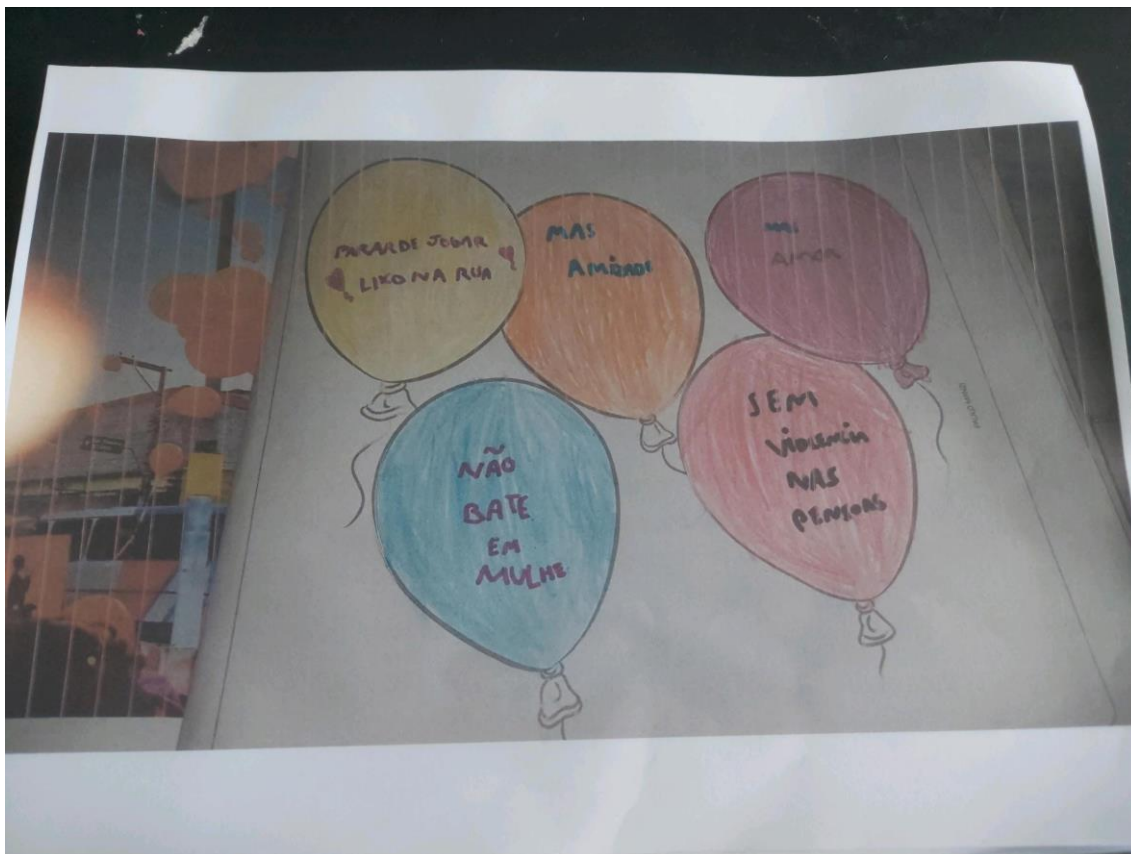
era L, rom, ver a obra, são
 feita ra ta ta n n barro
 strução da nova
 nativa na região.



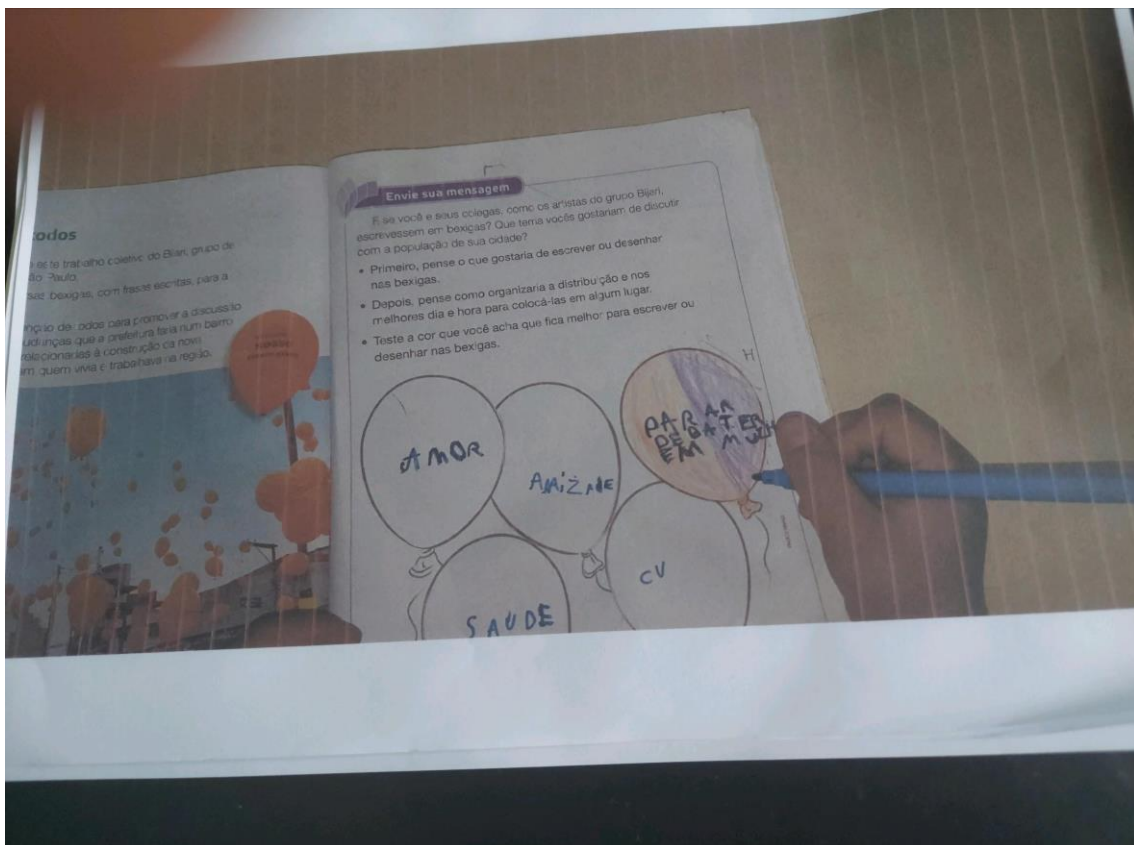
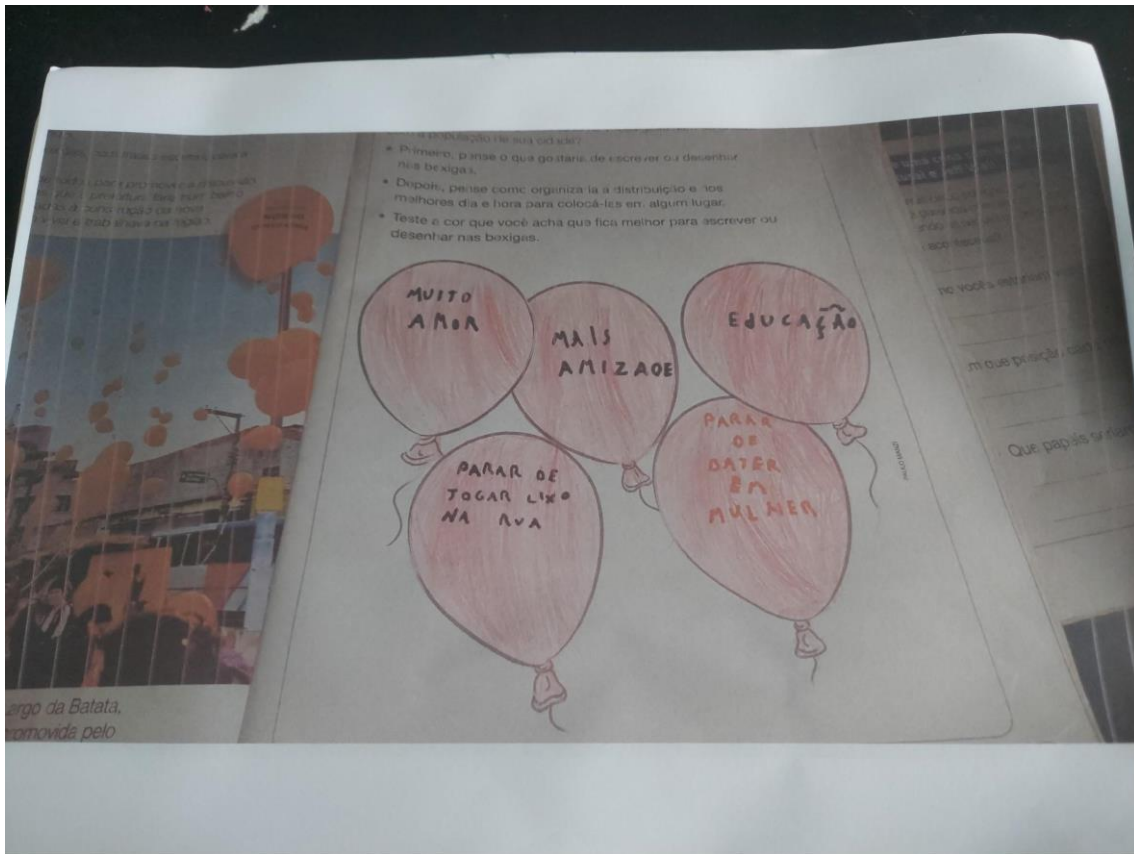
se você e seus colegas, como os artistas do grupo Bijari,
 escrevessem em bexigas? Que tema vocês gostariam de discutir
 com a população de sua cidade?

- Primeiro, pense o que gostaria de escrever ou desenhar nas bexigas.
- Depois, pense como organizaria a distribuição e nos melhores dia e hora para colocá-las em algum lugar.
- Teste a cor que você acha que fica melhor para escrever ou desenhar nas bexigas.

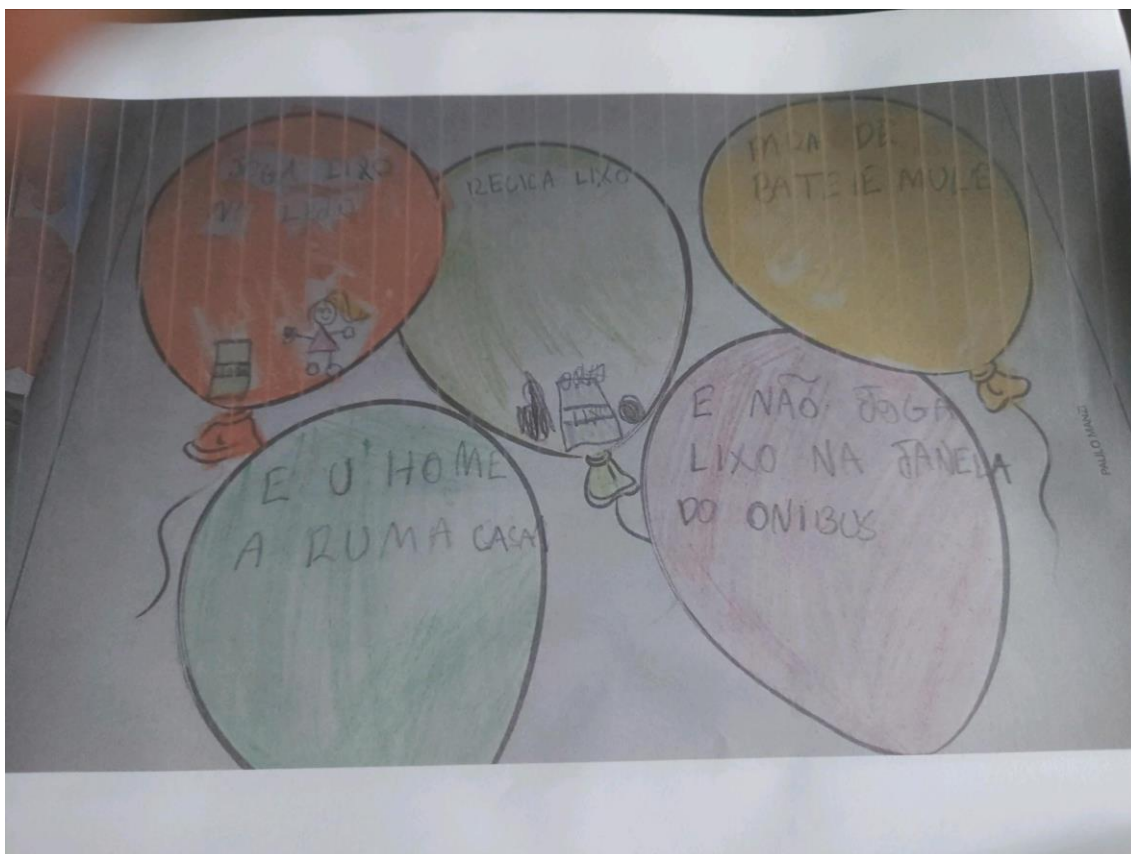




Fotografei essa atividade do livro de Artes, porque identifiquei nas respostas, temas trabalhados por mim em aulas anteriores, explicação sobre a origem da Lei Maria da Penha, quem foi Maria da Penha, quem a deixou paraplégica e como ela conseguiu justiça para a violência sofrida por seu marido enquanto dormia em sua casa.



Depois de contar a origem da lei Maria da Penha, trouxe para sala o personagem Ti para conhecer a realidade das crianças em seus núcleos familiares, através de perguntas muito simples, como quem na família é responsável pela limpeza e fazer a comida? Partindo dessas respostas, chegamos a algumas conclusões, entre elas, todos concordaram que as mulheres na sua maioria trabalham muito, e o trabalho doméstico muitas vezes não é reconhecido, por não ser remunerado, e torna-se invisível.



Foi para mim uma enorme surpresa que o nosso roteiro do Ti estava ali impregnado naqueles balões, no desejo das crianças de uma mudança comportamental da sociedade, identificando a desigualdade de gênero e a violência contra mulheres, como ações que devem ser dizimadas da convivência social, e também a proposta de existir amor e respeito entre todos.

Infelizmente não consegui fotografar a realização dessa contação do Ti, porque eu estava como narrador e intermediando as falas dos alunos; tenho muita dificuldade de fazer registro e ao mesmo tempo participar da atividade com as crianças, aproveito muito o registro do desenho, também usado no processo e assegurar as informações sobre o tema; recurso para que os pequenos estejam mais concentrados e próximos do tema a ser desenvolvido em sala com eles.

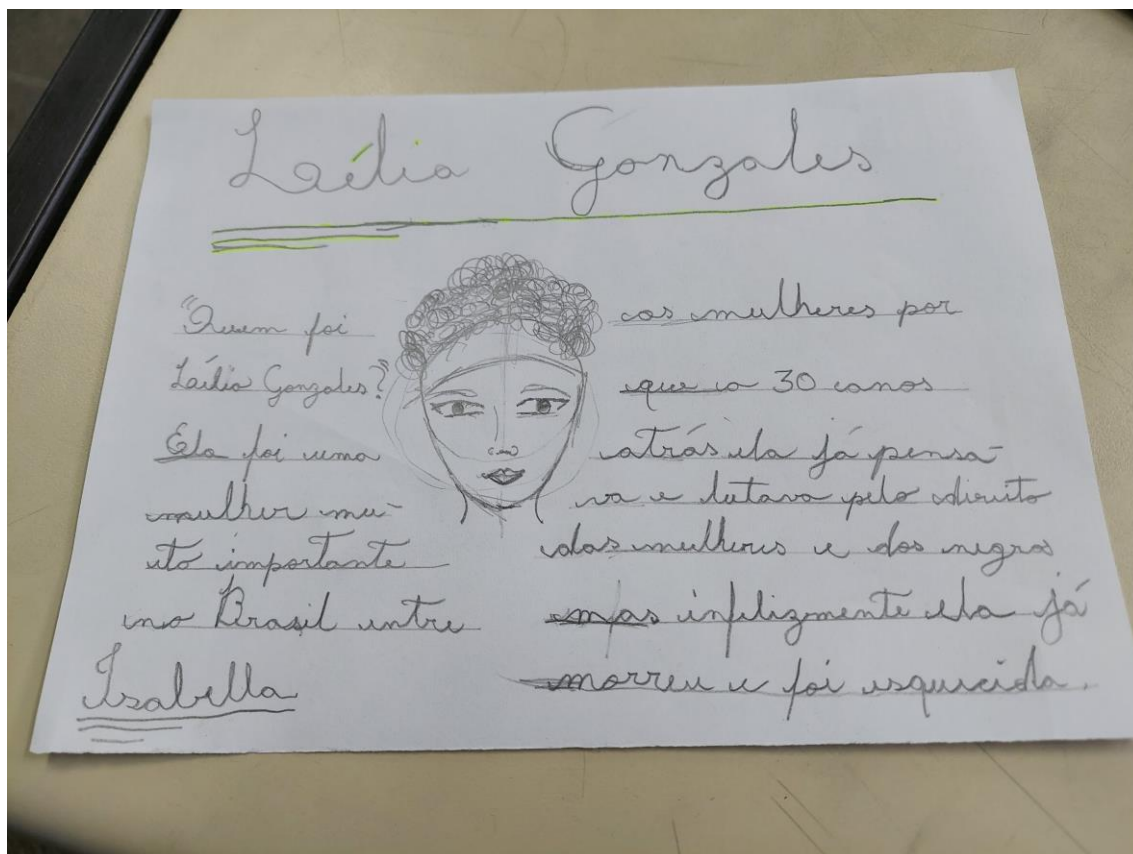
Durante as aulas remotas foi muito útil para não perder o foco da minha pesquisa,

sobretudo na apresentação de personalidades femininas e negras importantes e com pouca visibilidade na nossa história.

O personagem Ti me estimulou a trazer personagens femininas da nossa história, concentrando nas turmas do 4º ano e 5º anos, porém não me isentou de trabalhar com as turmas menores. Como já escrevi há uma diferença no desenvolvimento das turmas, então mesmo os pequenos abrem possibilidades para contação de histórias dessas heroínas esquecidas, da História do Brasil.

No 5º ano, na turma 1502 foi muito interessante roteirizar a História de Lélia Gonzalez e contar para meus alunos. Enfatizar a origem dela é estabelecer uma possibilidade o estudante sentado nessa escola municipal Teotônio Vilela, também sonhar em conquistar o mundo como ela conquistou, através da educação.

Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Foi pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado e do Olodum.



O objetivo de contar história me permitiu retomar a atriz que existe em mim, e ao mesmo tempo trazer meus alunos para realidades históricas de mulheres necessárias, principalmente pelo exemplo delas na luta pela igualdade, dignidade sem distinção de gênero, raça, ou classe, mulheres que enfrentaram as diversidades com o olhar para além do individual, mas visando o coletivo.

Nesse sentido, Ti me proporcionou caminhos para roteiros, facilitou essa linguagem com meus alunos, despertou em nós a afetividade, a possibilidade de transformação de conceitos e valores através da educação.

Precisamos conversar com nossos alunos sobre liberdade, igualdade, respeito, diariamente, para que eles compreendam que as diferenças existem mas que podem ser encaradas de forma construtivas.

Minhas anotações sobre o personagem Ti me asseguraram que podemos apresentar aos alunos, muitos conceitos universais, com o intuito de formação de indivíduos mais solidários e atentos às transformações do seu meio social.

No mês de novembro dedicado à Consciência Negra, apresentei também as personalidades femininas importantes para Zumbi dos Palmares.



Essa foto foi tirada depois de contar a importância de Dandara na vida de Zumbi. Muitas crianças reconheciam Zumbi como personagem importante da nossa História do Brasil, um herói negro, mas não sabiam quem era Dandara, a mulher de Zumbi e muito menos

de Aquatune, fundadora dos primeiros quilombos e avó de Zumbi, esquecida nos livros de História do Brasil, mais um exemplo de como a participação das mulheres foi muitas vezes silenciada.

Tenho aqui que registrar mais uma vez o fato de não ter uma sala, pois esta falta interfere muito no desenvolvimento das cenas; aqui por exemplo é um local aberto próximo ao banheiro dos alunos menores, então muito comum crianças passando no meio de um jogo cênico ou contação de histórias. Infelizmente são problemas antigos, insisto em comentar sobre eles, porque eles interferem muito no desenvolvimento da aula, barulhos externos são obstáculos a serem vencidos todos os dias, além das constantes reclamações dos barulho produzido por nós.

O exercício de contar a história e as etapas da recriação da mesma história, dessa vez contada pelo aluno, definitivamente é muito importante para elaboração do tema no processo cognitivo para que esse saber seja efetivamente vivenciado intensamente e transformado em valores, de equidade, solidariedade e respeito.

Essa pesquisa se concentra na valorização do feminino, apresentou personagens, histórias, engrandecendo a mulher, uma experiência antes de tudo, de coragem, e as consequências sofridas por ser alvo de estigma pelo patriarcado. Esses discentes escutam, dramatizam e recontam essas histórias pelo seu ponto de vista, essas mesmas histórias, ou personagens, nunca serão esquecidas, Precisamos de trabalhar com urgência esses conteúdos porque eles se manifestam nos altos índices de crimes cometidos contra corpos femininos. Precisamos educar nossas crianças desde cedo ao reconhecimento de equidade como parte fundamental na vida em sociedade.

A grade escolar da minha disciplina, em algumas turmas, me permitiu permanecer em dois tempos seguidos. Em outras turmas, o horário faz muita diferença, principalmente quando a turma rende muito. Quando os tempos são seguidos o professor consegue produzir cenas, às vezes até analisar em conjunto o resultado do trabalho.

Esse ano de 2021 minha escola passou por muitas dificuldades, além da pandemia, houve obras no edifício, algumas salas foram desativadas temporariamente para pintura e consertos. A escola é muito antiga e estava há muitos anos sem manutenção, muitos problemas surgiram, tivemos uma rachadura na caixa de água, ficamos sem aulas presenciais, com aulas remotas, por conta da falta de água, sem falar nas dificuldades no retorno depois da pandemia, a fragilidade dos alunos em relação aos conteúdos normativos, a evasão escolar, um número assustador de crianças com problemas graves de saúde por conta da situação de pobreza dos menos favorecidos, causando uma

deficiência alimentar, com efeito de crianças sonolentas, sem estímulos, em alguns casos desmaiam, a abstenção desses fatos são irremediáveis, fazem parte do processo.

Muitas coisas poderiam ter sido melhor executadas, mas nesse contexto pós pandêmico, ainda nas questões sociais e econômicas pelas quais atravessam o nosso país, há nessa pesquisa uma vontade imensa na crença da qualidade de uma boa Educação que pode acontecer quando estamos comprometidos em oferecer melhor condição de vida aos nossos alunos, com muita sensatez e sabedoria nos ensinou Paulo Freire no seu livro “Política e Educação”:

(..) qualidade da educação; educação para a qualidade; educação e qualidade de vida, não importa em que enunciado se encontrem, educação e qualidade são sempre uma questão política fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra. (FREIRE, 2001, p.50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do livro “Calibã e a Bruxa” de Silvia Federici, (2018), foi essencial para me encorajar a prestar prova para seleção do mestrado profissional, e decididamente organizar meu trabalho prático numa experiência acadêmica. Retornar à universidade às portas de uma aposentadoria me daria a chance de encontrar algumas respostas sobre ser uma professora com o compromisso com ideais feministas, e uma crença enorme no potencial do teatro enquanto arte transformadora, mesmo sendo realizada na escola, podemos ir fundo nas questões sociais.

O mestrado me revelou possibilidades de organizar leituras, etapas, anotações, e me proporcionou a olhar para os erros no percurso da pesquisa, com maior atenção. Os grandes acertos dos resultados dessa pesquisa, são consequências de grandes erros, no processo de execução, um exercício mal desenvolvido ou não tão aceito pelas turmas, foi motivo de sentar e analisar os motivos e não simplesmente desistir.

A escolha do tema sobre a valorização do feminino para desconstruir hábitos machistas, realmente amedronta por ser o patriarcado tão entranhado na nossa construção do que vem a ser feminino, ao mesmo tempo suscita coragem para combater o silêncio sobre temas como violência doméstica, ou violência de gênero, assuntos cercados de tabus, principalmente por ser o meu público de pesquisa, crianças do ensino fundamental I, da escola municipal Teotônio Vilela, localizada no conjunto Esperança no complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa me despertou ainda para reflexão sobre a vida privada e pública, que são assuntos intrinsecamente relacionados às políticas públicas de igualdade de gênero, temas extremamente importantes para serem trabalhados com as crianças.

Aproveitei para falar com meus alunos sobre os encargos domésticos muitas vezes direcionados apenas às mulheres, para que eles valorizem o trabalho tantas vezes sem visibilidade e reconhecimentos das mulheres, que cuidam dos filhos para que o marido possa trabalhar, ou que essa mulher tenha terceirizado outras mulheres com menos oportunidade para cuidar de seus filhos, para que elas possam trabalhar, para identificarmos o quanto o Estado é omissor em políticas públicas que possibilitem igualdade de oportunidades para todos.

Fui muito impactada com a possibilidade de trabalhar temas absolutamente essenciais para construção da cidadania dentro de um ambiente escolar sem receio de cair numa construção metodológica etérea, porque o universo infantil é muito rico em

possibilidades para através do lúdico conseguir permear realidades hostis.

Houve uma transformação enorme em mim enquanto educadora, reencontrei o que muitos chamam de utopia, aquela sensação boa e extrema de quando fazemos a diferença incomodamos. Para resistir às repetições de aulas para o cumprimento apenas da carga horária, é preciso motivação para aprender sempre com nossos alunos, ouvir, perceber as diferenças de cada turma, é exaustivo e prazeroso ao mesmo tempo, o processo de pesquisar, anotar, abraçar ideias possíveis, desistir sem perder o foco é grandioso é necessário para todo educador.

Percebi que meu corpo mudou em sala de aula, o retorno das aulas presenciais me causou uma certa urgência em realizar ações relacionadas à minha pesquisa, e isso refletiu em atenção máxima nas aulas, tive que conviver com algumas frustrações nesse percurso, porque meu tema exige calma, respeito às etapas que nem sempre seguiam ao cronograma estabelecido por mim, muitas vezes tive que recuar para a absorção do conteúdo, acalmar para avançar com delicadeza e alegria, o maior trunfo das minhas aulas.

A alegria de fazer a roda, de contar uma histórias, de alimentar uma roda de conversa para uma possível cena, me comoveu muitas vezes, os alunos acrescentavam em perguntas ou afirmações, sobre o quanto há em sociedade uma desigualdade de gênero, raça e classe e que depende de todos nós, a quebra dessa ordem estabelecida pelo sistema político e econômico ao qual somos submetidos. Quando um aluno identifica que sua mãe cuida de outras crianças e não pode cuidar dele, reconhece o quanto a diferença de classe, interfere na sua vida familiar e com certeza na sua oportunidade de uma formação.

O mais importante em esse processo foi definitivamente a ruptura com o silêncio, falar sobre assuntos que envolvem dor, desigualdade, solidão, são extremamente necessários para construção de uma educação comprometida com equidade, não apenas em repassar conteúdo. Percebi a aproximação dos alunos comigo, fora da sala de aula, tenho a devida consciência do meu papel de educadora não substitui a necessidade de psicólogo na escola, nem serviço social acompanhando os casos mais urgentes, dentro da unidade escolar, ao contrário é o início do trabalho com quem não tem voz e de quem é alvo de violência doméstica.

Trabalhar o feminino estabeleceu uma abertura de comunicação valiosa com os alunos, sendo um projeto de pesquisa, concentrei nesse objetivo, abortei qualquer tema que não pudesse de alguma forma incluir a minha pesquisa, isso me garantiu e fortaleceu que a concepção desta pesquisa se faz necessária o ano inteiro, pelo os motivos

justificados e apresentados aqui.

Infelizmente não vejo projetos dessa natureza para a faixa etária aqui pesquisada, ao contrário, sinto uma certa resistência, não me faltou observações do tipo, “as crianças participam de assuntos que geram tantas polêmicas?”, é muito comum a gente menosprezar a capacidade de percepção infantil dos acontecimentos que a cercam, minha pesquisa causa impacto porque ela é corajosa.

Tenho um profundo agradecimento à minha orientadora, que sempre acolheu as minhas dificuldades com ternura e incentivo, para que eu continuasse minha caminhada, sou hoje assumidamente corajosa depois desse curso, enfrentei uma pandemia, o famigerado ensino remoto, o retorno às aulas presenciais, aprendi a conviver com o medo, tantas coisas aconteceram, tantas vezes refiz aulas, repensei autores, simplifiquei leituras complexas, saio desse empreitada maior e melhor do que entrei em todos os sentidos da concepção de uma mulher, uma educadora, uma atriz que ainda deseja mudar o mundo.

AXÉ

EVOÉ

ANEXO – “Manifesto Feminista da Maré”

Marielle Franco é cria da favela da Maré. É socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação de mestrado teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Trabalhou em organizações da sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo.

Transcrição do texto do vídeo com a imagem e a voz de Marielle Franco, encontrado em: <https://youtu.be/DPs2o7VgwJA>

“Para nós, mulheres, luta é cotidiano. Nós sentimos todos os dias os seus reflexos: quando levamos nossos filhos para a escola e não tem aula, quando temos de trabalhar e não tem vagas nas creches. Sentimos quando somos desrespeitadas nos transportes, desvalorizadas no trabalho, assediadas nas ruas, violentadas em casa. E entre os becos e as vielas da favela sobreviver é a nossa maior resistência. Agora chegou a nossa vez, vamos ocupar o nosso lugar na cidade e na política, ter o que nos é de direito. Nossa voz, muitas vezes silenciada, terá de ser ouvida. Agora é pra fazer valer. Sou força porque todas nós somos, sigo, o que seguiremos todas juntas. Eu sou Marielle Franco, mulher, negra, mãe, da favela. #EuSouPorqueNósSomos”. (<https://youtu.be/DPs2o7VgwJA>)

CENA 1

A cena abre com a aluna 1 vendo o celular com o áudio da fala da Marielle (transcrito acima. Ressalto que a escrita coletiva partiu desse áudio/vídeo).

Aluna 2 (*debochada*) – Nossa você não cansa de ouvir isso?

Aluna 1– Na verdade essa fala me inspira, para ter uma ideia sobre o nosso trabalho de grupo. (*Andando alegre*). Acho que já sei qual será o tema que vamos trabalhar na feira cultural da escola.

Aluna 2 – E que tema é esse?

Aluna 1 – Feminismo na Maré !!!!!!!

Aluna 2 – O quê ????? Acho muito chato isso... Além do mais tem menino no nosso grupo tá!

Aluna 3 (*entra maquiada de clown, conversando com a plateia*) – Feminismo ao contrário do que muitos pensam, não é igual ao machismo, nem um pouco parecido. Machismo é quando o homem acha que é melhor ou maior que a mulher, enquanto o feminismo busca o direito de igualdade entre homens e mulheres.

CENA 2

(Retorna o foco para cena com as Alunas 1 e 2)

Aluna 2 – Peraí querida, esse papo de feminismo não é mulher querendo ser melhor do que homem? Competir mesmo!!!!

Aluna 1 – Não é nada disso garota! Olha como a gente precisa discutir esse tema.

(Áudio de pancadão de funk, enquanto as alunas 3, 4, 5 dançando e invadindo a cena).

Aluna 4 – E aí fizeram o trabalho da feira cultural?

Aluna 5 – Isso mesmo quero assinar!!!!!!

Aluna 3 – Também quero colocar meu nomezinho neste trabalho!!!!

Aluna 1 (*Tom bem decidida*) – Aí gente parou !!!! Assim não vamos chegar a lugar nenhum !!!!!!!

(Entrada dos alunos 6 e 7 que juntos entram em cena)

Aluno 6 – E então meninas qual vai ser o nosso tema da feira cultural?

Aluno 7 – Eu proponho MMA (*E sai exibindo seus músculos para as meninas*)

Aluna 1 – Será sobre o feminismo na Maré!!!!!!

Alunos 6 e 7 – Feminismo !!!!!!!

Aluno 7 – (*Ajeitando o cabelo*) Imagina eu ficar dando esse mole para mulherada!!!!!! Não, não, não...

Aluno 6 – Acho esse tema exclui os meninos.

(Todos cristalizam enquanto o clown – Aluno 3 entra em cena)

Aluno 3 – Gente, será mesmo que essas questões relacionadas às mulheres excluem os homens? E os meninos que sofrem violência doméstica? Muitas mulheres são espancadas na frente de seus filhos e muitas vezes esses filhos repetem com as namoradas, esposas, companheiras, o que viram o pai ou padrasto fazerem com suas mães. Muitas mulheres deixam seus filhos pequenos em casa sozinhos porque precisam sustentar a família e isso é um problema só das mulheres?

CENA 3

(Alunos 1, 2, 6 e 7 em cena)

Aluna 1 – Gente, falar sobre feminismo é pensar sobre família, sobre igualdade salarial entre homens e mulheres... É sonhar com um mundo mais leve, fiquei ouvindo o áudio da Marielle Franco e entendi que o feminismo da favela é diferente do feminismo do asfalto. Nossas mães trabalham fora, sofrem com a jornada dupla, são muitas vezes retiradas da escola muito cedo; quantos de nós fomos criados pelos irmãos mais velhos, porque nossa mãe precisa trabalhar para colocar dinheiro em casa? Enquanto nossa mãe cuida do filho da madame para ela trabalhar, quem toma conta de nós? *(Para a plateia)* Quem de vocês viveu isso?

Alunas 3, 4, 5 *(As Funkeiras)*

Aluna 3 – Nossa parece até político....

Aluna 4 – Mas concordo eu mesma fui criada assim....

Aluna 5 – Minha mãe tem hora pra entrar no serviço mas não tem hora pra sair.

Aluno 6 – Nossa minha mãe trabalha o dia todo e ainda faz tudo em casa quando chega do trabalho.... ai fiquei culpado agora!!!

Aluno 7 - Qual é moleque! Tu não ajuda tua mãe não?! Eu sei fazer até comida.

(Alunas funkeiras para o Aluno 7)

Ai que fofo... Assim a gente se apaixonaaaa!!!

Aluna 2 – Gente enlouqueci, é muito bom esse tema!!!! Quero ser uma revolucionária!!!!

Aluna 1 – Menos garota, vamos estruturar esse trabalho primeiro.

(Todos saem de cena conversando sobre o tema)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma História única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOAL, Augusto. **Técnicas latino americanas de teatro popular**. Coimbra: Centelha, 1977.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para ator e não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond; Funarte, 2009.

BREEN, Marta; JORDAHL, Jenny. **Mulheres na luta: 150 anos em busca de liberdade, igualdade e sororidade**. São Paulo: Shwarcz S.A, 2019.

CORDEIRO, Elaine de Souza. **Violência contra a mulher é crime!** Paraná: Juruá, 2015.

FEDERICI, Silva. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2018a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2018b.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **O pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem do centro. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019c.

HOOKS, Bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Expressão Popular, 2019d.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MELO, Patricia. **Mulheres empilhadas**. Lisboa: Leya, 2019.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**. Forense Universitária 1995. V.1 e 2.

SANTOS, Bárbara. **Teatro das oprimidas**: estética feministas para poéticas políticas. Rio de Janeiro: Casa Philos, 2019.

ZAIMMAM, Claude. Educação e socialização, *IN*, HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.) **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p.80

LEIS**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Acesso em 20 de julho de 2021.

Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Acesso em 20 de julho de 2021.

Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

* * *